

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL CAPES
(2021-2024)

Coordenadora: Sônia Clareto

Vice-Coordenador: Marcus Bomfim

Março
2025

RESUMO

Esse material consiste na compilação dos textos, anexos e apêndices produzidos pela Coordenação do PPGE - com apoio indispensável de muitas comissões, muitos setores e contribuições pontuais de docentes, técnicos e pessoas contratadas – e inseridos na Plataforma Sucupira para avaliação quadrienal do Programa pela CAPES. Ele está ordenado de acordo com elementos, quesitos e itens que compõem a Ficha de Avaliação da área da Educação.

LISTA DE APÊNDICES

- APÊNDICE 1: Resolução de Acompanhamento Docente
- APÊNDICE 2: Resolução de Credenciamento e Recredenciamento Docente
- APÊNDICE 3: Regulamento Interno do PPGE/UFJF
- APÊNDICE 4: Resolução de Produção Discente
- APÊNDICE 5: Resolução de Distribuição de Bolsas
- APÊNDICE 6: Resolução de Manutenção de Bolsas
- APÊNDICE 7: Resolução de Estágio Pós-doutoral
- APÊNDICE 8: Estrutura Organizacional do PPGE
- APÊNDICE 9: Projeto Político Pedagógico
- APÊNDICE 10: Projetos de Pesquisa e suas Categorizações de Investigação
- APÊNDICE 11: Núcleos e Grupos de Pesquisa da FAGED
- APÊNDICE 12: Desenho Curricular
- APÊNDICE 13: Avaliação de Objetivos e Metas
- APÊNDICE 14: Edital credenciamento Docente 2020
- APÊNDICE 15: Edital Processo Seletivo 2021
- APÊNDICE 16: Perfil do Corpo Docente
- APÊNDICE 17: Espelhos dos questionários discentes - Ingresso
- APÊNDICE 18: Espelhos dos questionários discentes - Meio
- APÊNDICE 19: Ficha de acompanhamento e avaliação docente
- APÊNDICE 20: Espelho do questionário docente - Final
- APÊNDICE 21: Planilha de acompanhamento de produção discente e de egressas(os)
- APÊNDICE 22: Resolução da Política de Ações Afirmativas na PG UFJF
- APÊNDICE 23: Planejamento Estratégico 2025-2028

APÊNDICE 24: Plano de Autoavaliação 2025-2028

APÊNDICE 25: Espelho de questionário de avaliação docente - Meio

APÊNDICE 26: Relatório Quadrienal Discente Comissão de Autoavaliação

APÊNDICE 27: Resolução Critérios Distribuição Bolsa CSPP UFJF

APÊNDICE 28: Resolução Critérios Distribuição Recursos APG CSPP UFJF

APÊNDICE 29: Lei de Cargos Vencimentos Gratificações PJF

APÊNDICE 30: Normas Auxílio Financeiro Discentes

APÊNDICE 31: Resolução Distribuição Bolsas PBPG

APÊNDICE 32: Edital Processo Seletivo Discentes

SUMÁRIO

Histórico e contextualização do programa.....	7
Políticas Afirmativas de Inclusão, permanência e acessibilidade.....	21
Impactos da Pandemia de COVID – 19.....	26
Outras informações.....	27

QUESITO 1 – PROGRAMA

1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.....	29
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.....	44
1.3 Planejamento estratégico do Programa em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional ou equivalente, incluindo as políticas afirmativas e de promoção de equidade....	59
1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.....	74

QUESITO 2 – FORMAÇÃO

2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.....	91
2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.....	93
2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida..	96
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa.....	97

QUESITO 3 – IMPACTO

3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa..	102
--	-----

3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa.....	116
3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.....	131

ANEXOS

ANEXO I.....	145
ANEXO II.....	156
ANEXO III.....	171

Histórico e contextualização do programa

Em 2025 o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF) completará 30 anos de atuação. Ao longo desses anos (mestrado com primeira turma iniciando em 1995 e doutorado em 2008), o PPGE tem experimentado um crescimento na procura pelo programa, tanto por parte de pessoas interessadas em pleitear uma vaga como discente, quanto por parte de pessoas interessadas em compor o corpo docente.

No quadriênio em tela (2021-2024), a média de inscrições por processo seletivo foi de 575,25 candidatos/as, com a média de 54,5 vagas oferecidas, perfazendo o número de 10,5 para a relação candidato/vaga. A taxa de ocupação é de 93,1%, com média de 50,7 vagas ocupadas por ano. No que diz respeito à demanda para fazer parte do PPGE como membro do corpo docente, em Edital de credenciamento realizado em 2020 foram credenciadas/os 12 docentes permanentes, que passaram a compor o quadro docente a partir de 2021. A partir de no Edital de credenciamento realizado em 2024, mais 12 docentes passarão a compor o corpo docente permanente do Programa para o quadriênio 2025-2028. O PPGE contou, ao longo do quadriênio 2021-2024, com a média de 49 docentes, sendo 38 permanentes e 11 colaboradoras/es, totalizando 77,5% de docentes permanentes. Esses números o tornam o maior Programa de Pós-Graduação da UFJF em número de docentes. Atualmente, quase 70% do corpo docente efetivo da Faculdade de Educação (FACED), compõe os quadros do PPGE e cerca de 90% das/os docentes do PPGE são lotados na Faculdade de Educação. As/Os demais são oriundas/os de outras Faculdades ou Institutos, como a Faculdade de Educação Física e o Instituto de Ciências Humanas. Trata-se de um corpo docente de formação multidisciplinar e atuação interdisciplinar.

Até dezembro de 2024, o PPGE/UFJF titulóu 622 mestres/as e 152 doutores/as, sendo 110 mestres/as e 64 doutores/as no quadriênio 2021-2024, perfazendo uma média de 44 titulações por ano, constituindo-se, também, como um dos maiores programas da UFJF em termos de titulação. Ao longo do quadriênio, foram observados baixíssimos índices de abandono ou desistência, o que evidencia um componente exitoso de acesso e fluxo – a despeito dos efeitos do contexto pandêmico, sobretudo na primeira metade do quadriênio – propiciando que o PPGE possa cumprir a missão de qualificar a formação profissional, em nível de mestrado e de doutorado, com destaque para a dimensão regional, no campo da pesquisa e da docência, por meio da produção e da difusão de conhecimentos com relevante impacto social na Educação Básica e na Educação Superior.

Ao longo desses quase 30 anos de existência, o PPGE tem construído uma história coletiva de crescimento e fortalecimento, sempre focando na sua área de concentração – **Educação Brasileira: gestão e práticas pedagógicas** – e sua missão. Uma história engendrada na história da pós-graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora e nas ações institucionais, na região e no país, desenvolvidas por ela ao longo de sua história.

A UFJF – hoje organizada em dois *Campi*, Juiz de Fora e Governador Valadares e diversos polos UAB – nasceu no contexto do desenvolvimentismo. Criada por um Decreto do então Presidente Juscelino Kubitschek, ancorou-se, por muito tempo, sob a perspectiva de ser uma instituição fomentadora do desenvolvimento local e regional. Sua instalação em Juiz de Fora modificou estruturalmente o perfil econômico, social e cultural da cidade de porte médio que viveu muito tempo sob o signo da nostalgia da “Manchester Mineira” do início do século XX e produziu um efeito atrativo de pessoas, capitais e investimentos para toda a região.

A instituição apresenta-se para a sociedade como um polo científico e cultural de uma região de mais de três milhões de habitantes, com reconhecimento nacional e internacional. Presente no dia a dia dos estudantes, desde a educação básica até a pós-graduação, a UFJF investe na qualificação de seu corpo docente e de técnico-administrativos em educação, busca a atualização constante de laboratórios e salas de aula e prioriza o diálogo com a sociedade, atendendo a todos os preceitos do tripé ensino, pesquisa e extensão. A UFJF conta hoje com 51 Programas de PG, sendo 39 acadêmicos e 12 profissionais, em todas as áreas do conhecimento. Pelos *campi* da UFJF circulam diariamente quase 25 mil alunos, sem contar os cerca de três mil estudantes da educação a distância. A pós-graduação contribui com mais de três mil discentes matriculadas/os.

Dentre as políticas institucionais para a Pós-Graduação destacam-se o Programa de Apoio à Pós-Graduação (APG), que desde os anos 2000 destina verbas próprias do orçamento da UFJF especificamente voltadas ao incentivo à inserção científica por meio de eventos, publicações e mesmo rotinas cotidianas que demandam recursos de custeio; o Programa de Bolsas de Pós-graduação (PBPG), que é uma política de fomento aos programas de pós-graduação *stricto sensu* acadêmicos e profissionais da instituição direcionada à promoção da permanência de estudantes, através da concessão de bolsas de Mestrado e de Doutorado; o Programa de Estímulo ao Intercâmbio Acadêmico da Pós-graduação *stricto sensu* e da Pesquisa da UFJF (PEIA-PG), que fomenta o desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* e da atividade de pesquisa na UFJF através da destinação de verbas para contratação de Professores Visitantes nacionais e estrangeiros e para a contratação de docentes substitutos para docentes permanentes dos Programas em estágios pós-doutorais ou ações formativas

semelhantes; ações voltadas especialmente para a Internacionalização por meio da Diretoria de Relações Internacionais, que resultou, inclusive, no oferecimento de bolsas de Doutorado Sanduíche Reverso, permitindo que os programas de Pós-Graduação da UFJF recebessem estudantes de outros países (o PPGE recebeu quatro estudantes no PDSR, oriundas/os de África, Europa e Ásia); desenvolvimento de ações estratégicas voltadas ao planejamento, monitoramento, financiamento e avaliação da Pós-Graduação em toda a Instituição. Essas ações fazem parte da política institucional, em acordo com o seu PDI, de busca constante da excelência na Pós-Graduação voltada à Inovação e ao desenvolvimento regional – que é seu espaço mais imediato de reverberação - mas também com abrangência nacional e internacional.

A história do PPGE – que coincide com a história da expansão da pós-graduação *stricto sensu* da UFJF – inicia-se por meio da decisão política de um pequeno grupo de professoras/es de uma antiga Faculdade de Educação que, não tendo sequer um corpo docente próprio para todas as áreas de conhecimento, sonhou, outrora, em ser uma Faculdade capaz de cumprir o seu papel de instituição de excelência na formação docente e na pesquisa em Educação. Em seus primórdios, a FAGED – até o período coincidente com a origem do PPGE – funcionava com docentes emprestados de vários institutos, bem como do Colégio de Aplicação. Assim também se deu a organização em torno da fundação do Programa. Os atores que produzem e transformam o programa ao longo de seus quase 30 anos o fazem sob e a despeito das contingências das mais variadas necessidades, por vezes, bastante desafiadoras. O fato fundamental a ser destacado, nesse caso, é a mobilização de um esforço coletivo para criação do PPGE/UFJF, reconhecido pela Capes em 1999.

Esse movimento impôs muitos desafios, para os quais a perenização de um projeto de formação de quadros docentes internos da Faculdade era fundamental. Nesse sentido, pode-se dizer que o PPGE transformou estruturalmente a FAGED ao longo de sua história, dando origem às bases através das quais se reformulou o projeto de licenciaturas para a Universidade e se reorganizou a base administrativa da FAGED, por meio da criação de um Departamento único, capaz de favorecer interações mais perenes e complexas quanto às áreas de conhecimento. Do mesmo modo, e em via inversa, a Faculdade reconfigurada, segue, hoje, agindo no sentido de promover contínuos reajustamentos no Programa. Um efeito disso é que quase 70% do corpo docente da FAGED é, também, membro do corpo docente do PPGE.

Foi precisamente no ano de 1994, que as/os poucas/os docentes que àquela altura puderam ter a chance de fazer um curso de Doutorado conceberam a ideia do PPGE. A aposta, naquele contexto, era a de transformar uma Faculdade de Educação, à época transmissora de

conhecimentos produzidos por outrem, em uma instituição produtora de conhecimentos válidos para o aprofundamento do impacto social local e regional da UFJF.

A autorização legal para o funcionamento se daria somente cinco anos depois, no ano de 1999, por meio da Portaria nº. 1734 de 07 de dezembro de 1999, quando então, ao alcançar a nota 3, foi reconhecido pela CAPES. É importante registrar que no momento da organização do PPGE, a equipe que estava à frente do processo enfrentou diversos desafios e situações que coincidiram com as mudanças estruturais que estavam ocorrendo em escala nacional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*: nova organização nos critérios de produção do corpo docente; mudanças na forma de criação de novos programas; alteração dos períodos de permanência dos pós-graduandos nos cursos de Mestrado e Doutorado; entre outros. O PPGE teve, por exemplo, sua primeira turma de mestrado como sendo a última organizada sob um cronograma de quatro anos, tal como eram os antigos mestrados. Assim, todo o material que havia sido organizado para uma proposta que pautava a criação de novos programas teve que ser refeito, o que levou a uma demora nos trâmites de aprovação, pois os próprios órgãos gestores reconheceram que habitar essas duas temporalidades produzia a necessidade de adequar o que já estava em desenvolvimento à nova realidade que se constituía.

Era uma época em que a pós-graduação era vista como um luxo para poucos. A despeito de seu caráter público, era quase inacessível para o conjunto da população em sua diversidade social, étnica e cultural. Mas era preciso um começo. Era o quarto Programa de Pós-Graduação criado na UFJF, cuja pós-graduação, em um sentido geral, é ainda bastante jovem, tendo sido impulsionada institucionalmente apenas a partir do início dos anos 2000. Esse investimento é resultado, essencialmente, do incentivo anterior, a partir dos anos 1998/1999, na qualificação do corpo docente da Universidade em nível de doutorado, o que permitiu um crescimento rápido do corpo de Doutoradas/es e na formação de Grupos de Pesquisa qualificados em todas as áreas de conhecimento, especialmente, em nosso caso, na FAGED, o que potencializou a natureza das pesquisas que deram origem ao PPGE. O Curso de Doutorado foi autorizado pela CAPES em abril de 2008, sendo reconhecido pelo MEC através da Portaria nº. 458 de 11 de abril do mesmo ano.

A primeira turma do Doutorado ingressou no semestre de sua autorização, a partir da oferta de seis vagas e veio ao encontro de uma expectativa da comunidade acadêmica local, existente há vários anos. Atualmente o Programa vem oferecendo, em média, um total variável entre 50 e 70 vagas anualmente para Mestrado e Doutorado, sendo o maior processo seletivo em nível de Pós-Graduação da UFJF. Esse número de vagas não é fixo porque leva em consideração, já há alguns anos, o desenho de distribuição de vagas voltado ao equilíbrio do

programa e também à possibilidade de oferta de vagas pelo corpo docente, assim como as condições efetivas de funcionamento da secretaria do Programa, para atender com qualidade toda a demanda de trabalho.

Em seu nascedouro, para além de um grupo docente diminuto, o desenho das pesquisas em suas temáticas e ancoragens metodológicas era diretamente proporcional ao pequeno número de sujeitos envolvidos no programa. Ademais, a construção de uma cultura institucional de grupos de pesquisa ainda estaria por ser construída na década posterior.

Para apresentar o Programa em sua trajetória de modo mais detalhado, essa escrita está organizada, com uma finalidade estritamente didática, a partir de uma periodização em quatro marcos temporais: **Origens** (1994 a 2002); **Afirmação** (2003 a 2011); **Consolidação e Reformulação de seu Desenho Didático Pedagógico** (2012 a 2020); **Ampliação de Horizontes** (a partir de 2021).

Primeira Fase – Origens (1994-2002)

Em sua origem, organizou-se um programa estruturado sobre duas linhas de pesquisa, tendo como missão a produção de conhecimento sobre a Educação em geral, considerando tanto os processos sociais e políticos que configuram a relação entre o Estado e a sociedade na realidade educacional brasileira, quanto os processos específicos de construção do conhecimento no âmbito escolar. Daí a valorização do debate acerca dos procedimentos de avaliação e das políticas públicas que se concretizavam em sistemas educacionais e orientavam as diversas práticas pedagógicas. Estes objetivos se concretizavam, àquela altura, na área de concentração do curso, que segue, longevamente, orientando seu eixo de ação até os dias de hoje: **Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas**.

Desde 1994/1999 até o ano de 2018, o Programa organizou-se em torno daquelas mesmas duas linhas de pesquisa que aglutinavam o corpo docente em sua origem: Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional e Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores. A linha de pesquisa Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional investigava temas que diziam respeito à relação entre o Estado brasileiro e a educação, tanto na formulação de políticas educacionais quanto nas práticas em curso nos diferentes sistemas escolares. A linha dedicou-se, ao longo de sua existência, ao desenvolvimento de instrumentos de gestão, avaliação, monitoramento e planejamento em educação, apropriados à diversidade existente na realidade brasileira. Eram também objeto de estudo as relações entre educação, desenvolvimento econômico, trabalho e tecnologia.

Já a segunda linha de pesquisa – Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores – investigava as relações entre linguagem, cultura e cognição focalizando a linguagem em suas diferentes perspectivas. Abordava, também, a construção do conhecimento, o ensino, a aprendizagem, a leitura/escrita e a formação de professores. Historicamente reuniu a maior parte do corpo docente e discente que foi se agregando ao Programa.

Cabe ressaltar o impacto acadêmico e social, mas também político e econômico, do então nascente PPGE, na cidade de Juiz de Fora, coincidindo com um anseio da comunidade acadêmica e escolar. Dá-se início a um processo de busca por maior qualificação do trabalho docente, formação de novos quadros e de novas/os pesquisadoras/es na área de Educação na cidade. Esse anseio se revela na alta procura pelos processos seletivos do programa, mas também pela crescente procura por participação nos Grupos de Pesquisa que se colocavam também em processo de nascimento e fortalecimento.

Essa fase do Programa coincide, também, com uma época de mudança no sistema Municipal de Educação e na reestruturação da carreira docente no magistério público municipal. Em 31 de agosto 1995 é aprovada a lei municipal nº 8718, que dispõe sobre os novos quadros de cargos, vencimentos e gratificações dos Servidores Públicos Municipais, regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Juiz de Fora, de suas Autarquias e Fundações. Essa lei estabelece que as/os servidoras/es municipais efetivas/os do Magistério receberão adicional por formação correspondente a 20% por especialização, 50% por Mestrado e 100% por Doutorado (esse aspecto será explorado no item 3.2). Isso, inegavelmente, ajuda a estabelecer uma relação de procura mais evidente de servidoras/es públicas/os municipais do magistério pelo PPGE.

Segunda Fase – Afirmação (2003-2011)

O ano de 2003 demarca o início do processo de retorno da maior parte dos docentes da FAGED que, durante o período de incremento de seu plano de capacitação docente, permitiu a formulação de uma política institucional de qualificação do corpo docente em nível de Doutorado em instituições externas à UFJF. Assim, paulatinamente, na medida em que regressavam à Instituição, a incorporação das/os docentes recém doutoras/es ao PPGE era muito esperada, tendo em vista a correlação entre o diminuto corpo docente e a alta demanda por vagas no PPGE em processos de ingresso discentes progressivamente marcados por alta competitividade e vasta procura por temas de pesquisa viáveis em termos de orientação.

O Programa precisava muito dessa incorporação de novas/os docentes para seguir atendendo adequadamente a demanda que se apresentava, o que produziu, durante alguns anos,

um processo de credenciamento tacitamente feito em forma de fluxo contínuo. Paralelamente, foi sendo fomentada uma política de afirmação de pertencimento, construindo modos e meios para o engajamento do corpo docente da FAGED ao PPGE. Era essencial para a UFJF como um todo, e para a FAGED particularmente, a construção de uma cultura coletiva de pós-graduação, para a qual a organização de Grupos de Pesquisa, a aprovação de projetos em agências de fomento e o adensamento da inserção acadêmica em planos alargados eram atitudes essenciais de serem cultivadas, aprendidas, praticadas.

A abertura do curso de Doutorado no PPGE, no ano de 2008, representou a construção de novas rotinas que foram provocando, ao longo do tempo, uma mudança de alto impacto na estrutura do Programa. Passou-se a redimensionar as práticas de formação de pesquisadoras/es graças ao incremento do funcionamento dos Núcleos e Grupos de Pesquisa, que passaram a funcionar com discente de graduação, mestrado e doutorado, o que gerou, associadamente, a criação e a consolidação de uma cultura de Núcleos e Grupos de Pesquisa. Essa cultura organizou não só a relação entre as disciplinas da Graduação e da Pós-graduação, como também, converteu os Núcleos e Grupos de Pesquisa, em *locus* privilegiado para a formação orgânica de pesquisadoras/es em diversos níveis.

Desse modo, os Núcleos e Grupos de Pesquisa foram se tornando a célula básica em torno da qual estrutura-se organicamente o trabalho docente, a seleção de bolsistas de Iniciação Científica, a formação de estudantes de graduação dentro de uma cultura de pesquisa – fato historicamente novo para a Faculdade àquela altura e que segue movimentando-a até hoje – a projeção de estudantes de graduação para a pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado. Trata-se, sobretudo, da construção de espaços dialógicos nos quais pesquisadoras/es de trajetórias e experiências distintas encontravam-se em relações de diálogo e possibilidades conjuntas de formação. Destaca-se, nesse caso, a abertura dos Núcleos e Grupos de Pesquisa para a participação de professoras/es da Escola Básica e de egressas/os, o que construiu, tanto para a Faculdade quanto para o Programa, novas dinâmicas de habitação e apropriação do espaço físico e que, por outro lado, estimulou também, com o passar do tempo, o investimento em projetos de extensão universitária construídos a partir da interface com a pesquisa e com os Núcleos e Grupos de Pesquisa.

Em seu nascedouro, o Doutorado estabeleceu uma dinâmica obrigatória – com caráter profundamente formativo para o Programa em seu movimento inicial – de realização de dois exames de qualificação que antecederiam à defesa. Isso contribuiu para um incremento dos processos de inserção das pesquisas e dos grupos em diferentes instituições nacionais e para o diálogo acadêmico com suas/seus pesquisadoras/es. De modo singular frente ao que era a praxe

em outras instituições, as bancas de qualificação e defesa se converteram, em espaços abertos e partilhados de formação e de diálogo acadêmico.

Eventos públicos associados à dinâmica de divulgação das pesquisas realizadas no programa para a comunidade local impactaram a organização curricular do Programa, como foi o caso do Projeto intitulado **Segunda na Pós**. Nascida como um evento incidental e repetitivo para comunicação de pesquisas e percursos de estudantes e professoras/es, a atividade foi convertida em disciplina regular (“Seminário Permanente de Pesquisa em Educação”, hoje intitulada “Tópicos de Pesquisa em educação”) aberta a um público amplo interessado e, posteriormente, associada a projeto de extensão aberto à comunidade, como uma disciplina/evento voltados à divulgação das trajetórias de pesquisa de estudantes, docentes, egressos e convidados.

No contexto dessa segunda fase, o Programa também constituiu, junto à Editora da UFJF, uma coleção especial designada por “Caminhos da Pesquisa Educacional”, que teve um papel importante de publicar obras autorais, coletâneas com textos derivados da produção acadêmica do programa, coletâneas nacionais, com a participação, inclusive, de pesquisadores internacionais que começavam a ser conectados em função da dinâmica acadêmica dos Grupos de Pesquisa que movimentavam o Programa. Foi um momento em que a Editora da UFJF se profissionalizou de modo significativo e foi potencializada sob o ponto de vista institucional para fornecer apoio acadêmico aos Programas de Pós-Graduação. Isso teve efeito também sobre as revistas acadêmicas institucionais, no caso do PPGE, da Revista Educação em Foco que, paulatinamente foi ascendendo em seu processo de conceituação, hoje sendo um veículo A3. Cabe enfatizar todo aquele processo de fomento à veiculação da produção acadêmica represetada e seu papel importante no fomento interno de uma cultura acadêmica de pós-graduação e de estímulo à divulgação por meio de artigos e capítulos de livros, tanto por parte de docentes quanto de discentes. Tal política de publicação por meio do recurso à Editora da UFJF segue em andamento, agora, junto aos Selos Editoriais (o PPGE criou um selo denominado “Caminhos da Pesquisa em Educação”).

Paralelamente à afirmação do Doutorado, a UFJF, sob o ponto de vista institucional, também trabalhava visando criar e fortalecer uma cultura institucional de pós graduação. Nesse sentido, foram adotadas diversas iniciativas específicas de apoio, tais como: criação de um programa institucional de Apoio à Pós-Graduação (APG), existente até os dias de hoje e que designa verbas de custeio da instituição diretamente aos programas de Pós-Graduação, paralelamente às verbas destinadas pela CAPES; a criação de grupos de trabalho especiais para proposição de projetos institucionais em programas como CT-INFRA, o que permitiu equipar

a maior parte dos programas com elementos básicos para seu funcionamento bem como incrementar todas as bibliotecas dos programas de pós-graduação, reorganização de sistemas administrativos de modo a incorporar, tanto no calendário acadêmico quanto nos sistemas de gestão, as rotinas e necessidades da pós-graduação; criação de um Conselho Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como uma Câmara de Pós-Graduação em assessoramento à Pro-Reitoria.

Se isso valeu para o plano da instituição, é importante destacar que no plano local, a abertura do Doutorado trouxe novos componentes para a redefinição dos rumos da FACED, num duplo movimento para dentro e para fora. Por um lado, passamos a receber uma demanda crescente de candidatas/os ao Doutorado provenientes de diferentes regiões do país. Houve, também, uma forte demanda de parcerias solidárias quanto à formação de pesquisadoras/es em diversos estados da federação, o que acabou produzindo um convênio institucional com o Estado de Roraima por meio de Mestrado e Doutorado (híbridos, quanto à sua modalidade). Foram duas instituições envolvidas, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e o Instituto Federal de Roraima (IFRR). Foram 13 docentes daquelas instituições beneficiados com o acordo cooperativo. Todas/os concluíram seus cursos. Por outro lado, toda essa dinâmica favoreceu sobremaneira o processo de inserção acadêmica local, regional, nacional e internacional do Programa, que passou a ser mais reconhecido em suas produções e pesquisas.

Terceira Fase – Consolidação e Reformulação do Desenho Didático-Pedagógico (2012-2020)

Com a consolidação do Doutorado, impulsionam-se fortemente, no âmbito da Faculdade de Educação e do PPGE, os Núcleos e os Grupos de Pesquisa que se formaram na articulação de duas frentes. De um lado tivemos o processo de desenvolvimento e aprofundamento do Programa com suas dinâmicas de pesquisa e interações acadêmicas com grupos de diferentes partes do país e do exterior e, de outro lado, o crescimento da FACED em função de novas demandas e novos contornos de inserção da mesma no projeto global de formação de professoras/es da instituição.

Um processo de reestruturação administrativa e pedagógica da FACED foi impulsionado pela reforma das Licenciaturas coordenada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) com forte apoio de nossa unidade acadêmica. Foi produzida uma força tarefa na Universidade que, dentre outros aspectos, reorganizou, nos moldes de uma proposta global de formação, o desenho didático dos cursos de formação de professoras/es. Havia, por ocasião do advento desse grupo de trabalho no âmbito da UFJF, um problema estrutural a ser enfrentado:

a ausência de uma política de formação de professoras/es na instituição, expressa por um princípio formativo para todas as licenciaturas. Naquele momento, o contorno das linhas de pesquisa e o fortalecimento de grupos específicos de investigação constituídos na esteira do PPGE foi decisivo para a proposição desse novo desenho global para as licenciaturas como um todo. A comissão designada pela FACED constituiu uma grade curricular acatada pela PROGRAD e preconizada para toda a UFJF, baseada em princípios formativos comuns às diferentes licenciaturas.

Pode-se dizer, em retrospectiva, que toda essa formulação adveio fortemente do incremento dos grupos de pesquisa e da experiência de disciplinas no âmbito do PPGE. Isso significa dizer que o conhecimento acumulado e a estruturação das dinâmicas de produção de conhecimento no âmbito do PPGE significaram, naquele contexto, uma base estrutural para a reformulação do projeto de formação de professoras/es da UFJF.

A FACED constituiu um plano de recomposição dos seus quadros (impulsionada pelo REUNI e configurado no fortalecimento das áreas de ensino e pesquisa, como Ensino de História, Educação Matemática e Ensino de Física, por exemplo) e um plano de capacitação, ao logo da segunda metade dos anos de 1990 e anos 2000. Esses dois planos esboçaram o desenho das áreas tal como temos atualmente e a decisão para os concursos docentes não deixou de preconizar o atendimento indissolúvel da graduação e da pós-graduação. Isso trouxe um novo vigor para o PPGE, que foi ampliando o seu corpo docente e, conseqüentemente, foi fortalecendo e adensando sua atuação na formação de pesquisadoras/es, focando no cumprimento da sua missão.

Portanto, uma das singularidades desta terceira etapa diz respeito ao caráter definitivamente integrador do PPGE no processo global de organização e reestruturação da FACED. Não há hoje docente do PPGE – exceto aquelas docentes que se aposentaram e continuaram atuando como professoras convidadas, atualmente três casos apenas, e professores visitantes – que não atue na Graduação e na Pós-Graduação simultaneamente. Portanto, construiu-se uma articulação permanente entre aquilo que nasce da pesquisa gerada no PPGE e o desenho didático-pedagógico e temático das disciplinas da Graduação para todas as licenciaturas.

O passo seguinte desse rearranjo foi a abertura do PPGE, via editais de credenciamento, para novas/os docentes – não só da Faculdade de Educação, mas também de outras Unidades Acadêmicas da UFJF – interessadas/os na alavancagem das pesquisas em Educação. Isso se deu em função dos impactos da crescente demanda pública por vagas: chegamos a receber quase mil inscrições em um único processo seletivo de discentes. Esse contexto de incremento de

novas/os docentes produziu não só uma ampliação nas possibilidades de orientação, mas também uma diversificação das temáticas atendidas e focalizadas, sem representar, contudo, uma modificação das tendências investigativas longevas verificadas.

O efeito principal desse incremento de quadros foi a necessidade de reorganizar as linhas de pesquisa e, conseqüentemente, o desenho curricular do Programa. Eram dois grandes desafios a serem enfrentados: (i) ajustar as linhas de modo a incorporar e acolher o conjunto de novas/os docentes; (ii) garantir a aderência das linhas à perspectiva de formação, considerando a participação de cada linha no fluxo de disciplinas do Programa.

No ano de 2014, o colegiado do PPGE, em virtude de reflexões acumuladas em função de seus seminários internos, recomendou que um grupo de trabalho fosse organizado com o intuito de estudar a condição acadêmica do programa. O objetivo era buscar um olhar panorâmico em torno do perfil de programas equivalentes no cenário nacional e propor indicações que pudessem ser tomadas como ponto de partida para uma reestruturação global da organização e fluxos curriculares, de tal modo que esse conjunto de mudanças nos fortalecesse na formação de pesquisadoras/es no programa, favorecendo ao cumprimento da nossa missão e, conseqüentemente, nos habilitasse a uma melhoria de conceito na avaliação subsequente pela CAPES.

A partir dos estudos de reestruturação das linhas, que toma materialidade em 2019, e considerando a área de concentração do programa – **Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas**, foram configuradas três linhas: **Linha 1: Trabalho, Estado e Movimentos Sociais**, que foca suas investigações em temas que dizem respeito à relação entre o Estado e a educação em suas dimensões histórica, econômica e sociológica; **Linha 2: Linguagens, Culturas e Saberes**, que se ocupa, fundamentalmente, com as relações entre linguagem, cultura, currículo, saberes escolares e não escolares, formação e trabalho docente; **Linha 3: Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos**, que prioriza a problematização da educação na relação com subjetividades, discursos, práticas e ideias.

No intuito de fortalecer as linhas, assim como aprofundar a formação de pesquisadoras/es na configuração de cada linha, optou-se por um redesenho curricular, configurando uma organização que atenderia a uma disciplina obrigatória geral, uma obrigatória de cada linha (somente no caso do mestrado) e uma obrigatória para garantir a participação da/o discente no grupo de pesquisa da/o orientadora/or.

Ainda na esteira da reconfiguração das linhas de pesquisa e do redesenho curricular foi proposta – e está em consolidação – uma reorganização das bases da gestão do programa. Trata-se de uma aposta na incorporação coletiva do Programa em Setores de Trabalho que, ao mesmo

tempo, compartilham com a coordenação a responsabilidade gestora e formam quadros capazes de compreender a complexidade inerente a um programa de pós-graduação. Quatro grandes Setores foram instituídos – Setor de Acompanhamento Docente, Setor de Acompanhamento Discente, Setor de Acompanhamento Curricular e Setor de Acompanhamento de Processos – visando à organização do Programa por meio de medidas de planejamento e de avaliação.

Quarta Fase – Ampliação de Horizontes (A Partir de 2021)

No início do quadriênio (2021), o Colegiado do Programa (constituído por todo o seu corpo docente, representação discente e de técnicos-administrativos) – impulsionado do PDI da UFJF, que preconiza a busca pela excelência de seus cursos de Pós-graduação – entendeu que a melhor estratégia para o Programa cumprir sua missão seria conquistar o aumento do conceito pela CAPES. O relatório de avaliação do quadriênio 2017-2020, o Planejamento Estratégico e os processos permanentes de autoavaliação serviram como ponto de partida para a busca dessa meta. Com apoio da FAGED e da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP/UFJF), iniciou-se um processo de (re)estruturação, atualização e fortalecimento do Programa, que contou com as decisivas participações das consultorias externas da Profa. Dra. Terezinha Oliveira, da Universidade Estadual de Maringá, e do Prof. Dr. Ângelo Ricardo Souza, Coordenador Geral da área de Educação da CAPES. Assim, as principais ações realizadas ao longo do quadriênio, na direção da qualificação do programa, se organizaram em dois eixos: gestão acadêmica e gestão administrativa.

No primeiro eixo, foram priorizadas ações que envolvessem a criação e atualização de resoluções e outros dispositivos necessários ao funcionamento eficaz do programa com foco na atuação acadêmica dos corpos docente e discente. Nesse sentido, destacam-se:

- i) Resolução de Acompanhamento Docente, que institui a política de acompanhamento e de avaliação dos(as) docentes do Programa (APÊNDICE 1);
- ii) Resolução de Credenciamento e Recredenciamento Docente, que institui a política de Credenciamento e Recredenciamento de docentes ao Programa (APÊNDICE 2);
- iii) Regulamento Interno do PPGE/UFJF, atualizado e adaptado ao Regulamento Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu aprovado pelo Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa (CSPP), em junho de 2023 (APÊNDICE 3).
- iv) Resolução de Produção Discente, que institui os parâmetros para exigências de produção discente para defesa de dissertações e teses do Programa (APÊNDICE 4);
- v) Resolução de Distribuição de Bolsas, que estabelece normas e critérios próprios de distribuição de bolsas de pós-graduação, no âmbito do PPGE/UFJF, e regulamenta as hipóteses

de acúmulo com atividades remuneradas e outros rendimentos, atendendo à realidade da área de Educação e em conformidade com o previsto na Resolução CSPP/UFJF nº 32/2023 (APÊNDICE 5);

vi) Resolução de Manutenção de Bolsas, que estabelece critérios de manutenção de bolsas no âmbito do Programa (APÊNDICE 6);

vii) Resolução de Estágio Pós-doutoral, que estabelece as normas para o Estágio Pós-doutoral no âmbito do Programa (APÊNDICE 7);

No segundo eixo, foram priorizadas ações com vistas à otimização do trabalho coletivo e colaborativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo. Destacam-se as seguintes ações:

i) Organização de Setores de Trabalho, baseada em princípios de gestão democrática. (Ver organogramas disponibilizados no APÊNDICE 8). Essa organização foi iniciada no quadriênio anterior, a partir da avaliação quadrienal e de processos de autoavaliação, mas se efetivou no quadriênio que está sendo objeto de análise. Os quatro Setores foram assim instituídos: Setor de Acompanhamento Docente, Setor de Acompanhamento Discente, Setor de Acompanhamento Curricular e Setor de Acompanhamento de Processos. Esses Setores funcionam como núcleos organizacionais descentralizados e parceiros da Coordenação do Programa. Os setores estruturam as ações de modo sistêmico, por meio de Comissões e Grupos de Trabalho. As ações contemplam as etapas de planejamento, execução e avaliação e são organizadas a partir das demandas permanentes e contingenciais que interpelam o funcionamento do PPGE/UFJF.

ii) Reorganização do funcionamento da Secretaria do Programa. O PPGE possui Secretaria própria, contando com três Técnicos Administrativos em Educação (TAE) ali alocados. Dois desses TAEs acompanham o programa desde 2016 e um deles foi incorporado à equipe em 2023. Um dos TAEs mais antigos realizou mestrado profissional no Programa de Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/UFJF), tendo como objeto de pesquisa o funcionamento da Secretaria do PPGE. Dessa investigação resultou não apenas a dissertação intitulada “Gestão por processos: uma possibilidade de desenvolvimento organizacional do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora”, mas também a reorganização de processos e procedimentos operacionais da Secretaria do PPGE. A organização efetivada e em vigência ao longo do quadriênio focou na distribuição, para cada TAE, de um conjunto de tarefas, atribuições e responsabilidades prioritárias, tendo, cada uma delas, um segundo responsável, de modo que a ausência de algum deles não prejudique o funcionamento do Programa. Houve também aprofundamento formativo dos TAEs no

programa EXCEL. O domínio das múltiplas possibilidades oferecidas por esse programa permitiu ampliar a eficiência do trabalho realizado pela Secretaria do PPGE.

No que diz respeito ao atendimento ao público interno e externo, a Secretaria do PPGE/UFJF fica aberta de segunda a sexta-feira, de 7h às 19h, sem interrupção de atendimento ao longo desse horário. O atendimento é feito, também, via e-mail e telefone.

iii) Aprovação de dois projetos no Programa de Consolidação de Programas 3 e 4 da CAPES: duas bolsas de doutorado e duas bolsas de pós-doutorado com efeitos financeiros também para o programa. A ampliação do número de bolsas para esses dois grupos repercute positivamente para o PPGE à medida que, no primeiro caso, ao diminuir o número de discentes sem bolsa, aumenta o número de pessoas com melhores condições de desenvolvimento de sua pesquisa, o que é significativamente relevante no doutorado, dado o caráter inovador que a pesquisa nesse nível deve proporcionar. No caso dos estágios de pós-doutoramento, a contribuição se dá na direção de aprofundamento de pesquisas de recém-doutores no PPGE/UFJF, contribuindo para a incorporação de novas reflexões em disciplinas, orientações, ações de extensão, entre outras atuações, além de proporcionar o aumento da nucleação do Programa quando do retorno desses pesquisadores às suas instituições de origem.

Todos esses movimentos, aprofundados em relação à fase anterior ou iniciados nesta, são fortalecidos com a entrada de 12 novas/os docentes para iniciar o quadriênio 2021-2024, e outras/os novas/os 12 docentes para iniciar o quadriênio 2025-2028. A entrada de 24 novas/os docentes no Programa desde 2021, a despeito de exigir a rediscussão de seus contornos, se dá em um contexto no qual a ampliação do conceito do Programa é percebida como horizonte necessário para que o PPGE possa sustentar o alcance que ele mesmo atingiu, de forma a continuar cumprindo sua missão e seus objetivos.

Políticas Afirmativas de Inclusão, permanência e acessibilidade

Em relação às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade, é importante destacar o protagonismo do PPGE na construção das políticas de ação afirmativa na UFJF, em estreita articulação ao PDI. Em outubro de 2021, o Conselho Superior da UFJF (CONSU) aprovou e publicou, após longo processo de discussões e análises, a Resolução CONSU N° 67/2021 (APÊNDICE 22), que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas na Pós-graduação *Stricto Sensu* da UFJF, os processos seletivos para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado desta instituição, por meio da reserva de vagas. Essa resolução é fruto de um amplo trabalho coletivo, no qual o PPGE teve destaque e protagonismo. Destaca-se, fundamentalmente, o trabalho da Diretoria de Ações afirmativas, coordenado pelo Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira, DP do PPGE, que liderou uma equipe na elaboração das bases para a resolução. A partir dessa base, o Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa (CSPP) elaborou coletivamente a Resolução, posteriormente aprovada pela Consu. Considerando que o PPGE havia se antecipado à Resolução e implementado sua política de reserva de vagas em seu processo seletivo, a coordenação teve um importante papel nesta construção.

Essa resolução determina, em seu Art. 3º, que todos os cursos de mestrado e doutorado da UFJF deverão atingir 50% de vagas reservadas em seus processos seletivos, até o quinto ano de sua aplicação, iniciando com, no mínimo, 30% das vagas com reserva. Os grupos beneficiários são formados por: pessoas negras; povos e comunidades tradicionais; pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis); pessoas com deficiência (PcD); e pessoas refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e imigrantes humanitários.

Ainda durante o contexto de discussões nas instâncias da administração central, o Colegiado do PPGE, apoiador convicto da necessidade dessa política em função de seus efeitos para reparações históricas e enfrentamento de desigualdades educacionais, decidiu aprovar que seu processo seletivo de 2021 já seria realizado com 50% das vagas para a modalidade cotas. Trata-se, pois, de uma iniciativa política de forte impacto social, que ratifica, em consonância com a missão do programa, o compromisso com o objetivo de reafirmar o caráter público da Universidade, entendendo que essa dimensão pública não se restringe à gratuidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, mas se refere ao sentido de democracia e justiça social.

Sublinha-se que esse movimento consiste apenas no primeiro passo. Dois desafios se abrem a partir daí: (i) é preciso criar condições e mecanismos para que essas vagas sejam efetivamente preenchidas em sua totalidade, o que ainda não ocorreu, se apresentando, pois, como desafio a ser enfrentado ao longo do quadriênio e, por isso, compõe o Planejamento

Estratégico; (ii) criar condições de efetiva permanência das pessoas ingressantes por meio das cotas, nos programas de pós-graduação.

Ainda que desde quando se iniciaram os processos seletivos com reserva de vagas, nunca os 50% tenham sido preenchidos, em todos os processos seletivos, o número de vagas ocupadas por pessoas que se inscrevem pela modalidade cotas é proporcionalmente maior que o número de pessoas que se inscrevem por essa modalidade, em relação ao total de pessoas inscritas (os dados serão detalhados no Item 3 do relatório, pois trata-se de um importante impacto do Programa na sociedade). Isso revela mecanismos internos inovadores e bem-sucedidos de implementação dos editais dos processos seletivos, com destaque para o Coeficiente de Classificação (ver APÊNDICE 32). Trata-se de uma tecnologia que propicia que as pessoas aprovadas na modalidade cotas sejam efetivamente classificadas e, portanto, acolhidas para serem orientadas por docente do Programa. A classificação ocorre em duas etapas: primeiramente todas as pessoas aprovadas na modalidade cotas são classificadas (até o limite da condição de orientação de cada docente orientadora/or ou até o limite dos 50% das vagas destinadas ao processo seletivo em questão). A segunda etapa, que é a classificação das pessoas aprovadas inscritas pela modalidade Ampla Concorrência, só ocorre após a primeira etapa ser concluída. Esse procedimento visa atender ao princípio (explicitado na Resolução CONSU nº 67/2021, constante no APÊNDICE 22) de que “qualquer política de ação afirmativa não pode em nenhuma situação dificultar o acesso do grupo que se objetiva atender à compensação que se pretende realizar”.

Mais do que a ocupação das vagas, é indispensável que sejam criadas condições para que as pessoas que ingressam no Programa por meio dessa modalidade possam cumprir efetivamente seu curso. Nesse sentido, o PPGE promoveu mais duas ações inovadoras. A primeira, foi a publicação, em 2023, da Resolução de Distribuição de Bolsas (APÊNDICE 5) que passou a priorizar as pessoas ingressantes no Programa por meio de políticas de ações afirmativas, em consonância com a Resolução CSPP/UFJF nº 32/2023 (APÊNDICE 27). A outra diz respeito à inserção do critério de priorização das pessoas ingressantes no PPGE por meio de cotas na classificação das pessoas aprovadas nos editais internos de seleção para realização de doutorado sanduíche no exterior (PDSE).

Cabe ressaltar que a UFJF, a partir de seu Programa de Bolsa de Pós-graduação (PBPG), deu um importante passo na direção de uma política de permanência das pessoas ingressantes por meio das ações afirmativas. O PBPG é um programa de investimento na pós-graduação altamente inovador, posto de oferece bolsas aos programas de pós graduação. Trata-se de uma política de fomento aos programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos e profissionais,

direcionada à promoção da permanência de estudantes regulares de tais programas através da concessão de bolsas de Mestrado e de Doutorado. A Resolução CSPP/UFJF nº 37/2023 (APÊNDICE 31), que Regulamenta o Programa de Bolsas de Pós-graduação da UFJF, estabelece, em seu artigo 9º, que “as bolsas do PBPG deverão ser concedidas prioritariamente aos(as) alunos(as) ingressantes pela política de ações afirmativas, sendo os demais critérios de concessão definidos por cada Programa de Pós-Graduação”.

A partir da observação de que o número de inscrições para a modalidade cotas não chega a 25% do total de inscrições nos processos seletivos, desde a implementação da política de reserva de vagas, o PPGE – em parceria com o PPG de Física e o PPG de Educação Matemática – elaborou e aprovou um projeto de extensão no qual é oferecida uma formação para pessoas interessadas em ingressar na pós-graduação na UFJF. Esse projeto se intitula “Formação Pré-Acadêmica: Ações Afirmativas na Pós-graduação” e objetiva preparar pessoas candidatas negras, indígenas, quilombolas e trans para os processos seletivos dos Programas de Pós-graduação Stricto sensu, nível de mestrado. O projeto foi aprovado no Edital nº 01/2024 – Programa de Fortalecimento e Consolidação das Atividades de Extensão no âmbito da Pós-graduação da UFJF (PROEX-PG), uma parceria das Pró-reitorias de Extensão e de Pós-graduação e Pesquisa e é coordenado pelo prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira e a tem a participação do prof. Dr. Francione Oliveira Carvalho e da profa. Dra. Sônia Clareto. Com esse projeto espera-se alcançar índices maiores de inscrição no Programa e fortalecer as políticas afirmativas em toda a PG da UFJF.

Essas ações traduzem o compromisso contínuo da UFJF e do PPGE com a política de ações afirmativas, com efeitos sobre a construção do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2025-2028. O objetivo 5 do Planejamento Estratégico, aperfeiçoar as políticas de ações afirmativas, coloca como metas:

1. Aprimoramento de ações de apoio à permanência de discente ingressantes por meio da modalidade Cotas;
2. Avaliação do fluxo de discentes ingressantes por meio da Modalidade Cotas;

No escopo do Mestrado, foram 32 os ingressantes na modalidade cotas (16 em 2021, quatro em 2022, nove em 2023 e três em 2024). É preciso destacar que os ingressantes nas turmas 2021 e 2022 já deveriam, em tese, terem concluído suas pesquisas, os de 2023 já deveriam ter realizado seus exames de qualificação e os de 2024 encontram-se no período de realização de disciplinas. Considerando as turmas de 2021 e 2022, temos 20 cotistas ingressantes. Desses 14 já concluíram o curso, três discentes estão em período de prorrogação do prazo de defesa e outros três discentes dentro do prazo regular de defesa (aqueles que tiveram

licença ou trancamento descontados do prazo de 24 meses para a defesa). Considerando esse universo, temos uma taxa de conclusão de 70%, 15% de discentes em prazo de prorrogação do prazo de defesa, e outros 15% de discentes no prazo regular de defesa. Os nove cotistas ingressantes da turma de 2023 estão em prazo regular de defesa, sendo que dois já realizaram Exame de Qualificação, e os três cotistas ingressantes da turma de 2024 estão em momento de cumprimento dos créditos obrigatórios de disciplinas. Destaca-se, ainda, que os cotistas concluintes do Mestrado perfizeram um prazo médio de conclusão de 26,7 meses, ligeiramente acima do prazo regular de 24 meses.

No escopo do Doutorado, foram 20 os ingressantes na modalidade cotas (cinco em 2021, três em 2022, quatro em 2023 e oito em 2024). Considerando o prazo recomendado de 48 meses para a realização do curso, até o fim de 2024 não era esperado que qualquer defesa tenha sido realizada. Esperava-se, contudo, que ao menos um exame de qualificação tenha sido realizado pelos ingressantes das turmas de 2021 e 2022, e que os ingressantes das turmas de 2023 e 2024 estejam cursando disciplinas. Os oito doutorandos cotistas ingressantes nas turmas de 2021 e 2022 já realizaram pelo menos um Exame de Qualificação. Nessas turmas, portanto, 100% dos cotistas ingressantes estão em prazo regular de defesa e cumprindo com o que se espera deles.

Para fins de comparação com as pessoas que ingressaram no programa na modalidade de ampla concorrência no Mestrado nas turmas de 2021 e 2022, enquanto o percentual de concluintes na modalidade cotas foi 70%, na ampla concorrência foi 72%, enquanto 15% dos ingressantes por modalidade cotas estão em situação de prorrogação de prazo, 13% dos ingressantes por ampla concorrência apresentam-se nessa condição, enquanto na modalidade cotas 15% ainda se encontram em prazo regular de defesa, na ampla concorrência a taxa é de 6%. Por fim, não houve desistentes dentre os ingressantes na modalidade cotas, enquanto houve 9% de desligamentos a pedido na modalidade ampla concorrência.

Sublinha-se que tanto no Mestrado como no Doutorado não houve qualquer desligamento de ingressantes na modalidade cotas. Esse dado é muito relevante e aponta para a eficácia das ações desenvolvidas pelo Programa para efetivar sua política de ações afirmativas. Além do acolhimento sensível para todas as pessoas que ingressam no Programa (aula inaugural, reunião de apresentação do Programa, roda de conversa com discentes não ingressantes), o que contribui para criar identificação e sentimento de pertencimento junto ao Programa – o PPGE, como mostrado no Item 1.3, decidiu priorizar as pessoas ingressantes na modalidade cotas na distribuição de suas bolsas (APÊNDICE 5), incluindo-se as de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Ainda que essa mudança na política de distribuição de bolsas tenha ocorrido apenas em 2023, os dados produzidos no contexto da política de acompanhamento de cotistas apontam que a cobertura de bolsas de ingressantes cotistas é significativamente maior do que a cobertura de bolsas dos ingressantes na modalidade ampla concorrência. No Mestrado, o índice apresentou a seguinte evolução: 44% dos cotistas ingressantes em 2021 foram ou são bolsistas; 67% dos cotistas ingressantes em 2022, 2023 e 2024 foram ou são bolsistas. Já no Doutorado, o índice apresentou a seguinte evolução: 100% dos cotistas ingressantes em 2021 foram ou são bolsistas; 67% dos cotistas ingressantes em 2022 foram ou são bolsistas; 50% dos cotistas ingressantes em 2023 e 2024 foram ou são bolsistas. Face o exposto, consideramos que a distribuição de bolsas tendo os cotistas como prioridade se mostra como um eficiente mecanismo de permanência dos discentes que ingressam no Programa pela modalidade cotas. Assim, todos os dados aqui apresentados evidenciam a pertinência, a eficácia e a eficiência das ações afirmativas realizadas pelo PPGE, comprovando o êxito da política que organiza essas ações, assim como apontam para a necessidade de contínuo aprimoramento. Os dados mostram também a assertividade do Programa em assumir a reparação histórica e a busca de justiça social como princípios para a sua missão e os seus objetivos.

No que diz respeito mais especificamente à acessibilidade, sublinhamos que os prédios Lélia Gonzalez e Magda Soares garantem acesso universal a suas dependências. No primeiro, há rampa e, no segundo, elevador. Em ambos há cabines específicas para cadeirantes nos banheiros masculinos e femininos. O PPGE usufrui, sempre que necessário, do apoio do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFJF, setor este que contou com a gestão de docentes do PPGE, e que tem contribuído para questões específicas como oferta de intérprete de LIBRAS, mas também atuado em questões mais amplas relacionadas aos percursos trilhados por PCDs na Universidade em suas mais diversas necessidades.

Impactos da Pandemia de COVID - 19

Os principais efeitos da Pandemia de COVID-19 no funcionamento do PPGE podem ser agrupados em três esferas: fluxo de formação em nível de pós-doutorado, fluxo discente e objetos de pesquisa. Na esfera da formação continuada do corpo docente, as restrições de circulação em escala mundial diminuíram as possibilidades de realização de estágios pós-doutorais, especialmente no exterior, na primeira metade do quadriênio.

Em relação ao fluxo discente, observou-se aumento significativo de pedidos de prorrogação de prazos de defesa. Os argumentos para tais solicitações, no que diz respeito aos impactos do contexto pandêmico, giram em torno da impossibilidade de realização de trabalhos de campo (que com o passar do tempo transformaram-se em atrasos na coleta e produção desses dados) e da grande ampliação dos casos de adoecimento mental. Tudo isso fez com que houvesse aumento no prazo médio de defesa das dissertações e teses, ainda que em níveis considerados aceitáveis diante do tamanho da catástrofe humanitária decorrente da Pandemia e da especificidade do caso brasileiro no trato com ela.

Por fim, o outro impacto é de ordem acadêmica. Pesquisas em nível de Mestrado e de Doutorado estão explorando questões educacionais relacionadas ao contexto pandêmico, consistindo, pois, em uma ação de inovação. Trata-se, portanto, de contribuições que o PPGE tem oferecido ao campo para conhecer mais os efeitos da Pandemia no vasto arco que a área da Educação congrega.

Outras informações

O relatório expressa não apenas o conjunto das ações, de várias ordens, que competem a um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nem àquilo que é singular no modo do PPGE da UFJF funcionar. Ele expressa tanto a melhor compreensão do conteúdo e da forma de comunicar essas ações, como a ampliação e melhoria das ações realizadas em nome do Programa.

Um programa que completará 30 anos em 2025 e que possui o curso de Doutorado há 15 anos está consolidado na sociedade. No entanto, as condições de sua fundação se modificaram e seu próprio sucesso fizeram com que as demandas sociais, sobretudo regionais e em franco processo de expansão para outras escalas, endereças a ele, tenham se ampliado de forma significativa. Essa conjuntura torna o PPGE refém de seu próprio sucesso, de modo que para dar conta de atender a essas demandas é necessário desfrutar das condições que são oferecidas a programas com conceito 5. Essa, portanto, foi a principal meta do quadriênio e presidiu seus modos de funcionamento e de buscar o cumprimento de sua missão e de seus objetivos, traduzindo-se em aperfeiçoamentos e mudanças estruturais.

QUESITO 1

PROGRAMA

1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa

Visando demonstrar a organicidade do Programa, bem como suas condições de funcionamento, o presente relatório será organizado em cinco partes. As seções foram nomeadas e ordenadas da seguinte forma: Identidade político-pedagógica; Inscrição na área da Educação; Atualização acadêmico-científica; Condições de infraestrutura e funcionamento; Objetivos alcançados.

Identidade político-pedagógica

O PPGE produziu para si a seguinte *missão*: fortalecer a educação brasileira, com destaque para a dimensão regional, qualificando a formação profissional no campo da pesquisa e da docência, a produção e a difusão de conhecimentos com relevante impacto social na Educação Básica e na Educação Superior. Dessa missão derivam três *objetivos*: 1) Qualificar o corpo docente dos sistemas de educação, especialmente em âmbito regional; 2) Produzir conhecimentos no contexto da Educação Brasileira, relativos à gestão e às práticas educacionais, nas dimensões sociais, culturais e políticas; 3) Afirmar o caráter público, democrático, gratuito e laico da escola e da universidade públicas, promovendo ações que oportunizem políticas de acesso e permanência comprometidas com reparação social e superação das desigualdades.

São múltiplas as possibilidades de constituição de uma identidade político-pedagógica voltada para o cumprimento dessa missão e desses objetivos. Como toda identidade, trata-se de um processo em permanente (re)construção em função do caráter dinâmico das demandas sociais que interpelam a Educação, colocando a área em constante movimento em busca de inovações.

O Programa se organiza, desde sua criação em 1995, em torno da Área de Concentração **Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas**. Com foco na gestão e nas práticas situadas na educação pública, prioriza a investigação de políticas educacionais e processos escolares e não escolares nas dimensões sociais, políticas e culturais, tendo como princípios a democracia e a justiça social.

As linhas de pesquisa que, desde 2018, se vinculam a essa área de concentração são: **Trabalho, Estado e Movimentos Sociais; Linguagens, Culturas e Saberes; e Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos**. Em torno da sua área de concentração e de suas linhas, são organizados os projetos de pesquisa, o desenho curricular e as demais ações do programa (para uma visão mais ampla e aprofundada do programa, ver o APÊNDICE 9: Projeto Político Pedagógico).

A linha **Trabalho, Estado e Movimentos Sociais** investiga temas que dizem respeito à relação entre o Estado e a educação em suas dimensões histórica, econômica e sociológica. Envolve os seguintes temas: política, gestão, avaliação, planejamento, sistemas educacionais; bem como trabalho, tecnologia, política de formação docente, desigualdades educacionais e movimentos sociais.

Essa ementa evidencia a relação ímpar dessa linha com a investigação de políticas educacionais que reverberam tanto na gestão como nas práticas pedagógicas. O foco nas políticas educacionais evoca a relação do Estado com a educação e repercute na escolha de temas como política, sistemas educacionais, política de formação docente e desigualdades educacionais. A questão do trabalho dialoga com os dois eixos da área de concentração: gestão e práticas pedagógicas, de forma que repercute principalmente em temas como gestão, avaliação e planejamento. Os movimentos sociais consistem, simultaneamente, como tema e lugar de enunciação, afinal, eles produzem demandas que interpelam a relação entre o Estado, a educação e a sociedade civil com foco na superação das desigualdades educacionais por meio da política, da gestão e do trabalho docente com foco na democratização da sociedade e da justiça social.

Ao longo do quadriênio 2021-2024 estiveram em andamento, nesta linha, 13 projetos de pesquisa com discentes vinculadas/os. Todos esses projetos, em alguma medida, se articulam aos temas ou formas de abordagens que configuram o escopo dessa linha. As categorias em torno das quais as pesquisas estão se desenvolvendo são: papel do Estado na educação, políticas públicas educacionais, gestão, desigualdades educacionais, sistemas educacionais, trabalho docente e políticas de avaliação.

A linha **Linguagens, Culturas e Saberes** investiga as relações entre linguagem, cultura, currículo, saberes escolares e não escolares; formação e trabalho docente; desenvolvimento, promoção e transformações do humano. Reconhece a condição cultural dos processos de humanização e suas interfaces com os processos educativos. Aborda questões relacionadas à construção do conhecimento, aos processos de ensino e de aprendizagem, às práticas educativas em diversos componentes curriculares e, em suas múltiplas linguagens, em diversos

dispositivos tecnológicos. A formação de professores de diferentes etapas e modalidades da educação também se constitui como objeto de estudo nessa linha de pesquisa, bem como o desenvolvimento profissional docente ao longo da vida, associado ao desenvolvimento pessoal, à construção de saberes e às transformações e implicações sociais em diferentes contextos espaciais e temporais. Desenvolve estudos históricos da educação brasileira realizados sob o recorte das políticas públicas sociais e dos sujeitos envolvidos com as múltiplas experiências educativas.

O amplo escopo dessa ementa é efeito das múltiplas formas de explorar a relação, sobretudo, com as práticas pedagógicas. A multiplicidade de processos educativos e educacionais escolares e não escolares, no âmbito desta linha, é abordada, a partir do reconhecimento da linguagem e da cultura como constitutivas dos processos de humanização. Nessa linha, entende-se que a educação é um dos espaços-tempos no qual essa humanização emerge em meio a relações com variados saberes. Assim, os estudos e pesquisas desenvolvidos no contexto dessa linha contribuem para o aprofundamento da relação entre linguagens, culturas e saberes, percebidos como temas, mas também como objetos de pesquisa (dos quais derivam outros mais específicos) e como formas de abordagem.

Ao longo do quadriênio 2021-2024 estiveram em andamento na Linha **Linguagens, Culturas e Saberes** 42 projetos de pesquisa com discentes vinculadas/os. Todos esses projetos, em alguma medida, se articulam aos temas ou formas de abordagens que configuram o escopo dessa linha. As categorias em torno das quais as pesquisas estão se desenvolvendo são: docência; inclusão; cotidiano escolar; infâncias; relações interculturais; processos educativos/relações de ensino-aprendizagem/práticas pedagógicas; currículo; saber escolar; ensino de (História, Música, Educação Física, Ciências, Química, Matemática, Língua Portuguesa, Dança, Arte); cultura escolar; história de vida/história da educação; materiais didáticos; tecnologias; multiplicidade de saberes; espaços educativos não-escolares; oralidade, leitura e escrita e avaliação.

A linha **Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos** investiga temas que se relacionam com processos educativos escolares e não escolares em suas dimensões existencial, social, cultural, ética, estética e política. Prioriza a problematização da educação brasileira na produção dos saberes, na produção de conhecimentos, na produção artística e na produção científica, em suas relações de poder, atentando à constituição de modos de vida e de (co)existências frente às questões do mundo contemporâneo.

Composta por docentes aliadas/os a uma diversidade de matrizes teóricas e metodológicas, a Linha tem desenvolvido pesquisas atentas às práticas educativas escolares e

não escolares junto a saberes locais e a diversidades étnico-culturais; às complexidades e às subjetividades do cotidiano social; à memória, compreendida como elemento central na contribuição de novos processos de constituição de identidades individuais e coletivas que afetam, indistintamente, tanto o universo do adulto, como o universo da criança; aos impactos das múltiplas visualidades nos processos educativos e na formação docente; aos processos de formação nos campos ambiental e das relações de gênero e sexualidades, em atravessamentos com outras categorias como geração, religiosidade, raça, etnia e condição socioeconômica; ao desenvolvimento humano em sua integralidade, considerando suas dimensões físico-biológica, cognitiva, social, cultural e espiritual, bem como as interfaces com os processos educacionais e a formação de professoras/es; às práticas pedagógicas inclusivas e ao estudo de políticas e práticas em inclusão escolar de pessoas com deficiência e outras necessidades educacionais especiais nas escolas regulares; à problematização das contradições e perspectivas emergentes em propostas e experiências de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica desenvolvidas no processo de formação de educadoras/es em universidades nacionais e internacionais; aos fluxos de vidas em educação em seus tantos territórios e em seus movimentos de desterritorialização. A composição da Linha, constituída por estes tantos lugares de produção do pensamento e do conhecimento acadêmico, mantém aderência à área de concentração do programa já que tem a capacidade de perscrutar teórica-metodologicamente questões da gestão e das práticas da educação pública.

Essa multiplicidade de temas se traduziu em 33 projetos de pesquisa em andamento na Linha **Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos** entre 2021 e 2024 com discentes vinculadas/os. Todos esses projetos, em alguma medida, se articulam aos temas ou formas de abordagens que configuram o escopo dessa linha. As categorias em torno das quais as pesquisas estão se desenvolvendo são: formação de professores; fundamentos da educação; educação ambiental; processos de subjetivação; espaços educativos não escolares; diferença; relações étnico-raciais; gênero e sexualidade; arte; memória; questões filosóficas; inclusão; direitos humanos; interseccionalidades; migrações; ética/estética/política na educação; processos de marginalização; currículo; multiplicidade de saberes; relações interculturais.

Os 88 projetos de pesquisa em desenvolvimento nas três linhas do PPGE/UFJF (no APÊNDICE 10 há uma exposição mais detalhada dos projetos de pesquisa e suas categorizações de investigação), com discentes vinculadas/os, no quadriênio 2021-2024 possuem ampla aderência à área de concentração e às respectivas linhas de pesquisa. A maioria dos projetos explora mais de uma das categorias típicas de cada linha, revelando forte aderência

à linha. Sublinha-se que as categorias aqui apresentadas foram produzidas a partir das respostas das/os docentes do Programa quando, por meio de instrumento específico de avaliação e autoavaliação, foram instados a mostrar a aderência de suas pesquisas ao escopo da Linha à qual estão vinculadas/os.

Esse significativo número de projetos – fruto do compromisso ético-político das/os docentes com a missão e os objetivos do Programa, garantido também por meio das resoluções de Acompanhamento Docente e de Credenciamento e Recredenciamento Docente – e a multiplicidade de temas e abordagens oferece um amplo leque de possibilidades de orientações nos níveis de mestrado e doutorado. Além disso, aponta para o caráter plural e multifacetado da qualificação do corpo docente dos sistemas educacionais, da produção do conhecimento em Educação e da reafirmação do caráter público e democrático da escola e da universidade públicas.

Destaca-se a convergência das linhas com processos educacionais escolares e não escolares, além de confluências em algumas temáticas entre duas ou entre as três linhas. Nesse sentido, esses elementos evidenciam que, dentre as possibilidades de organização de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, o PPGE opta por priorizar as formas de abordagem, ao invés dos temas. Assim, o tema da formação de professores, por exemplo, pode ser explorado nas três linhas, a depender da abordagem que se quer privilegiar. Se o foco estiver nas políticas educacionais que interpelam essa formação, essa pesquisa será mais bem acolhida em projetos de pesquisa situados na Linha **Trabalho, Estado e Movimentos Sociais**. Mas se o interesse for por investigar uma dada cultura de formação ou o perfil das/aos professor/es formadas/os, ou ainda uma relação mais explícita com alguma área disciplinar, a Linha **Linguagens, Culturas e Saberes** possui projetos de pesquisa mais adequados. Já se a escolha for por pesquisar os processos de subjetivação na formação docente, ou mesmo como as diferenças se interseccionam nesse processo, a Linha **Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos** se apresenta como mais indicada para o desenvolvimento da investigação.

Os exemplos apresentados reafirmam, simultaneamente, a potência de se pensar as fronteiras entre as linhas como possibilidades de diálogos e não apenas como interrupção, e a necessidade permanente de refletir sobre os limites que conferem identidade às linhas. Além disso, é indispensável sublinhar que os temas e as abordagens específicas de cada linha não são estáveis no tempo e no espaço, de forma que há movimentos permanentes de diálogo com demandas contemporâneas endereçadas a elas.

A construção dessa estruturação das Linhas do PPGE vai se dando junto à constituição organizacional da FAGED que, desde os anos de 1980, se estrutura em torno de Núcleos de Pesquisa e Extensão temáticos voltados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, focando na educação, sobretudo, junto à cidade de Juiz de Fora e região. Os Núcleos de Pesquisa e Extensão e os Grupos de Pesquisa envolvem profissionais de diferentes áreas de conhecimento e formação, da Faculdade de Educação e de outras unidades acadêmicas da UFJF, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais da educação básica e demais pessoas interessadas na Educação. Essa estrutura e composição garantem a aproximação constante entre a graduação e pós-graduação; entre a pesquisa, o ensino e a extensão; entre a FAGED e a escola básica; entre a Universidade e diferentes espaços de educação não escolar. Trata-se, portanto, de uma estrutura que permite que se atinja os objetivos de qualificação de profissionais dos sistemas educacionais, produção de conhecimento em Educação e afirmação do caráter público da Universidade.

Atualmente a FAGED conta com 11 Núcleos e 46 Grupos de Pesquisa (sendo a maioria deles ligados aos Núcleos) envolvendo diferentes áreas do conhecimento no campo da Educação (no APÊNDICE 11 há um detalhamento dos Núcleos e Grupos de Pesquisa da FAGED). Destaca-se, ainda, que dos 88 projetos em desenvolvimento ao longo do quadriênio, 61 possuem financiamento, o que corresponde a cerca de 70% dos projetos. Destes, mais de 70% são financiados pela CAPES, cerca de 30% são financiados pela FAPEMIG, cerca de 40% recebem financiamento direto da UFJF e pouco mais de 5% são financiados pelo CNPq. Sublinha-se que o somatório dos percentuais supera os 100% porque alguns projetos recebem financiamento de mais de uma fonte.

No contexto da Identidade político-pedagógica do PPGE, o desenho curricular, que vigora desde 2018, visa ao fortalecimento das identidades das Linhas e, simultaneamente, das suas articulações com a área de concentração. Isso pode ser apreendido por meio da definição das disciplinas obrigatórias: i) **Educação Brasileira I e II** (para o curso de Mestrado e Doutorado, respectivamente), cujos escopos se ancoram na reafirmação da pertinência da Área de Concentração do Programa, e são oferecidas sempre por meio de parceria entre docentes das três Linhas de Pesquisa; ii) **Seminário de Pesquisa** (para o curso de Mestrado), voltada para o acompanhamento dos processos de construção das trajetórias de pesquisa das/os mestrandas/os em articulação com as problemáticas focadas em cada uma das Linhas, propiciando um enfrentamento dos estudos e das pesquisas para a elaboração do Exame de Qualificação – que é oferecida no âmbito de cada Linha a partir de suas respectivas abordagens; iii) **Atividades**

Orientadas em Pesquisa I e II (respectivamente para os cursos de Mestrado e Doutorado) que trazem uma ancoragem mais estreita com o pertencimento ao grupo de pesquisa.

Além das obrigatórias, são oferecidas também disciplinas eletivas. Elas são, em sua maioria, do tipo “Tópicos Especiais”, ofertadas por cada uma das Linhas. Há, no entanto, a possibilidade de tópicos especiais com parceria entre linhas. No quadriênio, foram ofertadas duas disciplinas de tópicos especiais que envolveram duas linhas. Os tópicos especiais têm um conteúdo flexível, sendo nomeadas por um subtítulo próprio de acordo com a temática ou a abordagem específica que abrange, atendendo às necessidades que surgem a partir da diversidade de projetos das/os discentes. Em cada semestre, existe, pois, a possibilidade de novos conteúdos serem criados, o que permite constante atualização e inovação.

No conjunto de disciplinas eletivas, o Programa criou uma disciplina com características singulares, também oferecida em parceria entre docentes das três Linhas de Pesquisa, intitulada “Temas de Pesquisa em Educação”, como um espaço de aprofundamento acadêmico. Trata-se de um espaço destinado a discentes da pós-graduação, acadêmicas/os da graduação, professoras/es da educação básica, pesquisadoras/es e demais interessadas/os em pensar a Educação. Os encontros são abertos à comunidade acadêmica e escolar, em geral. Constitui-se, pois, em um convite para, a partir de uma temática proposta, construir um espaço coletivo de produção e circulação de pensamento, possuindo uma sólida conexão com ações de inserção e abertura para a comunidade. Discentes regularmente matriculadas/os no programa, podem realizar sua matrícula nesta disciplina, convivendo com uma pluralidade de pessoas e de interesses, interagindo de modo mais estreito com problematizações trazidas por docentes da educação básica que acompanham as discussões. Trata-se de uma disciplina que ocupa um papel importante no sentido de consolidar uma cultura institucional de Pós-Graduação e de Extensão na FAGED, envolvendo, inclusive, docentes da Faculdade que não atuam no PPGE, mas que são convidadas/os a apresentar suas pesquisas, além de consistir em uma efetiva abertura da universidade para além de seu território. Destaca-se que, essa disciplina é originada da “Segunda na Pós”, que foi apresentada no Histórico do Programa.

Como o percurso nos cursos de mestrado e doutorado do PPGE mostram (no APÊNDICE 12 há um detalhamento do desenho curricular do Programa), o curso de doutorado, por demandar 10 créditos a mais por meio disciplinas (pode corresponder a três ou quatro disciplinas), por ter a oportunidade de realização de dois exames de qualificação e requerer a realização obrigatória de estágio docência para discentes bolsistas, permite maiores abrangência e aprofundamento do que o curso de mestrado. Além disso, o nível de complexidade das pesquisas e os parâmetros de exigência para produção intelectual, expressos

na Resolução de Produção Discente, apontam para as especificidades de cada um desses níveis de formação em nosso Programa.

Aderência ao campo da Educação

As categorias extraídas do exercício autoavaliativo das/os docentes do PPGE para justificar a aderência e a articulação de seus projetos à área de concentração do Programa e às linhas de pesquisa às quais se vinculam, explicitadas na seção anterior, mostram a integral aderência dos projetos desenvolvidos no quadriênio ao campo da Educação. Dos 88 projetos em andamento, 77 possuem, já no título, ao menos uma palavra incontestavelmente vinculada à abrangência semântica do campo educacional. Dos 11 projetos sem essa relação explícita no título, oito evidenciam a aderência na descrição do projeto. Restam três projetos sem menção a termos inequívocos da área da Educação. São eles: *Análise Crítica sobre as Decisões Judiciais Relativas a Crimes Ambientais no Amazonas: o caso de Apuí e Lábrea*; *A cidade falada e lugares geopsíquicos: discursos, transmissão e experiência urbana*; e *A agricultura orgânica e a resiliência socioecológica. O caso de MOGICO JF-MG*.

A ausência de menção a escopos educacionais nos títulos e descrições dos projetos, apesar de indesejável, não são suficientes para apontar ausência de aderência ao campo da Educação. Assim, justificamos a aderência desses três projetos de duas formas: a partir do instrumento de autoavaliação respondido pelas/os docentes e pelas produções intelectuais vinculadas a elas/es.

No caso do projeto “*Análise Crítica sobre as Decisões Judiciais Relativas a Crimes Ambientais no Amazonas: o caso de Apuí e Lábrea*”, o docente responsável (professor colaborador do Programa) justifica que “A pesquisa sobre sentenças ambientais na região sudoeste da Amazônia tem implicações na formação dos operadores do Direito em nível superior e, por conseguinte, fornece subsídios para pensar os problemas e contradições da expansão do ensino superior brasileiro”. Corroborando a justificativa apresentada, o docente responsável pelo projeto publicou artigo em 2024 intitulado “*Acesso à Universidade Pública: contradições e estratégias familiares*”.

Em relação ao projeto “*A cidade falada e lugares geopsíquicos: discursos, transmissão e experiência urbana*”, a docente responsável (professora permanente do Programa) justifica que esse projeto e o outro sob sua responsabilidade no Programa, “estão pautados no encontro dos campos da Educação, Psicanálise e Geografia”. Desse projeto já resultou a dissertação intitulada “*Cartografias Afetivas: experimentações com arte-educação-urbana*”, cujo título

expressa relação inequívoca com o projeto e o campo educacional. Além da dissertação, foi publicado também um artigo, escrito em parceria entre a docente responsável pelo projeto e a autora da dissertação, intitulado “Experiência e estágio em Geografia: linguagens, lugares e escuta”. O título também é sintomático da vinculação do projeto do qual se deriva com a Educação.

Por fim, o projeto “A agricultura orgânica e a resiliência socioecológica. O caso de MOGICO JF-MG” será justificado apenas pela vinculação com produção acadêmica associada, pois a responsável, professora visitante estrangeira do Programa e cujo vínculo com a UFJF já se encerrou, não respondeu o instrumento de autoavaliação. Assim, registra-se que desse projeto derivou uma tese de doutorado intitulada “Agroecologia escolar em uma escola do MST na região norte de Mato Grosso”, cuja aderência ao projeto, à linha e à área de concentração e, portanto, ao campo da Educação é nítida já no título. Ademais, outra docente do Programa (professora permanente) orientou uma dissertação de mestrado com foco específico no projeto, intitulada “Quando um Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico se une: educabilidades nos discursos de produtores/as e consumidores/as”. Face o exposto, reafirmamos a aderência plena de todas as pesquisas desenvolvidas no PPGE ao campo da Educação.

Essa plena aderência das pesquisas desenvolvidas ao campo educacional permite que o Programa cumpra com sua missão de qualificação da educação brasileira, tanto na educação básica, como no ensino superior, como se propõe a fazer. O foco nesses dois espaços de desenvolvimento da educação reafirma a adequação do PPGE à modalidade acadêmica de pós-graduação *stricto-sensu*, ainda que um dos objetivos assumidos pelo Programa seja o de qualificar o corpo docente dos sistemas educacionais. Essa qualificação se dá não por meio da prioridade à busca de soluções para problemas específicos experimentados sobretudo nas relações de ensino-aprendizagem na educação básica, mas pela escolha política de situar os problemas educacionais, tanto micro como macro, em discussões de ordem ontológica e, por isso, cultural, política e epistemológica, como as ementas das linhas, os projetos desenvolvidos e as dissertações e teses defendidas confirmam. O PPGE entende que essa escolha não só não impede que questões educacionais ordinárias possam ser enfrentadas, como contribui para que elas o sejam a partir de pesquisas de ponta que mobilizam referenciais teórico-metodológicos complexos e sofisticados, tanto em nível de mestrado, como de doutorado.

Atualização acadêmico-científica

Demonstradas as vinculações e articulações entre Área de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos de Pesquisa, interessa-nos aqui trazer as disciplinas para esse conjunto. Afinal, elas concorrem para uma formação sólida e diversificada, plural, multi e interdisciplinar dos discentes do Programa. Foram ofertadas nesse quadriênio (considerando as reofertas), 152 disciplinas.

As disciplinas oferecidas especificamente pela Linha de Pesquisa Trabalho, Estado e Movimentos Sociais (13,16% do total de disciplinas) apresentaram, durante o quadriênio, uma articulação entre si. Elas buscaram integrar e aprofundar discussões que envolvem o aparato teórico e metodológico necessário para investigar a educação brasileira sob a ótica do mundo do trabalho e das políticas públicas. Elas problematizaram a configuração histórico-social do Estado, analisando suas políticas educacionais e os impactos dessas políticas sobre as diferentes classes sociais, além da formação de desigualdades educacionais. Essas disciplinas também promoveram uma análise crítica sobre o papel do trabalho, explorando ainda as relações entre Estado e movimentos sociais, reconhecendo as contradições e disputas presentes no contexto educacional.

Observa-se, nas ementas das disciplinas oferecidas, que a articulação de conteúdos teóricos e metodológicos proporcionou um debate associado ao estudo dos fundamentos políticos e pedagógicos relacionados à constituição da escola pública no contexto das relações de poder. As discussões sobre políticas públicas e o papel do Estado nas transformações educacionais foram temas recorrentes, estabelecendo uma abordagem inter e multidisciplinar.

Todas as disciplinas ministradas no quadriênio especificamente no âmbito da Linha de Pesquisa Linguagens, Culturas e Saberes (26,97% do total de disciplinas) se aportaram na concepção de linguagem como constitutiva dos seres humanos. Sendo a linguagem um componente social, é dotada de valores que se deslocam nos diferentes espaços e tempos e nessa condição forja a dimensão do humano como ser cultural, apontando para a relação indissociável que há entre linguagem, cultura e saberes. Com base nessa articulação, e por meio de abordagens epistemológicas diversas, as disciplinas se ocuparam em interpelar, em muitos casos de modo histórico, as produções intelectuais inscritas em cada uma das dimensões sobreditas, de modo a explorar as relações que existem entre os fenômenos educativos triangulados no tempo e a constituição sociocultural da escola, de seus componentes curriculares e práticas pedagógicas vinculadas, da docência e de seu desenvolvimento profissional na relação com os diversos sujeitos que participam dos atos educativos.

Com vistas a tratar de aspectos que tangem a formação e o trabalho docente, abrangendo os processos educacionais em suas diversas dimensões, inclusive articuladas ao trato específico

das diferentes áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar e às problemáticas emergentes da realidade nacional da Educação Básica, as disciplinas típicas dessa Linha abrangeram aspectos que tangem as políticas educacionais de formação à formação subjetiva da identidade docente, as regras que estruturam práticas pedagógicas e currículos em face das dinâmicas de poder e desigualdades no campo educacional, contribuindo para a problematização da cultura acadêmica e de suas comunidades discursivas que, mediante relações de poder historicamente situadas, disputam modos de produzir, legitimar e circular conhecimentos científico-acadêmicos.

As disciplinas da Linha Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos (51,31% do total das disciplinas ofertadas) expressam a disseminação de conhecimentos referendados pela comunidade acadêmica a respeito de posturas investigativas originadas em diferentes áreas do conhecimento (Filosofia, Psicologia, Psicanálise, História, Sociologia, Artes, entre outras) em diálogo com a educação. Nesse sentido, elas mobilizam autoras/es e perspectivas teóricas diversas entre si, mas que abarcam a multiplicidade de formas de abordar o fenômeno educativo e os modos de ser, tanto desse fenômeno, quanto das pessoas e grupos que dele participam.

Cada qual a seu modo, as disciplinas assinalam, em seu conjunto, a importância de problematização da educação brasileira contemporânea e as repercussões no estabelecimento de práticas educativas escolares e não escolares e políticas educacionais, bem como na constituição de subjetividades. Essa problematização se dá a partir de temas como: filosofias da educação; limiares entre a Modernidade e a Pós-Modernidade, repercussões educacionais relativas a situações de migração e refúgio; gêneros, sexualidades, inclusão e interseccionalidades; filosofia africana e afrodiaspórica; ecologia política; teorias psicológicas e psicanálise; discursividade; leituras críticas, pós-críticas, decoloniais e contracoloniais. Assim, as disciplinas permitem refletir sobre os processos de constituição de subjetividades por meio de/em contextos educacionais específicos, destacando aspectos da diversidade humana e contribuindo para novas abordagens sobre os desafios educacionais do país, em seus desdobramentos coletivo-sociais e subjetivo-individuais.

Por fim, uma característica indispensável de se destacar sobre as disciplinas ofertadas, mesmo aquelas com enfoque histórico, foi a capacidade de adaptar os conteúdos às transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram ao longo do quadriênio, trazendo temas emergentes ao debate atual. As disciplinas não se limitaram a uma abordagem estática, mas incentivaram os discentes a refletirem sobre as mudanças nos paradigmas educacionais e as novas demandas que surgem com o avanço das tecnologias, das políticas neoliberais e das

mobilizações sociais, pautando-se sempre em postulados e autoras/es que sistematizaram o campo da educação brasileira e mundial e que se mantêm atuais por suas contribuições, sem desconsiderar as novas produções de conhecimentos e pesquisas educacionais, reafirmando a missão do programa, seus objetivos, sua proposta de formação e sua relação com a área da Educação como um significativo campo estudos.

Condições de infraestrutura e funcionamento

A FACED dispõe de dois prédios, recém nomeados como Prédio Lélia Gonzalez e Prédio Magda Soares, em homenagem a duas grandes intelectuais que prestaram enormes contribuições ao campo educacional. O Prédio Lélia Gonzalez, possui dois andares com acesso por escadas e rampa, onde se encontram 14 salas de aula - que servem também para reuniões de grupos de pesquisa maiores; os gabinetes dos docentes (cada gabinete, normalmente, é ocupado por dois docentes) – que também serve para a realização de orientações; as salas dos Núcleos de Pesquisa e Extensão, que servem como laboratórios para alguns grupos e também realização de orientações, oito banheiros (masculinos e femininos) e outros espaços que servem à comunidade da FACED de forma mais ampla.

Ademais, o Prédio Lélia Gonzalez abriga todo o espaço específico do PPGE, que está assim distribuído: i) Secretaria do PPGE; ii) Sala da Coordenação, anexa à Secretaria; iii) Duas salas de defesa; iv) Duas salas de reuniões; v) Arquivo do PPGE. Além disso, há também o auditório da FACED - Sala Paulo Freire – com capacidade para 100 pessoas, equipado com todos os itens mobiliários e tecnológicos necessários ao seu bom funcionamento.

Ao lado da Sala Paulo Freire há um jardim sensorial convertido também em sala de aula voltada à reflexão de práticas pedagógicas pautadas no reordenamento dos sentidos que podem ser dados aos espaços voltados à aprendizagem. Nesse jardim há árvores, bancos, flores, horta e sua organização é feita visando sua exploração também como espaço didático e sala de aula.

O Prédio Magda Soares conta com quatro andares e abriga 16 salas de aula, cujos acessos ocorrem por escadas ou elevador. O prédio conta, ainda, com a Biblioteca da FACED, quatro banheiros (masculinos e femininos) e uma cantina. Todas as salas de aula da Faculdade de Educação podem ser utilizadas pelo PPGE e a distribuição de salas é feita de modo unificado pela Secretaria Central da FACED, observando-se a dinâmica de horários e a quantidade de discentes matriculados nas disciplinas. Todas as salas são equipadas com computadores, caixas de som e televisões de alta definição e possuem acesso à internet via cabo e/ou wi-fi.

A FACED, em parceria com a Faculdades de Administração, mantém um INFOCENTRO, de forma que discentes do PPGE podem fazer livre uso desse espaço. Ele comporta 30 computadores, conectados à internet de alta velocidade, todos com o sistema operacional Linux. Há, ainda, no Prédio Lélia Gonzalez, uma sala de estudos com computadores para uso livre de discentes da graduação e do PPGE.

O PPGE tem à sua disposição equipamentos que podem ser emprestados aos estudantes em processo de pesquisa, bem como aos professores, a saber: nove filmadoras, quatro notebooks, três projetores (Data Show), duas câmeras digitais, três gravadores de voz, quatro tripés, quatro webcams, um microfone com fio e uma tela de projeção com suporte. Além dessa infraestrutura tecnológica oferecida pelo PPGE e pela FACED, os diferentes Núcleos e Grupos de Pesquisas contam com acervos e materiais adquiridos por meio de financiamento de agências de fomento. Esses produtos, além de contribuir com as pesquisas dos docentes e discentes de cada grupo, são disponibilizados para uso comum da Faculdade e do PPGE, quando necessário.

Todo esse aparato tecnológico se soma à importante estrutura de Bibliotecas oferecida pela UFJF por meio do Centro de Difusão do Conhecimento (CDC). Para os discentes do PPGE estão disponíveis a Biblioteca Universitária e a Biblioteca da FACED. Todas as obras dessas bibliotecas podem ser pesquisadas via internet por meio do “Catálogo Online”. Compõem o acervo das bibliotecas livros, e-books, folhetos, publicações avulsas, obras de referência, periódicos, material audiovisual, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses. Há um *software* gerenciador de acervos: o Sistema Pergamum. O processamento de consulta, empréstimo, reserva e renovação de obras é realizado por meio deste sistema, que funciona em uma interface web. O Portal de Periódicos CAPES é amplamente utilizado dentro da Instituição e com acesso disponibilizado aos membros da comunidade acadêmica via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e, também, por meio do acesso proxy. Destaca-se ainda a aquisição/assinatura e disponibilização, também com acesso externo pelos membros da comunidade acadêmica via Proxy, a assinatura online da coleção completa das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A Biblioteca da FACED, que compõem o Centro de Difusão do Conhecimento, atende ao curso de Pedagogia, às disciplinas pedagógicas dos 30 cursos de Licenciatura atendidos pela FACED, e ao PPGE. Nesse sentido, ela dispõe de um acervo que envolve, sobretudo, temas da Educação e áreas correlatas. Atualmente o acervo físico apresenta 7429 obras, com 14778 exemplares, dispostos em 70 estantes de face simples. Esse acervo atende integralmente o que é demandado pelas disciplinas do PPGE. Nesse sentido, sublinha-se que o PPGE é um dos investidores desse acervo por meio de recursos oriundos de fontes diversas e de programas

específicos voltados ao fomento de acervos bibliográficos para a aquisição de títulos específicos, com ênfase para a construção de bibliografias completas de autores de referência, bem como para as referências diretas das disciplinas oferecidas. Esse acervo é complementado também com verba de projetos de pesquisas financiados por agências de fomento, garantindo, assim, a permanente atualização do acervo em convergência com a atualização das referências das disciplinas.

A Biblioteca da FAGED possui uma área total de 154,54 m² que contempla espaço para estudo individual, balcão de atendimento, dois terminais de consulta, duas salas de estudo em grupo, e uma sala de processamento técnico. Há ainda um *scanner* planetário para uso dos estudantes. Todo o acervo está disponível para consulta on-line. É importante destacar que a biblioteca possui ambiente e mobiliário adaptados.

Tal destaque é importante porque aponta para um compromisso incontornável do PPGE, da FAGED e da UFJF com a acessibilidade. Como mostrado, o Prédio Lélia Gonzalez possui acesso por rampa e o Prédio Magda Soares acesso por elevador. À essas formas mais acessíveis e, por isso, mais inclusivas e democráticas de acesso ao espaço físico, soma-se as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio à Inclusão – NAI UFJF. Trata-se de um núcleo vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas, com objetivo de construir e implementar políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação da UFJF. Evidencia-se, portanto, que há na UFJF uma política de acessibilidade.

Aos discentes do PPGE, estão disponibilizadas as demais estruturas da Universidade, como o Restaurante Universitário, de assistência social, entre outros. Tudo isso contribui para que o Programa tenha condições de perseguir sua missão e seus objetivos.

Objetivos alcançados

O PPGE elegeu como principal propósito para o quadriênio 2021-2024 aumentar o seu conceito, que atualmente é avaliado com nota 4 pela CAPES. Nesse sentido, foram definidos, entre o fim do quadriênio anterior e o início deste, sete objetivos que se desdobraram em 27 metas. Para fins de melhor organização e acompanhamento do cumprimento desses objetivos e metas, optou-se por criar quatro indicadores de desempenho, sendo eles: Desempenho satisfatório em relação à meta (DS), Desempenho atende parcialmente a meta (DP), Desempenho insatisfatório em relação a meta (DI) e Indicador com coleta não disponível (DI). (No APÊNDICE 13 é possível observar a articulação entre objetivos e metas e as ações

implementadas, cada indicador de desempenho está representado por uma cor, para melhor identificação).

Os objetivos assumidos foram: i) aperfeiçoar a gestão administrativa e acadêmica; ii) aumentar e distribuir de forma mais homogênea a participação dos docentes permanentes na produção qualificada; iii) aumentar a produção discente qualificada; iv) ampliar e aperfeiçoar os processos de acompanhamento de pessoas egressas; v) implementar e aperfeiçoar as políticas de ações afirmativas; vi) ampliar a visibilidade do programa; e vii) ampliar as ações de internacionalização.

Das 27 metas, o PPGE obteve DS em 21, o que corresponde a quase 80% das metas para o quadriênio. Todas as demais foram avaliadas como DP, demonstrando avanços significativos perante todos os objetivos. Todas as metas que se desdobraram dos objetivos iii, v e vi foram classificadas como DS. Assim é possível afirmar que o PPGE cumpriu integralmente os objetivos de aumentar a produção discente qualificada, implementar e aperfeiçoar políticas de ações afirmativas e ampliar a visibilidade do programa.

Os resultados obtidos subsidiaram a construção do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2025-2028, aprovado pelo Colegiado do Programa. Os principais desafios dizem respeito, principalmente, ao acompanhamento de pessoas egressas e ao aumento da produção docente qualificada em estratos superiores.

1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa

O PPGE encerra o quadriênio 2021-2024 com seu corpo docente formado por 38 docentes permanentes (DP), 11 docentes colaboradores (DC) e 02 docentes visitantes (DV). Trata-se, em função desse quantitativo, do maior Programa Acadêmico de Pós-Graduação da UFJF. O perfil formativo do corpo docente atual, significativamente plural, como será demonstrado ao longo deste relatório, é totalmente compatível e adequado para a consecução da missão e dos objetivos do Programa, por meio da aderência à sua Área de Concentração, Linhas de Pesquisa e Currículo.

Esse caráter plural do nosso Programa tem convergido com o caráter plural que faz parte do projeto institucional da UFJF, algo que pode ser percebido nos últimos anos, afinal, considerando apenas o período que abrange o quadriênio 2021-2024, o PPGE cedeu à administração central da Universidade nove docentes que atuaram em cargos de alta relevância de sua estrutura organizacional: o Prof. Cassiano Amorim atuou como Pró-Reitor de Graduação entre 2020 e 2024; a Prof^a. Katiuscia Antunes atua desde 2024 como Pró-Reitora de Graduação, atuou como Coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) entre 2018 e 2021, e como Diretora da Coordenação Geral de Processos Seletivos (COPESE) entre 2021 e 2024; o Prof. Marcus Vinícius Pereira atua desde 2024 como Pró-Reitor de Cultura; o Prof. Julvan de Oliveira atuou como Diretor de Ações Afirmativas entre 2016 e 2024; a Prof^a. Eliane Borges é Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil da UFJF desde 2011; o Prof. Alexandre Cadilhe atua desde 2024 como Diretor de Relações Internacionais da UFJF; a Prof^a. Mylene Santiago atuou como Coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) entre 2021 e 2022 e como Coordenadora de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Graduação entre 2022 e 2024; a Prof^a. Andreia Garcia Reis é Coordenadora de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Graduação desde 2024.

O presente texto foi organizado em quatro partes que correspondem aos indicadores que compõem o Item 1.2. Eles foram nomeados e estão sequenciados da seguinte forma: Perfil do corpo docente; Política de interação do PPGE com a graduação; Realização de estágio pós-doutoral ou de pesquisa sênior por docentes permanentes; Estabilidade do corpo docente.

Perfil do Corpo Docente

Compreendendo a área da Educação como uma área interdisciplinar, a FAGED tem apostado em um corpo docente de formação multidisciplinar para explorar o fenômeno da

educação em sua complexidade. Uma complexidade que é marcada por demandas que são históricas em nosso território, como por exemplo, o processo de alfabetização e letramento de toda população brasileira e as condições de permanência na escola até o final da educação básica, sem desconsiderar os contemporâneos pleitos que emergem nesse campo, sobretudo relacionados a políticas identitárias e de reparação histórica, o que reafirma a área de concentração de nossa pós-graduação e nossa escolha por um programa de atuação regional e nacional em sua busca de justiça social.

Assim, a formação docente, vocação maior desta faculdade, tem sido enfrentada como um desafio que precisa envolver a interface com diferentes áreas do conhecimento e permanente integração com a escola básica e com a produção de conhecimento para a Educação como campo de estudos acadêmicos. A FACED atende hoje a 30 cursos de licenciatura, em 16 áreas distintas, ofertados presencialmente e/ou a distância (Presenciais: Artes Visuais, Ciência da Religião, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física (integral e noturno), Enfermagem, Filosofia, Física (integral e noturno), Geografia (integral e noturno), História (integral e noturno), Letras (integral e noturno), Letras Libras, Matemática (integral e noturno), Música, Pedagogia (integral e noturno), Química (integral e noturno). Em EAD, atende aos seguintes cursos: Ciências da Computação, Educação Física, Física, Matemática, Pedagogia e Química. Essa complexa tarefa formativa encontra apoio em um projeto de Faculdade e de formação comprometido com a qualidade da Educação Básica e com a docência de todos esses discentes que ocupam o espaço da instituição.

Na busca pela efetivação de sua vocação, a FACED, desde os anos de 1990, tem investido: i) na criação, consolidação e ampliação do PPGE; ii) no oferecimento de concursos para docente, quando da existência de vagas, nos quais são exigidos formação e perfil compatíveis com a atuação em um programa de pós-graduação; iii) na articulação do corpo docente em Núcleos de Pesquisa e Extensão e/ou Grupos de Pesquisa, oferecendo infraestrutura e condições de funcionamento. Essas medidas oportunizam que hoje, cerca de 70% do corpo docente da FACED componham o corpo docente do PPGE, o que marca a integração entre os que atuam na graduação e pós-graduação, evitando rupturas e descontinuidades de ações pedagógicas, de pesquisa e extensão, bem como a segmentação entre os níveis educacionais do Ensino Superior.

Assim, como parte integrante e constitutiva da FACED, o PPGE tem usufruído desta estruturação multidisciplinar em núcleos e grupos de pesquisa e procurado se expandir, organizada e organicamente, para compor com a política de formação docente da FACED. A sua área de concentração “Educação Brasileira: gestão e prática pedagógica” materializa este

projeto de formação. As três linhas de pesquisa dão organicidade à área de concentração e, em consonância com o escopo da área de Educação, lançam-se aos desafios que a formação na pós-graduação impõem, tanto no que se refere à natureza interdisciplinar desta formação, quanto à integração com a Educação Básica e a produção de conhecimentos para a área.

Cerca de 90% do corpo docente do PPGE é composto por docentes da FAGED. Quatro docentes são oriundos de outras unidades da UFJF e uma de outra universidade federal. Assim, a constituição do corpo docente permanente do PPGE reflete a organização da FAGED e o modo interdisciplinar de lidar com a formação de professores. A formação inicial dos docentes permanentes se deu nas mais diversas licenciaturas: Pedagogia, Educação Física, Ciências Sociais, Letras, História, Filosofia, Ciências Biológicas, Matemática, Química, Física e Geografia. Além desses, existem aquelas/es que possuem graduações em outras áreas, que não as licenciaturas, como Música e Artes Cênicas. Essa diversidade formativa opera como um potencializador de ações interdisciplinares e oferece, tanto um maior acesso à escola, em seus múltiplos componentes curriculares, como diálogo com espaços educativos não escolares, o que também é uma marca do PPGE, além da produção de saberes para a área da Educação e suas fronteiras.

Quanto à formação no doutorado, quase 70% do corpo docente permanente tem doutorado em Educação. Os demais possuem doutorado em diferentes áreas: Filosofia; Letras; Linguística; Estudos da Linguagem; Geografia; Educação Matemática; Educação Física; Educação, Arte e Cultura; Ensino de Ciência e Matemática; Educação em Ciências e Saúde. Mesmo com essa formação diversificada, todo o corpo docente atua na área de Educação. Esse perfil amplia o leque de fronteiras internas à grande área da Educação e, consequentemente, o escopo de pesquisas e demais ações realizadas no âmbito do Programa. Sublinha-se que essa formação plural está a serviço da reafirmação do campo da Educação, enfatizando seu caráter interdisciplinar, tanto em termos de produção de conhecimento, quanto das demais ações abarcadas por um programa de Pós-Graduação.

Essa multiplicidade de experiências formativas do corpo docente repercute na pluralidade de pertencimentos aos campos que se situam no contexto da grande área da Educação, dado sua natureza multi e interdisciplinar. Um desdobramento dessa multiplicidade e dessa natureza pode ser observado pela quantidade e variedade de associações científicas e redes de pesquisas, nacionais e internacionais, às quais os docentes do PPGE são vinculados, além da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que é a mais importante associação científica do campo, e cujo PPGE é filiado institucional, assim como parte significativa de seu corpo docente.

As outras 43 associações são: Instituição Psicanalítica Espaço-Oficina de Psicanálise do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Educação Matemática(SBEM), Associação de Professores de Matemática (APM – Portugal), Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (Abrapec), Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica (BIOgraph), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ANDIPE), Rede Universitas de Pesquisa, Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs), Rede de Pesquisa em Educação Ambiental (REDEPEA), Observatório de Educação Ambiental (OBSERVARE), Rede Universitária Internacional de Estudos Psicanalíticos em Educação(RUEPSY), Rede Mineira de Pesquisa em Educação, Grupo Nacional de Geografia Humanista (GHUM), Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio), Associação Brasileira de Currículo (ABdC), Sociedade Brasileira de Física (SBF), Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Música(ANPPOM), Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), Associação Brasileira de Linguística Aplicada(ALAB), Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação(ANFOPE), Federação de Arte/educadores do Brasil(FAEB); Sociedade Internacional de Educação através da Arte(INSEA); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), Associação Nacional de História (ANPUH), Asociación Latinoamericana de Ciencias del Deporte, Educación Física y Danza (ALCIDED); International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women(IAPESGW), América latina da International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), International Standing Conference for the History of Education (ISCHE), International Gramsci Society - Brasil (IGS-Brasil), Red Iberoamericana de Investigación en Imaginarios y Representaciones (RIIR), Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), Associação Brasileira de Filosofia da Educação(Sofie), Latin American Philosophy of Education Society (LAPES), e Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN).

Neste quadriênio, o corpo docente contou com a participação de três docentes visitantes. A profa. Olga Alicia Gallardo Milanés é pesquisadora cubana, com doutorado em Ciências Pedagógicas na Universidade Pedagógica de Holguín, Cuba. A docente foi contratada pela UFJF, através do Programa de Estímulo ao Intercâmbio Acadêmico da Pós-graduação stricto

sensu e da Pesquisa da UFJF (PEIA-PG), no qual se objetiva o “desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (PPGs) e da atividade de pesquisa da Instituição através de ações de incentivo à qualificação dos docentes permanentes e do incremento das ações dos PPG por meio da contribuição de Professores Visitantes nacionais e estrangeiros”.

A professora Olga iniciou suas atividades no Programa em 2018, estando vinculada à linha Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos. Durante esse período ela ofereceu três disciplinas, participou do Grupo de Educação Ambiental (GEA), liderado pela profa. Angélica Cosenza, DP do PPGE. Neste período em que esteve como professora visitante, a profa. Olga orientou uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado (uma dessas orientações ainda está em curso); participou de bancas de qualificação e de defesa, de comissões e de diferentes frentes de trabalho. Após ter seu contrato encerrado em 2022, permaneceu como colaboradora no Programa para finalizar a orientação da tese em andamento.

Os outros dois docentes visitantes internacionais foram contratados através do Programa Capes Solidariedade (Edital 30/2022). Eles se alocaram no país na condição de refugiados, sendo um docente venezuelano e um congolês, mas oriundo de Moçambique. O projeto "Acolhimento como *soft power*: o universo dos refugiados entre o patrimônio, a linguagem e a educação", é coordenado pelo prof. Alexandre Cadilhe, DP do PPGE. Realizado a partir de uma rede instituída por docentes dos Programas de Pós-Graduação em História, Educação e Linguística da UFJF, este projeto busca potencializar a interação entre professores na condição de migrantes forçados no Brasil e grupos de pesquisa da Cátedra Sérgio Vieira de Melo (ACNUR), cujas ações orientam-se para a produção de políticas de migração e refúgio, tendo o patrimônio cultural e a educação como foco. Para realização deste projeto, são desempenhadas ações de ensino, pesquisa e extensão que articulam duas linhas: a) patrimônio cultural e *soft power*; b) narrativas de migração e refúgio, em que ambas se encontram no diálogo orientado para a formação de professores e políticas de acolhimento a pessoas refugiadas na educação básica e no ensino superior. Os docentes contratados nessas condições são:

- Prof. Rafael Alberto González González, pesquisador venezuelano. É doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), trabalha com temas entrecruzados da contemporaneidade, as tecnologias digitais e a educação em contextos de mobilidade (migração/refúgio). Teve seu ingresso no Programa em outubro de 2023. Ofereceu uma disciplina no segundo semestre de 2024 e tem participado de diferentes ações de pesquisa e de

extensão, especialmente em parceria com o Prof. Jader Janer, com as temáticas das migrações/refúgios na infância. Está orientando duas dissertações de mestrado.

- Prof. Dr. Justin Amuri Mweze, pesquisador congolês. É doutor em Ciência de Educação, com especialidade em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique (UCM) - Nampula. Dirigiu a Associação dos Estudantes Refugiados da Região dos Grandes Lagos em Maputo-Moçambique, lecionou Filosofia e Francês na Escola Secundária de Angoche-Nampula, dirigiu a Comissão da Ética, Sector da Educação no Distrito de Angoche-Nampula Moçambique e a Comissão de Avaliação de qualidade de ensino na Universidade Mussa Bin Bique-Nampula. O professor Justin chegou ao Brasil em março de 2024 e está inserido em atividades de pesquisa e de extensão tanto no PPGE, quanto no PPG de História.

O corpo docente permanente é responsável pela quase totalidade da carga didática do PPGE. Das 125 disciplinas ofertadas ao longo do quadriênio (considerando as reofertas), quase 90% estiveram sob a responsabilidade exclusiva de DP. Nesse escopo, inclui-se também disciplinas com a participação de pós-doutorandos. Cerca de 10% dessas disciplinas ficaram sob a responsabilidade de DC. Três disciplinas foram ofertadas por meio de parceria entre DP e DC, totalizando cerca de 2%, e cinco disciplinas foram ministradas por DV (pouco mais de 3%).

Embora o desenho curricular do Programa tenha sido apresentado com maior detalhamento no item 1.1 deste Relatório, é interessante recuperar que o PPGE oferece disciplinas que se articulam ao perfil docente de três formas: i) abrangente; ii) abrangente articulada à linha; iii) específicas. No primeiro caso há duas disciplinas obrigatórias e uma eletiva. No segundo caso, apenas obrigatórias. No terceiro, majoritariamente eletivas e uma obrigatória.

As disciplinas obrigatórias de caráter mais abrangente são **Educação Brasileira I e II** (obrigatórias para mestrado e doutorado, respectivamente). Elas são oferecidas por três docentes, sendo um(a) de cada linha. O foco, expresso em seu título, faz referência explícita à área de concentração do Programa. Os contornos dados à disciplina dialogam com o momento histórico e político da educação à época do seu oferecimento, com as contribuições singulares de cada linha, e também com o que cada docente tem a oferecer ao estudo do tema “educação brasileira”. A diversidade de formação do colegiado certamente amplia e enriquece o olhar sobre o fenômeno da educação brasileira.

Temas de Pesquisa em Educação (derivada da “Segundas na Pós”) é a disciplina eletiva com caráter significativamente abrangente. Trata-se de uma atividade didática, organizada como disciplina para discentes do PPGE, mas com abertura para participação de

pesquisadores, discentes da graduação e da pós-graduação, docentes da escola básica e demais interessados em educação. Assim como na disciplina **Educação Brasileira**, são docentes de cada uma das linhas do Programa que organizam os encontros. Eles são caracterizados pela participação de pesquisadores, do PPGE ou não, convidados a apresentarem suas investigações em curso ou já concluídas. O objetivo é, além da ampliação das perspectivas de pesquisa, propiciar uma troca mais estreita com a escola básica e com a comunidade em geral. Valoriza-se nessa disciplina a multiplicidade e a complexidade de objetos que podem ser abarcados na área da Educação, e a interlocução com demandas sociais mais amplas. Nesse sentido, a variedade de formação dos docentes do PPGE reverbera a multiplicidade e complexidade mencionadas.

A disciplina obrigatória cuja abordagem se dá no escopo de cada linha de pesquisa é **Seminário de Pesquisa**. Ou seja, há um Seminário de Pesquisa para cada Linha do Programa, de forma que os discentes vinculados aos projetos desenvolvidos na respectiva linha exploram a produção do conhecimento científico em Educação a partir de temas, posturas epistêmicas, referenciais teóricos e modos de pesquisa típicos na linha. Reconhecendo que existem múltiplas formas pelas quais os objetos de pesquisa desenvolvidos na linha podem se materializar, a diversidade de percursos formativos e de inscrições epistêmicas e teóricas dos docentes que ministram essas disciplinas contribui para o amadurecimento das pesquisas e da socialização científica na grande área da Educação, para além das subáreas que a compõem. Trata-se, pois, de uma oportunidade de contato simultâneo com os níveis micro e macro da formação em um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação.

No escopo das formas específicas de se vincular as disciplinas ao perfil docente, estão as disciplinas **Atividades Orientadas de Pesquisa I e II** (obrigatórias para mestrado e doutorado, respectivamente), e os **Tópicos Especiais** (eletivas dentre as quais os discentes precisarão cursar algumas para atingirem os créditos necessários de acordo com o nível do curso). No primeiro caso, trata-se de disciplinas obrigatórias organizadas como modo de integração dos discentes aos grupos de pesquisa de seus orientadores. Nessa disciplina, os temas de interesse de cada docente, que possuem vínculo estreito com a sua trajetória acadêmico-profissional, se constituem como fio condutor da inserção no campo educacional. Dessa forma, trata-se de imersão em fronteiras que permeiam a grande área da Educação.

Nos **Tópicos Especiais**, cada docente seleciona/produz e explora um recorte do que se apresenta no escopo da Linha ao qual está vinculado. Esse processo pode ocorrer a partir de duas perspectivas: indo das disciplinas para a trajetória, ou das trajetórias para as disciplinas. O docente pode, se aproveitando da tradição de disciplinas ofertadas pelo Programa, reofertá-las

a partir das experiências da própria trajetória, o que consiste, pois, numa ação de inovação. De outro modo, o docente pode, também, criar outras disciplinas a partir de suas experiências formativas, reinventando a tradição disciplinar do Programa. Neste caso, o limite são os escopos das Linhas que, como vêm sendo apresentado, estão em plena convergência com a Área de Concentração, a missão e os objetivos do Programa.

Política de interação do PPGE com a graduação.

Os docentes do Programa atuam, invariável e simultaneamente, na Graduação e na Pós-Graduação. As exceções ficam por conta das professoras convidadas (docentes aposentadas: Beatriz Teixeira, Luciana Pacheco, Sonia Miranda) e dos professores visitantes (Olga Gallardo, Rafael González e Justin Mweze). São desenvolvidas ações, coletivamente e, claro, com singularidades, que estruturalmente vinculam a Graduação e a Pós-Graduação. As atividades sistemáticas de ensino na graduação vêm acompanhadas de orientação de trabalhos discentes diversos:

- i) Trabalhos de Conclusão de Curso (nos cursos de Pedagogia e outras licenciaturas que possuem esse tipo de requisito para a integralização dos créditos): foram cerca de 230 Trabalhos de Conclusão de Curso orientados ao longo do quadriênio, envolvendo cerca de 75% do corpo docente.
- ii) Estágios curriculares e não curriculares: do corpo docente permanente, mais de 50% assume sistematicamente disciplinas de estágio supervisionado obrigatório das licenciaturas. Há também um número expressivo que assume estágios não obrigatórios que envolvem os estudantes das diferentes licenciaturas.
- iii) Iniciação Científica (IC): a UFJF tem um sólido Programa de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/PIBIC), com editais anuais nos quais os docentes do PPGE têm participação marcante. Ao longo do quadriênio foram quase 200 graduandos orientados, envolvendo cerca de 75% do corpo docente permanente do PPGE. Essa forma de articulação com a Graduação é especialmente relevante para o PPGE. Trata-se de um movimento cujo foco é atrelar à formação dos licenciandos, a dimensão da pesquisa, o que é típico da pós-graduação *stricto sensu*. Assim, é comum que muitos dos licenciandos que fazem a IC, ao concluírem a Graduação, busquem inserção no PPGE.
- iv) Programas, projetos e ações de extensão: todos os docentes do PPGE que trabalham na Graduação, além de alguns visitantes, tiveram algum tipo de vínculo com a extensão (programa

e/ou projeto e/ou ações) que a Pró-Reitoria de Extensão da UFJF (PROEXT) legitima. Destacamos que a PROEXT oferece diferentes Editais que fomentam atividades de extensão para a Graduação e a Pós-Graduação.

Importante sublinhar ainda que a vinculação com a Graduação se faz também por meio da parceria de docentes do PPGE com outros sujeitos que compõem a comunidade do Programa, destacando-se a participação de PV para refletir sobre educação para crianças refugiadas; a realização de palestras e composição de docências das pessoas que realizam estágio pós-doutoral no PPGE; a participação de doutorandas/aos e pessoas em estágio pós-doutoral em bancas de TCC da Pedagogia e de outras licenciaturas.

A integração da Pós-Graduação com a Graduação no contexto da FAGED tem propiciado uma transformação estrutural da Faculdade ao longo do desenvolvimento da história do Programa (conforme detalhado na História e Contexto). A política de integração foi se estruturando a partir das seguintes premissas: (i) centralidade da FAGED na formação de professores de 16 licenciaturas organizadas em 30 cursos; (ii) organização da FAGED com Núcleos de Pesquisa e Extensão e Grupos de Pesquisa interdisciplinares; (iii) tradição da FAGED de trabalho investigativo e extensionista com escolas da educação básica; (iv) complexidade do fenômeno educativo, abordado pela FAGED pela via da interdisciplinaridade, do diálogo com a educação básica, da defesa da educação pública e da compreensão deste fenômeno educativo para além do espaço escolar, envolvendo as dinâmicas da vida em sociedade e das desigualdades de oportunidades sociais e educacionais evidentes no Brasil.

Tendo em vista essas premissas, destacam-se algumas ações que constituem, junto a outros elementos, a base para uma política de integração entre a Pós-Graduação e a Graduação no contexto da FAGED e da atuação dos docentes do Programa:

1) O recrutamento contínuo e orgânico de estudantes de IC que, em boa parte dos casos, segue uma carreira assentada em formação acadêmica qualificada e que, nesse sentido, ou são bem-sucedidos na seleção para o Mestrado na própria UFJF, especialmente no PPGE, ou em outros Programas de Pós-Graduação nacionais. A participação de estudantes de Graduação, sobretudo monitores e bolsistas de IC em atividades da Pós-Graduação – pela via dos Grupos de Pesquisa, por meio de eventos promovidos pelo PPGE, pelo acompanhamento dos exames de defesa e qualificação (que, no caso do PPGE, são sempre eventos públicos), pela participação na disciplina **Temas de Pesquisa em Educação** – faz com que desenvolvam uma vida acadêmica enriquecida pela presença do componente de pesquisa qualificando sua formação docente inicial.

- 2) Os Grupos de Pesquisa são abertos para além dos pós-graduandos e bolsistas de IC. Há diferentes contornos na organização dos grupos que se colocam como espaços permanentemente abertos à formação também de estudantes de Graduação, que passam a atuar sistematicamente nas reuniões do Grupo e se submetem às variadas dinâmicas formativas.
- 3) A oferta de disciplina em comum na graduação e na pós-graduação, o que, via de regra, envolve parcerias entre professores que, ao atuarem na Graduação e na Pós, assumem o registro acadêmico de disciplinas com cadastros diferentes para a graduação e pós, mas que, ao fim e ao cabo, caminham simultaneamente na grade horária e permitem essa convivência no interior dos processos de formação.
- 4) A oferta de eventos acadêmicos abertos a estudantes de Graduação e Pós-Graduação, como é o caso da Semana da FAGED. Esse evento bianual conta com apresentações de trabalhos, mesas-redondas, minicursos, rodas de conversa, manifestações artísticas, entre outras ações. A programação é feita para o conjunto dos estudantes e que, na maioria das vezes, permite que estudantes de Graduação conheçam os movimentos que se processam na Pós-Graduação. A Semana da FAGED é organizada pela Coordenação de Articulação Acadêmica da FAGED em parceria com o Diretório Acadêmico do curso de Pedagogia e a representação discente do PPGE.
- 5) A Semana de Acolhimento— evento que inaugura cada semestre letivo na FAGED - organizado pela mesma equipe da Semana da FAGED, também repercute a integração entre Graduação e Pós-Graduação. Neste evento, estudantes da Pós-Graduação são convidados a oferecerem oficinas e/ou roda de conversa para estudantes da graduação, como modo de acolhida e iniciação do semestre. Nesta semana, as aulas ficam suspensas (trata-se de um momento em que docentes da FAGED estão participando do Seminário Interno). Os Grupos de Pesquisa se mobilizam para atender à demanda e oferecer seus temas de estudos e de investigação neste espaço formativo.
- 6) O Estágio Docência, no caso do PPGE, é estimulado para todas/os estudantes do programa e não só para os bolsistas de agências, que possuem essa demanda obrigatória. Por meio dessa atividade, projetos específicos, sob a supervisão dos orientadores, são desenvolvidos, seja no sentido de fomentar a participação do pós-graduando nas atividades de graduação, seja pela docência direta orientada, seja pelo acompanhamento de atividades avaliativas, seja por meio da atuação em projetos temáticos especiais ou em eventos no interior das disciplinas.
- 7) A atuação protagonista e coletiva de parte significativa dos docentes em atividades de Programas como PIBID, Residência Docente e Universidade Aberta do Brasil, entre outros.

8) Atividades de Extensão, envolvendo ou não ações de divulgação científica, desenvolvidas pelos docentes articulam graduandos e pós-graduandos, dotando de complexidade a relação com a comunidade externa em uma perspectiva radicalmente dialética. Ou seja, a comunidade universitária (que congrega diferentes momentos da formação acadêmica) aprende entre si e na relação com a comunidade externa, percebida também como um lugar de onde emanam saberes, e não apenas como receptáculo dos saberes acadêmicos.

9) A organização de eventos acadêmico-científicos e/ou culturais externos, inclusive internacionais, por parte de docentes do PPGE, tem contribuído para a articulação entre Graduação e Pós-Graduação em um movimento de inserção e socialização científica que atravessa a formação inicial e continuada.

10) As pesquisas realizadas no âmbito da Pós-Graduação têm servido para a atualização e inovação das atividades e disciplinas desenvolvidas na Graduação.

11) No contexto dos Grupos de Pesquisa, muitos docentes têm fomentado a apresentação de trabalhos e a publicação de produções acadêmicas por parcerias que envolvem graduandos, pós-graduandos e o próprio docente, o que repercute positivamente na formação qualificada de docentes e pesquisadores.

Sublinhamos também que a infraestrutura da FAGED apresentada no item 1.1 contribui de forma significativa para essas ações de interação entre a graduação e a pós-graduação. Afinal, muitos espaços são partilhados, a despeito da garantia do atendimento das especificidades de cada uma dessas etapas formativas. Além disso, o canal da FAGED no YouTube, o PodCast FAGEDPod, os perfis da FAGED e do PPGE no Instagram, têm servido como espaços de encontro, divulgação e enunciação de todos os segmentos da FAGED.

O uso dessas ferramentas digitais tem permitido a integração de estudantes da graduação na modalidade a distância – que fazem parte do curso de Pedagogia que a FAGED oferece pela Universidade Aberta do Brasil. Em todos os seminários, encontros e outros eventos de natureza acadêmica, há a possibilidade de participação desses discentes.

Esse conjunto de ações e atividades acaba por configurar, em torno do PPGE, um complexo de formação docente em diferentes níveis e com fonte incremento da dimensão da pesquisa nas ações de ensino e extensão.

Realização de estágio pós-doutoral ou de pesquisa sênior por docentes permanentes

Há mais de uma década, a FAGED tem em seu planejamento uma ação de viabilização do Pós-Doutorado para seus docentes, de modo associado a uma política institucional de licença

e substituições. Essa ação objetiva o fortalecimento das conexões acadêmicas, o aprofundamento teórico-metodológico de seus docentes e o fortalecimento da pesquisa. O propósito maior é, certamente, melhor qualificar a formação de pesquisadores discentes do Programa. Entretanto, essa política tem enfrentado muitos desafios. O maior deles é a falta de orçamento para contratação de professores substitutos. No âmbito da UFJF foi instituído o Programa de Estímulo ao Intercâmbio Acadêmico da Pós-graduação *stricto sensu* e da Pesquisa da UFJF (PEIA-PG), que visa o desenvolvimento dos PPG e da atividade de pesquisa da UFJF incentivando a qualificação dos DP e garante um docente substituto para cada programa, por ano.

Apesar de representar um grande avanço, considerando que poucas universidades públicas brasileiras garantem verba para esta finalidade, para um programa com muitos docentes, como é o caso do PPGE, esta resolução não permite muita mobilidade. Com essa constatação, iniciaram-se negociações junto à PROPP e ao CSPP no sentido de revisar a resolução de forma a considerar a natureza e as dimensões dos Programas. A nova Resolução será aprovada no início de 2025 e propiciará uma ampliação no número de substituições para docentes do PPGE em afastamento para estágio pós-doutoral por meio da contratação de docentes visitantes, nacionais ou estrangeiros.

Ao longo deste quadriênio, além da situação descrita acima, a pandemia da Covid 19 foi um elemento muito desfavorável ao afastamento de docentes para os estágios pós-doutorais, impondo grandes obstáculos para que ocorressem nos anos de 2021 e 2022. Soma-se a isso a diminuição da oferta de bolsas para este fim por parte das agências de fomento nacionais e estaduais. Apesar disso, a profa. Juliana Trifilio realizou estágio de pós-doutoramento entre março de 2022 e fevereiro de 2023, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir de 2023, foi possível, ainda que enfrentado as dificuldades relatadas, encaminhar docentes para o pós-doutorado. Em 2023, o profa. Katiuscia Antunes realizou o estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o prof. Reginaldo Carneiro, na Universidade Federal de Santa Catarina; e o prof. Guilherme Barreto na Université Paris-Est Créteil (UPEC). Em 2024, iniciaram seus estágios pós-doutorais: o prof. André Martins, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; o prof. Cassiano Amorim, na Universidade de Valência, Espanha; a profa. Mylene Santiago, na Université de Genève, na Suíça; o prof. Roney Polato, na Universidade Federal de São Carlos; a profa. Tania Magalhães, na Universidade Federal de Pernambuco.

Ao longo do quadriênio nove docentes do Programa realizaram pós-doutoramento, sendo três no exterior. Somados a esses nove docentes, outros 20 docentes já haviam realizado seus estágiosde pós-doutoramento em anos anteriores, o que implica dizer que 29 docentes do

Programa possuem esse nível avançado de formação e, em consequência, trazem consigo os efeitos acadêmicos derivados dessa inserção, seja ela nacional ou internacional. Isso significa que 70% do corpo docente já realizou estágio pós-doutoral, dos quais cerca de 30% realizado no exterior.

A construção de uma política de pós-doutoramento foi sendo elaborada ao longo do quadriênio e envolve, além da ampliação da possibilidade de contratação de docentes substitutos para docentes em estágios pós-doutorais, relatada acima, a organização do fluxo de solicitação de afastamento para realização de pós-doutoramento. Essa organização, realizada em parceria com o Departamento de Educação e a Direção da FACED resulta em uma classificação docente. A partir desta classificação, são apontados os docentes que poderão solicitar substituto para seu afastamento para estágio pós-doutoral. Neste sentido, há uma programação anual de afastamento de docentes para realização de estágios pós-doutorais.

No ano de 2024, esse procedimento passou a vigorar e, a partir do edital, sete docentes permanentes do PPGE se candidataram à realização do pós-doutoramento no ano de 2025.

Estabilidade do corpo docente

A política de credenciamento do PPGE (APÊNDICE 2) prevê a realização de processo de credenciamento docente no último ano de cada quadriênio. Isso se justifica pela possibilidade de composição e recomposição do corpo docente no início de cada quadriênio, dada a necessidade de planejamento de ações e adequação do corpo docente permanente.

Portanto, o início do presente quadriênio foi marcado por modificações no corpo docente: foram 12 ingressantes, via Edital de Credenciamento Docente (APÊNDICE 14). Esses docentes participaram do Processo Seletivo de Discentes 2021 (APÊNDICE 15); como uma docente não teve candidato classificado no Edital, ela foi cadastrada como DC. Esta docente é a profa. Ana Carolina Araujo que, em 2022, passou para a categoria de DP. Além desse credenciamento, o programa contou com três DV.

O quadro docente permanente em janeiro de 2021, se configurava do seguinte modo: 38DP (74,51%), 12DC (23,53%) e uma DV (1,96%).

Ao longo do quadriênio, algumas alterações foram se dando:

1. Profa. Adriana Bruno: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Em 2021, passou à categoria de colaboradora devido à sua redistribuição para a UNIRIO. Ele não participou de processos seletivo discente e permanecerá como colaboradora até que suas orientações iniciadas sejam concluídas, o que ocorrerá até setembro de 2025.

2. Profa. Ana Carolina Araujo: ingressou em 2021 como docente colaboradora, uma vez que não teve candidato aprovado no processo seletivo discente de 2021. A partir de 2022, passou a ser DP.
3. Profa. Ana Rosa Picanço: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Passou a colaboradora devido a questões de adoecimento familiar. Foi descredenciada, a pedido, em 2024, quando se encerraram suas orientações que estavam em curso.
4. Prof. Carlos da Cunha Junior: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Solicitou seu descredenciamento, visto que é de outra unidade acadêmica e precisou assumir outras atividades em sua unidade de origem. Passou a colaborador em 2021, até que concluísse suas orientações. Foi descredenciado em 2022.
5. Prof. Cassiano Amorim: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Passou a colaborador por ter assumido o cargo de Pró-Reitor de Graduação (2021 e 2022). Em 2023, ao concluir seu mandato, voltou à condição de DP.
6. Prof. Daniel Cavalcanti: foi permanente até o ano de 2019, quando, por motivos pessoais, solicitou a efetivação de seu descredenciamento para quando suas orientações em curso naquele momento fossem finalizadas. De 2020 até 2023, esteve como DC, no intuito de concluir suas orientações. Entretanto, em início de 2024 foi descredenciado, devido a uma tragédia familiar. Suas orientações foram realocadas.
7. Profa. Daniela Auad: foi permanente até ano de 2022. Em 2023, por mobilidade docente, passou a atuar na UFSCar e solicitou descredenciamento, após a conclusão de suas orientações no Programa.
8. Profa. Eliane Borges: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Em 2021, solicitou seu descredenciamento, dado que está se organizando para aposentadoria. Passou a atuar como colaboradora desde então, até que suas orientações sejam concluídas.
9. Profa. Hilda Linhares: foi permanente até 2023. Em 2024, foi cedida pela UFJF para ocupar cargo no INEP/MEC. Permanecerá como colaboradora até a conclusão das orientações, o que acontecerá em 2025. Após, será descredenciada a pedido, considerando seus planos de aposentadoria.
10. Profa. Ilka Schapper Santos: foi permanente até 2019, quando, por conta de uma grande mudança de perspectiva teórica, passou para a categoria de colaboradora para que pudesse se dedicar com mais afinco à perspectiva teórica à qual estava se vinculando. A partir de 2025 ela será recolocada como permanente, uma vez que já se estabeleceu no seu novo campo de estudos.

11. Profa. Luciana Pacheco: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Devido à aposentadoria, passou a ser colaboradora no Programa, até a conclusão de suas orientações, o que acontecerá até março de 2025, quando, por decisão pessoal, será descredenciada.
12. Prof. Maximiliano Lopez: foi permanente até o final do quadriênio anterior. Devido a seu intenso envolvimento com outras atividades no campo da Filosofia, sua área de origem, passou a colaborador neste quadriênio.
13. Profa. Olga Milanes: contratada pela UFJF como Professora Visitante para o período de 13/08/2018 a 13/08/2022. Permanece como professora colaboradora desde então, até que suas orientações sejam concluídas, o que ocorrerá até maio de 2025.
14. Profa. Sonia Miranda: foi permanente até 2023. Solicitou descredenciamento, uma vez que havia se aposentado. Passou a colaboradora em 2024, até concluir suas orientações, o que ocorreu em outubro de 2024.
15. Prof. Tufi Soares: foi permanente até final do quadriênio anterior. No início deste quadriênio solicitou descredenciamento, devido ao seu planejamento de aposentadoria. Passou a colaborador até que conclua suas orientações em curso, o que ocorrerá até outubro de 2025, quando será descredenciado.

Houve, ao longo do quadriênio, o descredenciamento de 4 docentes. O corpo docente permanente variou de 38 para 37 (para um acompanhamento detalhado, ver APÊNDICE 16). Há 21 docentes que permanecem no programa desde 2013 (mais de 50% dos DP), revelando grande estabilidade mesmo garantida a renovação por meio de editais específicos.

A taxa de estabilidade do corpo docente, neste quadriênio, é alta. A renovação se deu na passagem de 2020 para 2021, com cerca de 21,57% de renovação em relação ao corpo docente que concluiu o último quadriênio. A política de credenciamento docente, assim como a política de acompanhamento e avaliação docente nos leva a uma renovação significativa, com uma expressiva taxa de estabilidade, propiciando o planejamento das ações do programa, assim como a adequação do planejamento ao perfil do corpo docente, a cada quadriênio.

1.3 Planejamento estratégico do Programa em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional ou equivalente, incluindo as políticas afirmativas e de promoção de equidade

As normativas e os documentos organizacionais que sustentam a existência do Programa, desde sua origem, sempre estiveram em diálogo com as diretrizes e legislações da Universidade e com seu próprio planejamento estratégico como uma instituição pública pautada na busca da excelência em seu tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão. Essas interfaces poderão ser percebidas no item referente ao histórico do PPG e também no decorrer dessa seção que está organizada em quatro partes: Política de planejamento; Inovação, transferência de conhecimentos e impactos; Origem dos dados e participação das pessoas; Planejamento estratégico.

Política de Planejamento

Tal como informado em seu PDI (link de acesso ao PDI encontra-se disponível na página da UFJF, para amplo acesso da comunidade acadêmica e externa à universidade), a UFJF produz um importante impacto não só na cidade de Juiz de Fora. Sua influência se estende até próximo da capital (que dista 250 km de Juiz de Fora), para toda a Zona da Mata Mineira e parte do sul de Minas; por todo o eixo da principal rodovia de acesso (BR 040) ao Rio de Janeiro e até o entroncamento da Rodovia Presidente Dutra, em Volta Redonda. Essa inserção geográfica repercute no PPGE, que acolhe como discentes majoritariamente pessoas da cidade e dessa região, revelando seu caráter regional. No entanto, o Programa tem ampliado, gradativamente, sua abrangência para as demais instâncias federativas do país e do exterior (conforme pode ser acompanhado em outros itens deste relatório, em especial no item sobre o histórico e a contextualização do Programa). O Programa tem seu planejamento alinhado aos princípios e às ações propostas e desenvolvidas pela UFJF, fiando-se aos documentos oficiais da instituição, principalmente seu PDI (2022-2027).

Desde a sua origem, o PPGE busca responder às demandas locais e regionais, através da atuação de seu corpo docente e discente, que implementam pesquisas e projetos oriundos de demandas apresentadas pela sociedade à universidade e que tem a educação como foco direto ou interface. A inserção nacional e internacional veio de forma gradativa, como projeto e desdobramento do próprio crescimento do programa, o credenciamento de novos professores e o estabelecimento de redes de pesquisas. Essa ampliação se deu sem preterir as ações mais locais, que apresentavam, e continuam apresentando, fortes demandas no interior do programa,

o que o coloca em constantes liames com a cidade e seus entornos territoriais. Portanto, a municipalidade e a regionalidade, continuam sendo a base da vocação do programa, sem, contudo, impedir suas ações para outras escalas.

A ampliação da abrangência geográfica das ações está na base da constituição do planejamento estratégico desenvolvido para o quadriênio 2025-2028 e em consonância com o objetivo 1 da ação 3 do PDI da UFJF relacionado à Pesquisa. Esse planejamento apresenta a definição de objetivos estratégicos/macros e objetivos específicos para o desenvolvimento do PPGE, estabelecendo indicadores para o monitoramento do cumprimento dos dois perfis de objetivos (macro e micro), de forma a garantir a melhoria contínua da avaliação do programa considerando a política de avaliação da CAPES e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJF.

O planejamento estratégico (2025-2028) foi elaborado dentro dos seguintes princípios:

- i) trabalho coletivo e cooperativo a partir dos princípios de gestão democrática: todos os Setores de Trabalho, Comissões, Coordenação e Secretaria foram envolvidos na elaboração do planejamento;
- ii) foco nas demandas da sociedade pela formação de pesquisadores comprometidos com a educação pública brasileira;
- iii) vinculação ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF, com foco em ações de internacionalização, disseminação da cultura de inovação, e ações afirmativas;
- iv) observância da missão e dos objetivos assumidos pelo Programa.

Nesse sentido, as ações adotadas para a elaboração do planejamento, baseado nos princípios elencados acima, foram:

1. avaliação de objetivos e metas do quadriênio 2021-2024, evidenciando as ações realizadas.

Essa avaliação foi realizada a partir do planejamento estratégico 2021-2024, que tomou como principal propósito para o quadriênio a ampliação do conceito junto à CAPES. Esse planejamento, realizado de modo coletivo e colegiado, no início do presente quadriênio, elegeu sete objetivos que se desdobraram em 27 metas. O acompanhamento do cumprimento desses objetivos e metas se dá através de Indicadores de Desempenho: Desempenho Satisfatório (DS); Desempenho parcialmente satisfatório (DP); Desempenho Insatisfatório (DI); e Coleta não disponível (DN).

No APÊNDICE 13 é apresentada essa avaliação em forma de matriz, o que possibilita uma visualização completa e ampla das ações implementadas para se atingir as metas propostas para cada objetivo; assim como cada indicador de desempenho, que está representado por uma

cor, para melhor visualização. Mais detalhamentos foram elaborados no item 1.1. Como é possível verificar no APÊNDICE 13, foram elencados sete objetivos que se desdobraram em 27 metas, no planejamento de 2021-2024, dos quais 21 obtiveram desempenho satisfatório. As seis metas que obtiveram desempenho parcialmente satisfatório são tomadas como metas a serem alcançadas no quadriênio 2025-2028. Essas metas expressam a necessidade de fortalecimento dos Setores de Trabalho, de aumento na produção docentes qualificada e em parceria com discentes e egressos e de ampliação e fortalecimento dos processos de acompanhamento de egressos.

Essa avaliação 2021-2024 subsidiou a construção coletiva, pelos setores já descritos, do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2025-2028, que foi aprovado pelo Colegiado do Programa, reafirmando o compromisso do coletivo com a execução do planejamento elaborado.

2. processos de avaliação e de autoavaliação docente e discente

Ao longo do quadriênio foram empreendidas ações de avaliação e de autoavaliação docente e discente que foram fundamentais para subsidiar a construção do planejamento estratégico 2025-2028. São elas:

- a) questionários de ingresso (APÊNDICE 17) e de meio aplicados junto às turmas de Mestrado e de Doutorado (APÊNDICE 18);
- b) acompanhamento e avaliação docente (APÊNDICE 19);
- c) questionário docente de final de quadriênio (APÊNDICE 20);
- d) acompanhamento anual de produção de discente e de egressos (o Setor de Acompanhamento Discente lançou mão de uma tecnologia inovadora, elaborada por um discente, para o acompanhamento da produção de discente e de pessoas egressas. Trata-se de uma planilha dinâmica que auxilia na compilação e na análise de dados. Foram criadas oito planilhas organizadas em dois conjuntos: um conjunto para mestrado, envolvendo a produção de discentes e de egressas/os – artigos, livros, capítulo de livro e publicação em anais; e outro conjunto, com os mesmos componentes para acompanhamento da produção de discentes e egressas/os do doutorado. O APÊNDICE 21 traz, a título de exemplificação, uma dessas planilhas: a de produção de artigos por discentes e pessoas egressas do doutorado).

3. elaboração, a partir dos processos de avaliação e de autoavaliação, da Matriz FOFA.

A Matriz FOFA é um instrumento de análise cuja finalidade é explicitar pontos fortes e fracos do PPGE, com o objetivo de torná-los evidentes e operacionais. O nome é um acrônimo para Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Essa ferramenta está sendo usada visando

alcançar os seguintes objetivos: (1) Produzir um diagnóstico quanto aos pontos positivos, potenciais e críticos do Programa a partir de uma perspectiva do que é controlável e do que não é controlável pelo Programa; (2) Definir estratégias a fim de minimizar os riscos e problemas levantados, estabelecendo prioridades de atuação e de decisões a serem tomadas. A matriz FOFA é organizada em quadrantes.

A partir das avaliações e autoavaliações, em especial das respostas aos questionários docentes e discentes, foram elencados os principais elementos que compõem os quadrantes. A avaliação apresentada no item (i) acima também trouxe importantes elementos para esta composição, que se apresenta da seguinte forma:

Forças (controláveis): Engajamento e compromisso com a educação básica pública na cidade e região; Comprometimento na Formação de Professores da Educação Básica da cidade e da região; Corpo docente qualificado e diversificado; Atração de alunos de diferentes formações com potencial de gerar produtos interdisciplinares; Integração com cursos de graduação da UFJF, especialmente as licenciaturas; Disponibilização de 50% das suas vagas para a Modalidade Cotas; Distribuição de bolsas priorizando pessoas ingressantes por meio da Modalidade Cotas.

Oportunidades (incontroláveis): Rede Municipal de Juiz de Fora com plano de carreira atrativo para os profissionais da Educação, com valorização da formação continuada docente; Cidade atrativa para formação acadêmica; Área da Educação com forte apelo político e social; Grande procura tanto pelos seus processos seletivos de discentes, quanto de docentes; Universidade que oferece muitas possibilidades formativas: acadêmicas e culturais.

Fraquezas (controláveis): Divulgação acadêmica e visibilidade dos resultados científicos; Acompanhamento de egressos; Internacionalização; Colaboração com outros programas; Distribuição mais homogênea das demandas junto ao corpo docente.

Ameaças (incontroláveis): Redução de investimentos financeiros na Pós-Graduação; Baixa disponibilidade de bolsas para atender às demandas discentes; Redes Estadual de Minas Gerais e Privada de Educação com plano de carreira pouco atrativo e baixo incentivo para a qualificação docente.

4. eleição de objetivos e metas para o próximo quadriênio.

A partir da Matriz FOFA foram elencados os objetivos e as metas a comporem o planejamento estratégico 2025-2028. Foram oito objetivos elencados que se desdobraram em 32 metas, que serão apresentados mais adiante.

5. organização e distribuição das metas para os setores, comissões e demais agentes do programa.

Junto aos objetivos elencados e as metas a eles vinculadas, distribuíram-se as competências/responsabilidades para a consecução, reafirmando o caráter coletivo das ações do Programa.

6. elaboração da matriz de acompanhamento do planejamento estratégico ao longo do próximo quadriênio.

Por fim, de posse de todos os elementos e todas as dimensões organizadas nos itens anteriores, passa-se à elaboração da matriz de acompanhamento do Planejamento Estratégico, nos moldes dos indicadores de desempenho apresentados anteriormente no item i.

Inovação, transferência de conhecimento e impacto social

A definição de uma política de inovação do PPGE se pauta pelos seguintes princípios: i) disseminação da cultura da inovação, como define a ação 2 do PDI da UFJF relacionado à Inovação; ii) compreensão de que os processos de inovação precisam ser pensados de modo imbricado com as metas e os objetivos do Programa; iii) o reconhecimento de que as ações individuais dos docentes se atravessam mutuamente e, assim, compõem, de fato, um programa, que se faz como um trabalho coletivo; iv) a perspectiva de inovação, como toda ação, produto ou postulado teórico que permita tensionar as fronteiras do conhecimento no campo da educação, em seus diferentes segmentos, quer seja na Educação Básica, no Ensino Superior, ou em espaços educativos não escolares.

Inovação, para o PPGE, portanto, diz respeito aos modos distintos de interrogar e interpelar o fenômeno educativo, avançando nas fronteiras do conhecimento, de sua produção e difusão. Tais modos, de várias ordens, têm como horizonte a democratização da sociedade e a busca de justiça social por meio da educação. Esta política de inovação é constituída, no Programa, por diferentes ações, advindas, fundamentalmente, das pesquisas docentes e suas reverberações para as pesquisas discentes; assim como advindas de pesquisas de discentes (em especial do curso de Doutorado), que reverberam nas pesquisas de docentes. Basicamente, são

ações de inovação pedagógica e inovação no campo da formação docente: criação do Observatório do Ensino Médio na FAGED; ações formativas junto ao Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência e ao projeto da Residência docente da UFJF; ações de pesquisa e intervenção na educação básica, como o projeto Hortas Escolares; ações de inovação para dar respostas aos processos educativos em tempos de pandemia, tais como a oferta de cursos de extensão na modalidade a distância, ações voltadas ao fomento do debate sobre os desafios da educação contemporânea, como *lives* e a produção de tecnologias voltadas ao ensino remoto, na educação básica e superior, como a criação de plataformas de educação a distância e/ou a adaptação de plataformas já existentes ao uso por estudantes da educação básica.

Reconhecendo, portanto, a inovação como um significativo movimento entre o programa, suas pesquisas e ações diversas em relação a sociedade, podemos destacar, ainda, a criação, recentemente, na Universidade da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, ligada ao ACNUR (Agência da ONU para refugiados), que tem envolvido docentes e discentes do nosso programa, a partir de uma demanda local, pois a cidade de Juiz de Fora tem sido marcada pela forte presença de pessoas refugiadas de vários países do sul global, em especial da América Latina. Esse intento tem criado pesquisas e novas disciplinas na busca de acolher essa nova realidade que chega ao município e, claro, ao território escolar.

A inovação também ocorre: por meio da incorporação, nas referências bibliográficas das disciplinas do PPGE e da graduação, de produções intelectuais derivadas das pesquisas desenvolvidas por discentes e docentes do PPGE; no reconhecimento das relações de classe, raça, gênero e sexualidade (tomadas de forma individual, mas também de forma interseccional) como eixo de democratização das problematizações de todas as disciplinas; da constituição da disciplina “Temas de Pesquisa em Educação” com contornos de atividade de extensão em articulação com a pesquisa; com a ampliação de formatos pelos quais se produzem e publicam dissertações e teses; pelo entendimento de que a extensão implica um movimento dialético de acolhimento e problematização de demandas sociais diversas; pela adoção de processos híbridos de ensino e aprendizagem, naquilo que convém ao Programa.

Os processos híbridos de ensino e aprendizagem adotados no âmbito do PPGE, com pleno respaldo institucional foram: aulas e seminários síncronos que utilizem ambientes virtuais de aprendizagem; estudos de caso, leituras dirigidas e debates realizados em plataformas digitais; orientação de pesquisas temáticas e disciplinares através de encontros virtuais síncronos; organização de grupos de estudo que integrem participantes de diferentes IES nacionais ou internacionais; e banca de qualificação e de defesa de dissertação, de tese ou de

outra modalidade de trabalho de conclusão de curso, com a possibilidade de participação remota de avaliadores.

Em relação a aulas e seminários síncronos destacam-se as disciplinas Tópicos Especiais em LCS: Currículo Cultural da Educação Física: Perspectivas Política, Epistemológica e Pedagógica e Tópicos Especiais em LCS: Teoria da História e Educação (Pós)-Crítica: Questões Curriculares. A primeira foi oferecida pelos professores Wilson Alviano Junior (UFJF), Marcos Garcia Neira (USP) e Mário Luiz Ferrari Nunes (Unicamp). A outra, por Marcus Leonardo Bomfim Martins (UFJF), Juliana Alves de Andrade (UFRPE) e Sebastián Plá (Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM). Trata-se de duas experiências de realização de parcerias com pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras que reverberaram na criação dessas disciplinas que permitiu um intercâmbio não apenas entre docentes dessas instituições, mas também entre discentes. Sublinha-se que em ambas as disciplinas, o trabalho final, necessariamente, foi realizado por grupos formados por discentes de instituições diferentes. Esse movimento caracteriza um efetivo intercâmbio de culturas e saberes com forte impacto acadêmico.

Essas disciplinas só foram possíveis de serem ofertadas e realizadas em função do uso de ambientes virtuais de aprendizagem. No caso da UFJF, a parceria institucional é com a *Google*, que permite o uso tanto do *google classroom*, plataforma tecnológica digital onde cada disciplina é organizada, como do *google meet*, plataforma de comunicação síncrona por vídeo.

Em relação aos estudos de caso, leituras dirigidas e debates realizados em plataformas digitais, destaca-se o Projeto de Extensão “Desafios educacionais contemporâneos: conversações”, desenvolvido no âmbito da FAGED e do qual o Prof. Marcus Leonardo Bomfim Martins, do PPGE, participou na condição de vice-coordenador do projeto. Nele, por meio do canal da FAGED no YouTube, de forma síncrona, docentes da educação básica ou do ensino superior, discentes do PPGE ou da graduação e artistas eram convidados a discutir temas educacionais mais amplos. Trata-se de um projeto caracterizado por fluxo contínuo e dialético de transferência de conhecimento. Todos os episódios ficaram hospedados no referido canal, e foram adaptados para o formato de podcast e salvos no FAGEDPOD, estando disponível, portanto, em dois formatos distintos para quem tiver interesse, ampliando, assim, as oportunidades de impacto social do que se produz na Universidade a partir de demandas sociais mais amplas.

A orientação de pesquisas temáticas e disciplinares através de encontros virtuais síncronos e a organização de grupos de estudo que integrem participantes de diferentes IES nacionais ou internacionais são incontornáveis para o bom funcionamento do PPGE na busca

de sua missão e seus objetivos. Dada a sua ampliação, o Programa conta atualmente com muitos discentes que não são de Juiz de Fora. Essa característica impõe a necessidade do uso de recursos tecnológicos de comunicação síncrona por vídeo tanto para as orientações, como para os encontros dos grupos de pesquisa, de forma respaldada pelo inciso IX do Art. 31 do Regimento Interno do PPGE (APÊNDICE 3). Como mais bem detalhado no item 1.1, a FAGED e o PPGE desfrutam de condições de infraestrutura plenamente favoráveis a realização desses encontros.

Por fim, destaca-se que muitas bancas de qualificação e de defesa de dissertação e de tese são realizadas com a participação remota de avaliadores. Essa forma de realização está autorizada pelo Art. 44 do Regimento do Programa, em sintonia com o Regimento Geral da Pós-Graduação da UFJF como forma de enfrentamento a escassez de recursos financeiros para financiar a participação de membros externos nas bancas. Importante salientar que a cidade de Juiz de Fora fica na Zona da Mata mineira. O aeroporto mais próximo é de pequeno porte e, por isso, conta com pouca oferta de vôos. Ele fica em Goianá, também na Zona da Mata, mas distante cerca de 60km de Juiz de Fora. O aeroporto de grande porte mais próximo de Juiz de Fora é o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, distante 180km de Juiz de Fora. Além disso, a Pandemia de Covid 19 exigiu que se criassem alternativas para as realizações das bancas no contexto de redução da mobilidade. A articulação desses dois fatores, associada às plenas condições de infraestrutura tecnológica da FAGED, fomentou o aumento da realização das bancas em formato híbrido.

Essa condição permitiu também que se pudesse contar com a participação de pesquisadores de diferentes regiões do país, e do exterior, em bancas de qualificação e defesa. No entanto, entendendo que o formato presencial é potencialmente mais formativo em função da ampliação dos vínculos que apenas o contato presencial permite, em 2024 a Coordenação do PPGE, como apoio da Comissão Especial de Finanças, fez uma chamada para subsidiar a vinda de professores de outras instituições participarem das bancas presencialmente. O sucesso dessa iniciativa reverberou na discussão e aprovação, em fevereiro de 2025, de uma resolução que estabelece critérios de apoio financeiro à realização de bancas examinadoras presenciais. Destaca-se que a vinda de docentes de outras instituições para participação em bancas está vinculada à participação desses docentes em alguma outra atividade para o Programa, consistindo, pois, em mais uma ação com perfil de inovação. Em 2024, membros externos de banca, com participação presencial, ofereceram palestras para toda a comunidade do Programa, participaram de aulas da disciplina Educação Brasileira (que se transformaram em Aulas

Abertas para toda a comunidade interna e externa), incrementaram a reunião de Grupos de Pesquisa e Núcleos de Pesquisa e Extensão.

Ainda no que se refere à inovação, destacam-se ações na gestão acadêmica do programa, como: a reorganização dos fluxos de demandas em Setores de Trabalho que propiciam a efetivação do trabalho coletivo; a efetivação de processos de acompanhamento da produção discente, docente e de egressos com planilhas dinâmicas (APÊNDICE 21) que permitem localizar não apenas as produções, mas situá-las em relação ao tipo (artigo, livro, capítulo ou anais), ao ano em que foram publicadas, e à condição de vínculo com o Programa (discente ou egresso); ações de fomento a associação de docentes e discentes à ANPEd e consequente participação na 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd – Sudeste, por meio do que se popularizou no interior do programa como “Kit Anpedinha”, que na prática, constitui-se como um conjunto de apoio financeiro a participação na Anpedinha”. Tratou-se de um financiamento específico para esse evento (reembolso da taxa de inscrição e diárias), para além dos financiamentos já previstos nas resoluções da FAGED e do PPGE para participação em eventos, para quem fosse associado à ANPEd. O sucesso dessa iniciativa (foram financiados sete kits para docentes e 18 kits para discentes), que repercutiu positivamente em vários aspectos caros ao Programa (aderência ao campo, fortalecimento da principal associação científica, produção intelectual publicada em anais, intercâmbio acadêmico), aponta para a necessidade de provisão de recursos para que ela possa ser repetida anualmente, transformando-se, pois, em política específica de financiamento para participação em eventos.

Por fim, destaca-se o protagonismo do PPGE na inovação relacionada às políticas de ação afirmativa, em estreita articulação ao PDI. Em outubro de 2021, o Conselho Superior da UFJF (CONSU) aprovou e publicou, após longo processo de discussões e análises, a Resolução CONSU Nº 67/2021 (APÊNDICE 22), que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas na Pós-graduação *Stricto Sensu* da UFJF, os processos seletivos para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado desta instituição, por meio da reserva de vagas. Essa resolução é fruto de um amplo trabalho coletivo, no qual o PPGE teve destaque e protagonismo. Destaca-se, fundamentalmente, o trabalho da Diretoria de Ações afirmativas, coordenado pelo Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira, DP do PPGE, que liderou uma equipe na elaboração das bases para a resolução. A partir dessa base, o Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa (CSPP) elaborou coletivamente a Resolução, posteriormente aprovada pela Consu. Considerando que o PPGE havia se antecipado à Resolução e implementado sua política de reserva de vagas em seu processo seletivo, a coordenação teve um importante papel nesta construção.

Essa resolução determina, em seu Art. 3º, que todos os cursos de mestrado e doutorado da UFJF deverão atingir 50% de vagas reservadas em seus processos seletivos, até o quinto ano de sua aplicação, iniciando com, no mínimo, 30% das vagas com reserva. Os grupos beneficiários são formados por: pessoas negras; povos e comunidades tradicionais; pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis); pessoas com deficiência (PcD); e pessoas refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e imigrantes humanitários.

Ainda durante o contexto de discussões nas instâncias da administração central, o Colegiado do PPGE, apoiador convicto da necessidade dessa política em função de seus efeitos para reparações históricas e enfrentamento de desigualdades educacionais, decidiu aprovar que seu processo seletivo de 2021 já seria realizado com 50% das vagas para a modalidade cotas. Trata-se, pois, de uma iniciativa inovadora, que reafirma, em consonância com a missão do programa, o compromisso com o objetivo de reafirmar o caráter público da Universidade, entendendo que essa dimensão pública não se restringe à gratuidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, mas se refere ao sentido de democracia e justiça social.

Sublinha-se que esse movimento consiste apenas no primeiro passo, afinal, é preciso criar condições e mecanismos para que essas vagas sejam efetivamente preenchidas em sua totalidade, o que ainda não ocorreu, se apresentando, pois, como desafio a ser enfrentado ao longo do quadriênio e, por isso, compõe o Planejamento Estratégico.

Ainda que desde quando se iniciaram os processos seletivos com reserva de vagas, nunca os 50% tenham sido preenchidos, em todos os processos seletivos, o número de vagas ocupadas por pessoas que se inscrevem pela modalidade cotas é proporcionalmente maior que o número de pessoas que se inscrevem por essa modalidade, em relação ao total de pessoas inscritas (os dados serão detalhados no Item 3 do relatório, pois trata-se de um importante impacto do Programa na sociedade). Isso revela mecanismos internos inovadores e bem-sucedidos de implementação dos editais dos processos seletivos, com destaque para o Coeficiente de Classificação. Trata-se de uma tecnologia que propicia que as pessoas aprovadas na modalidade cotas sejam efetivamente classificadas e, portanto, acolhidas para serem orientadas por docente do Programa. A classificação ocorre em duas etapas: primeiramente todas as pessoas aprovadas na modalidade cotas são classificadas (até o limite da condição de orientação de cada docente orientadora(or) ou até o limite dos 50% das vagas destinadas ao processo seletivo em questão). A segunda etapa, que é a classificação das pessoas aprovadas inscritas pela modalidade Ampla Concorrência, só ocorre após a primeira etapa ser concluída. Esse procedimento visa atender ao princípio (explicitado na Resolução CONSU nº 67/2021) de

que “qualquer política de ação afirmativa não pode em nenhuma situação dificultar o acesso do grupo que se objetiva atender à compensação que se pretende realizar”.

Mais do que a ocupação das vagas, é indispensável que sejam criadas condições para que as pessoas que ingressam no Programa por meio dessa modalidade possam cumprir efetivamente seu curso. Nesse sentido, o PPGE promoveu mais duas ações inovadoras. A primeira, foi a publicação, em 2023, da Resolução de Distribuição de Bolsas (APÊNDICE 5) que passou a priorizar as pessoas ingressantes no Programa por meio de políticas de ações afirmativas, em consonância com a Resolução CSPP/UFJF nº 32/2023 (APÊNDICE 27). A outra diz respeito à inserção do critério de priorização das pessoas ingressantes no PPGE por meio de cotas na classificação das pessoas aprovadas nos editais internos de seleção para realização de doutorado sanduíche no exterior (PDSE).

A partir da observação de que o número de inscrições para a modalidade cotas não chega a 25% do total de inscrições nos processos seletivos, desde a implementação da política de reserva de vagas, o PPGE – em parceria com o PPG de Física e o PPG de Educação Matemática – elaborou e aprovou um projeto de extensão no qual é oferecida uma formação para pessoas interessadas em ingressar na pós-graduação na UFJF. Esse projeto se intitula “Formação Pré-Acadêmica: Ações Afirmativas na Pós-graduação” e objetiva preparar pessoas candidatas negras, indígenas, quilombolas e trans para os processos seletivos dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu*, nível de mestrado. O projeto foi aprovado no Edital nº 01/2024 – Programa de Fortalecimento e Consolidação das Atividades de Extensão no âmbito da Pós-graduação da UFJF (PROEX-PG), uma parceria das Pró-reitorias de Extensão e de Pós-graduação e Pesquisa e é coordenado pelo prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira e a tem a participação do prof. Dr. Francione Oliveira Carvalho e da profa. Dra. Sônia Clareto. Com esse projeto espera-se alcançar índices maiores de inscrição no Programa e fortalecer as políticas afirmativas em toda a PG da UFJF.

Essas ações inovadoras produzem impacto social e acadêmico, e traduzem o compromisso contínuo da UFJF e do PPGE com a política de ações afirmativas, com efeitos sobre a construção do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2025-2028.

Origem dos dados e participação das pessoas

O Planejamento Estratégico 2025-2028 foi realizado a partir de diferentes ações de avaliação e de autoavaliação, envolvendo todo o programa: discentes, docentes, egressos e equipe técnica. Alguns pontos precisam ser destacados:

i) as coordenações de linha mobilizaram os docentes no sentido da avaliação permanente do contorno das linhas e de sua organicidade em relação à área de concentração e aos objetivos e metas do programa. Neste sentido, duas ações se destacam: a) a atualização das ementas da área de concentração e das linhas, das metas e dos objetivos, ao longo do quadriênio 2021-2024; b) a maior participação das linhas na elaboração das políticas do programa. As análises desses processos levaram ao planejamento da seguinte ação para 2025-2028: discussão aprofundada acerca da área de concentração e da organização das linhas do programa para o quadriênio 2025-2028.

ii) a criação dos Setores de Trabalho trouxe a possibilidade de um trabalho mais coletivo, com uma visão mais profunda e pormenorizada do programa e seus processos de atuação. Destacam-se os seguintes aspectos: a) os processos de acompanhamento e avaliação docentes implementados pelo Setor de Acompanhamento Docente propiciaram não só melhor conhecer a atuação e a produção docente, como favoreceu a ampliação da produção e do comprometimento docente com o programa; b) o aperfeiçoamento do acompanhamento discente e de egressos, tanto do fluxo discente quanto da produção acadêmica discente e de egressos, com destaque para a inovação no acompanhamento da produção acadêmica, favorecido pelo uso de novas tecnologias; c) o acompanhamento do oferecimento de disciplinas, assim como uma maior reflexão acerca do papel de cada disciplina na formação dos pesquisadores em educação; d) aprimoramento de diferentes processos constitutivos do programa, com destaque para a melhoria da qualidade do atendimento da equipe técnica às demandas do programa e a alimentação da Plataforma Sucupira de modo mais eficiente e detalhado. A análise desses processos levou ao planejamento das seguintes ações para 2025-2028: 1. Fortalecimento dos setores de trabalho; 2. Aprimoramento nos modos de acompanhamento de egressos, especialmente; 3. Reflexão e discussão coletiva com vistas a uma atualização no desenho curricular e disciplinas oferecidas; 4. Aprimoramento dos processos de acompanhamento de pessoas egressas e ampliação da participação docente e discente nas ações do programa.

Na escuta aos diferentes segmentos que constituem o Programa, foi possível produzir olhares de síntese sobre o conjunto. Isso significa dizer que as ações cuidadosas de avaliação e autoavaliação, os acompanhamentos finos aos processos em curso, envolvidos na construção do Programa, e a produção de políticas de enfrentamento às fragilidades e de fortalecimento dos pontos, culminou na produção de um Planejamento Estratégico que ajuda o programa a olhar para movimentos futuros, projetando o crescimento de suas ações, o aumento de seu conceito junto à CAPES, ampliando seu potencial em atingir sua meta, qual seja, a de qualificar

a formação profissional, em nível de mestrado e de doutorado, com destaque para a dimensão regional, no campo da pesquisa e da docência, por meio da produção e da difusão de conhecimentos com relevante impacto social na Educação Básica e na Educação Superior.

4. O Planejamento Estratégico

A metodologia empregada na composição da matriz de acompanhamento do Planejamento Estratégico é chamada de OKR. A metodologia OKR (Objective Keys Results) é um modelo de gestão ágil de desempenho com foco nos resultados. De forma simplificada, os OKRs são um conjunto de objetivos interrelacionados que contribuem para a estratégia (objetivos macro) do programa de pós-graduação. Tais objetivos podem ser alcançados de forma individual ou coletiva. Na lógica dessa metodologia, os envolvidos devem entender as suas metas e saber como alcançá-las, minimizando esforços desnecessários.

Além de elencar os objetivos e suas metas (num total de 32 metas distribuídas em oito objetivos estabelecidos), foram ainda trabalhadas a descrição e o indicador de cada meta, a finalidade e a forma de cálculo de cada o indicador. Cada meta foi designada a um ou mais coletivo responsável (setores, comissões, secretaria, coordenação).

A avaliação deste planejamento estratégico é prevista para acontecer anualmente. Cada meta é avaliada segundo a forma de cálculo prevista, passando pelo(s) coletivo(s) responsável(is) pela meta. O acompanhamento e a avaliação anual de cada meta serão realizados com base nos indicadores de desempenho, anteriormente apresentados, e que foram utilizados para a avaliação referente ao quadriênio 2021-2024. Essa ação coletiva acontecerá em seminários internos do PPGE, envolvendo docentes, discentes, pessoas egressas e técnicos-administrativos, com periodicidade anual. O resultado observado anualmente poderá implicar no redimensionamento do planejamento.

No Planejamento Estratégico do PPGE para o quadriênio 2025-2028 foram elencados os seguintes objetivos, acompanhados das respectivas metas:

Objetivo 1: Aperfeiçoar a gestão administrativa e acadêmica

- 1.1) Avaliação constante das normativas elaboradas, como Regulamento Interno, Resoluções e portarias;
- 1.2) Formalização dos Setores de Trabalho e suas atribuições;
- 1.3) Fortalecimento do Setor de Acompanhamento Discente;
- 1.4) Fortalecimento do Setor de Acompanhamento Curricular;

- 1.5) Problematização da área de concentração e das linhas de pesquisa;
- 1.6) Ampliação do envolvimento do corpo docente em relação às participações em Setores, Comissões e reuniões de Colegiado;
- 1.7) Realização de seminário integrador de autoavaliação;
- 1.8) Formação permanente do corpo técnico.

Objetivo 2: Aumentar e distribuir de forma mais homogênea a participação dos docentes permanentes na produção qualificada

- 2.1) Aumento da produção docente qualificada em veículos consolidados;
- 2.2) Aumento quantitativo da produção qualificada com discentes, egressos e com pessoas em estágio pós-doutoral ou similar;
- 2.3) Aprimoramento da política de acompanhamento docente;
- 2.4) Aprimoramento da política de credenciamento/recredenciamento de docentes;
- 2.5) Ampliação do apoio à participação de docentes em eventos científicos.
- 2.6) Atualização acadêmica do corpo docente permanente.

Objetivo 3: Aperfeiçoar os processos de acompanhamento discente

- 3.1) Ampliação quantitativa da produção acadêmica discente;
- 3.2) Aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento discente;
- 3.3) Aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento discente cotista;
- 3.4) Ampliação do apoio à participação de discentes em eventos científicos;
- 3.5) Aprimoramento dos parâmetros para exigências de produção discente para defesa de dissertações e teses;
- 3.6) Adequação do tempo médio de defesa às normativas internas e externas.

Objetivo 4: Ampliar e aperfeiçoar os processos de acompanhamento de pessoas egressas

- 4.1) Aperfeiçoamento dos processos de acompanhamento de pessoas egressas;
- 4.2) Aumento do envolvimento das pessoas egressas com o Programa;
- 4.3) Ampliação quantitativa da produção acadêmica das pessoas egressas;
- 4.4) Organização de encontro de pessoas egressas.

Objetivo 5: Aperfeiçoar as políticas de ações afirmativas

- 5.1) Aprimoramento de ações de apoio à permanência de discente ingressantes por meio da modalidade Cotas;
- 5.2) Avaliação do fluxo de discentes ingressantes por meio da Modalidade Cotas.

Objetivo 6: Ampliar o impacto acadêmico e social do Programa

- 6.1) Elaboração de uma política de inovação;
- 6.2) Ampliação do impacto acadêmico e social dos produtos.

Objetivo 7: Ampliar a visibilidade do programa

- 7.1) Manutenção e atualização da página oficial;
- 7.2) Manutenção e dinamização das redes sociais.

Objetivo 8: Ampliar as ações de internacionalização

- 8.1) Elaboração de uma política de internacionalização;
- 8.2) Aumento do grau de internacionalização do programa.

Percebe-se que a maioria dos objetivos são de caráter mais perene, afinal, as demandas endereçadas a um programa de Pós-Graduação estão sempre sendo atualizadas, requerendo, portanto, correspondente atualização das respostas a essas demandas. Isso se desdobra, pois, nas metas, que exigem permanente (re)avaliação, o que será feito ao longo de todo o quadriênio nos Seminários Internos, como explicitado. Um exemplo é a questão da modernização/expansão da estrutura física do Programa. A infraestrutura atual, mostrada no item 1.1, atende plenamente as atuais demandas do Programa, não havendo, portanto, necessidade de modernização, tampouco de expansão. Por isso, não consta no Planejamento Estratégico nada referente a essa questão.

O planejamento estratégico pode ser acessado, em sua estrutura integral, no APÊNDICE 23.

1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual

O PDI da UFJF coloca como objetivo, na avaliação da Pós-graduação: “Criar condições para que cada PPG desenvolva seu Plano Estratégico e sua Autoavaliação”. Em atendimento a este objetivo, a PROPP constituiu um grupo de trabalho, para o qual a coordenação do PPGE foi convidada, para um projeto piloto de aplicação de instrumentos de constituição de Planejamento Estratégico (PE) e Plano de Autoavaliação (PA) na PG. A partir deste estudo, o PPGE constituiu: um plano mais detalhado de avaliação das ações do programa para este quadriênio (APÊNDICE 13); o Planejamento Estratégico 2025-2028 (APÊNDICE 23); um plano de autoavaliação para o próximo quadriênio (que será explorado neste item e detalhado no APÊNDICE 24).

A autoavaliação, conforme destacado no Relatório do Grupo de Trabalho de Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação instituído pela CAPES, “favorece a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados, para além dos padrões mínimos da avaliação externa” (CAPES, 2019, p. 5). Neste sentido, o PPGE compreende a autoavaliação como um percurso que visa detectar pontos fortes e potencialidades, além de discriminar pontos fracos do programa com vistas a superação deles por meio da definição de metas claras.

Para a apresentação deste processo de autoavaliação, essa escrita está organizada em três tópicos. No primeiro, são apresentados os princípios e as diretrizes que orientam a Política de Autoavaliação do PPGE. No segundo, busca-se, em estrutura de balanço, apresentar as ações de autoavaliação realizadas tendo como referência dados do relatório CAPES do quadriênio 2017-2020, do relatório de meio do quadriênio 2021-2024 e de duas consultorias externas. No terceiro tópico, apresenta-se o PA para o próximo quadriênio.

Constituição de uma Política de Autoavaliação: princípios e procedimentos

Em consonância com o PDI da UFJF que, em relação à avaliação institucional, coloca como objetivo da Ação 1 de aprimoramento da política de avaliação institucional: “Aprimorar os processos de avaliação interna e a apropriação dos resultados das avaliações próprias e externas como instrumentos de gestão institucionais” (PDI, p. 67), o PPGE trabalha no fortalecimento da sua política de avaliação e autoavaliação.

A construção da política de autoavaliação do PPGE está baseada nos seguintes princípios:

- i) dialogicidade: relação dialógica entre os diversos elementos (como aqueles oriundos de diferentes instrumentos autoavaliativos – questionários, reuniões, relatórios etc.; de ordem qualitativa e quantitativa) e os diferentes atores (docentes, discentes, egressos, técnicos administrativos e comunidade externa) do processo autoavaliativo;
- ii) processualidade: a autoavaliação tomada como um processo múltiplo e dinâmico, desenvolvida sistematicamente.
- iii) articulação: entre o PA e o PE; entre a política de Autoavaliação e as diferentes políticas do PPGE; entre a autoavaliação do Programa e a política de avaliação institucional descritas no PDI.
- iv) organicidade: da Autoavaliação com a missão e os objetivos assumidos pelo Programa.

Considerando esses princípios, e em sintonia com os processos de reflexão sobre sua trajetória, potencialidades e vicissitudes, o PPGE tem investido em uma política de autoavaliação que objetiva a melhoria da sua qualidade, em suas diferentes dimensões e que assume a condição de “instrumento norteador” de seu PE.

No âmbito desse processo, se insere um PA, cujo principal objetivo é promover as condições necessárias à vitalidade da política de autoavaliação e, conseqüentemente, do Programa, pelas oportunidades que gera de rever seu percurso e monitorar o alcance das metas previstas. Assim, visa, ainda: à promoção de uma maior equidade nas formas de ingresso, acompanhamento e apoio à permanência de docentes e discentes; à maior participação de discentes, docentes, egressos e técnicos administrativos nas atividades relacionadas à autoavaliação, à manutenção e ao desenvolvimento do Programa; ao aprimoramento da organização do Programa, face à análise dos relatórios da CAPES e às consultorias externas; à avaliação do processo de autoavaliação e dos objetivos e metas previstos no PE.

Desse modo, face o exposto e em diálogo com a história do PPGE, sua missão e objetivos, entende-se como diretrizes da política de autoavaliação:

- i) o fortalecimento da adesão de seus atores aos princípios éticos, políticos e estéticos em que se alicerçam a formação de mestres e doutores que, oriundos de diferentes campos do conhecimento, possam ser qualificados e estejam aptos a contribuir com a melhoria da qualidade da Educação, em suas múltiplas escalas, mas com destaque regional;
- ii) a criação de redes de cooperação entre seus atores e entre esses e atores externos ao Programa, de modo a ampliar a abrangência e o impacto social de suas ações, potencializando, também, a produção intelectual de docentes e discentes;

iii) o aprofundamento do sentido de construção de uma história coletiva, que permita uma reflexão permanente sobre sua missão e objetivos face os desafios impostos pelos contextos social e político.

Essas diretrizes expressam os frutos de uma trajetória de construção colegiada, que vem sendo abordada em diferentes momentos neste relatório, alicerçado em debates e concretizado em ações, tecidas principalmente em duas instâncias decisórias: as reuniões do Colegiado (o Colegiado é constituído por todos os docentes, representação da equipe técnica e representação discente de estudantes de Mestrado e Doutorado) e os Seminários Internos (que, ao longo do quadriênio, reúnem o Colegiado com o objetivo de discutir pontos sensíveis, notadamente, elementos vinculados à avaliação e à autoavaliação).

A política de Autoavaliação precisa, ainda, ser acompanhada e avaliada constantemente. Para tanto, instrumentos de acompanhamento dos processos autoavaliativos são previstos no PA, alinhados aos documentos internos (como Regulamento Interno, Resoluções e Portarias) e externos (PDI da Instituição, Documento da área de Educação entre outros), assim como, ao PE. Portanto, é importante observar, em relação a autoavaliação, que: todo o processo deve ser constituído junto ao Colegiado, de modo atento aos princípios da política estabelecida; o processo de implementação da política, assim como a análise de seus resultados devem ser amplamente divulgados na comunidade do PPGE; dos resultados devem derivar ações atentas à melhoria dos aspectos diagnosticados. Portanto, a autoavaliação é compreendida, no âmbito do Programa, na perspectiva de um movimento cíclico, no qual o próprio percurso autoavaliativo sugere novos encaminhamentos para a sua realização.

2. A Autoavaliação do quadriênio 2021-2024

A autoavaliação do quadriênio 2021-2024 foi marcada por um complexo exercício de criação de uma cultura de autoavaliação institucional no PPGE. Alinhada ao PDI da UFJF e buscando atender às demandas e às dinâmicas internas do programa, os processos autoavaliativos foram desenvolvidos pelos Setores de Trabalho do Programa, a saber:

- Setor de acompanhamento de Processos, que abriga a Comissão Permanente de Autoavaliação do PPGE, que coordena os processos autoavaliativos no interior do Programa realizado pelos Setores;
- Setor de Acompanhamento Docente, responsável por acompanhar e avaliar docentes, constituir e implementar os processos de credenciamento e de reconhecimento.
- Setor de Acompanhamento Discente, que implementa os processos de autoavaliação de discentes e de egressos e avaliação do programa por parte do corpo discente.

- Setor de Acompanhamento Curricular, que se ocupa com os processos autoavaliativos referentes às disciplinas (por docentes e discentes).

Esse processo complexo, dialógico e contínuo tem trazido importantes referências para a gestão do PPGE, informando a constituição do PE (APÊNDICE 23). A seguir serão disponibilizadas sínteses dos dados do processo de avaliação e autoavaliação ocorrida ao longo de 2021-2024. O material está organizado em torno de três grupos: Docentes, Discentes e Egressas/os.

a) Docente

O PPGE, ao longo do quadriênio, buscou construir uma cultura de avaliação e autoavaliação docente que contribuísse para o aperfeiçoamento de seu funcionamento. O Setor de Acompanhamento Docente coordenou os trabalhos neste sentido, sensibilizando o colegiado para esta prática. Um importante desdobramento deste processo foi a aprovação e publicação da Resolução que instituiu a Política de Acompanhamento e Avaliação Docente do PPGE (APÊNDICE 1).

Essa política é fruto de um processo de longo e aprofundado debate do corpo docente. Além das exigências e produção previstas na avaliação da CAPES, a resolução trabalha com elementos que induzem ao fortalecimento do trabalho coletivo ao valorizar, como elemento avaliativo, a participação em Setores e Comissões e em reuniões de Linha de Pesquisa e de Colegiado. Esses elementos apontam para um Programa que busca se fortalecer no coletivo, com envolvimento efetivo de todo o seu corpo docente.

No contexto dessa política, ficou estabelecida a criação de uma Comissão de Avaliação Permanente (CAP) – composta por docentes do Programa, representação discente e membros externos. As competências da CAP estão voltadas para a produção de diagnósticos sobre a atuação dos docentes a partir dos critérios estabelecidos nos Eixos Programa, Formação e Impacto na sociedade. No inciso V do Art. 2º da Resolução consta que compete à CAP “Produzir, a cada ano, relatório individual consolidado do acompanhamento e da avaliação docente por ela realizado (sem exposição de situações individuais) a ser compartilhado, analisado e discutido no Colegiado para fins de tomada de decisões coletivas, a ser compartilhado pela CAP e pela Coordenação do Programa individualmente com cada docente e com a Coordenação de cada Linha de Pesquisa do PPGE, a fim de fortalecer caminhos de manutenção e qualificação no Programa”. Trata-se, portanto, de uma inequívoca ferramenta de autoavaliação.

Para a construção dos relatórios individuais, a CAP se debruçou sobre informações presentes no Currículo Lattes e sobre as respostas produzidas pelos docentes a questões formuladas por meio de um questionário (espelho disponível no APÊNDICE 25). Essas respostas subsidiaram a construção de uma Ficha Individual, cujo espelho encontra-se no APÊNDICE 19 que, além de apresentar os dados do docente compilados, apresenta dois campos de grande relevância para a eficácia da política: Desafios a serem enfrentados a partir do registro individual; e Plano de ação para superar os desafios. O primeiro, era preenchido pela CAP com a indicação daquilo que a/o docente ainda precisava cumprir em relação às determinações da Política. O outro, deveria ser preenchido pela/o docente indicando suas estratégias para cumprir os desafios que ainda se faziam presentes.

A criação da Ficha Individual foi percebida, coletivamente, como uma ação inovadora com grande potencial informativo e propositivo. Quando os resultados compilados para o biênio 2021-2022 foram discutidos coletivamente em Seminário Interno, produziu-se, como diagnóstico: o Programa não apresentava problemas relacionados ao número de orientação de discente, à participação em grupos e coordenação e/ou participação em projetos de pesquisa, à oferta de disciplinas, à participação em eventos acadêmicos. No entanto, constatou-se, como desafios: havia docentes que não estavam plenamente informados sobre a abrangência e os modos de funcionamento de cada Setor de Trabalho; e que a maioria das/os docentes ainda não possuíam produto publicado em periódico classificado como Qualis A1.

Resultaram daí duas ações: maior circulação das informações em relação aos Setores de Trabalho, definindo com maior clareza a participação de cada docente nos Setores; a construção de um pacto coletivo para que cada docente que ainda não possuía publicação em periódico Qualis A1, colocasse isso como meta a ser atingida, preferencialmente em parceria com discente e/ou egresso.

As Fichas Individuais serão utilizadas para subsidiar a efetivação do Recredenciamento, previsto para ocorrer, conforme estabelecido na Resolução que institui a Política de Acompanhamento e Avaliação dos Docentes, após a finalização de cada ciclo avaliativo da CAPES.

Além da Ficha Individual, o Setor de Acompanhamento Docente elaborou o questionário de final de quadriênio (espelho disponível no APÊNDICE 20). Ele visou o aprofundamento em alguns elementos avaliativos e autoavaliativos, relacionados a projetos e disciplinas ministradas, suas articulações com a área de concentração e a linha de pesquisa; destaque de pontos positivos e negativos do programa, de entraves e estratégias bem sucedidas

de publicação e de desenvolvimento de projetos de pesquisa; entre outras. As respostas dadas a este questionário contribuíram, de diferentes modos, para a escrita deste relatório.

b) Discente

O PPGE buscou construir uma cultura de avaliação e autoavaliação discente que contribuísse para o aperfeiçoamento do Programa. As principais ações desenvolvidas pelo Setor de Acompanhamento Discente, foram: 1. Semana de acolhimento e integração, constituído de três ações: reunião com turmas ingressantes de cada ano, apresentando o programa e acolhendo demandas das/os ingressantes; roda de conversas com discentes de turmas anteriores, organizadas por linha de pesquisa; aula inaugural (com convidadas/os: profa. Maria Zilda da Silva (da UEL, em 2021), prof. Michael Apple (da Universidade de Wisconsin Madison, 2022), profa. Petronilha Beatriz da Silva (da UFSCar, 2023); 2. Aplicação de questionário de ingressante e de meio de curso, como modo de autoavaliação e escuta aos discentes; 3. Oferecimento de Oficina de Preenchimento do Currículo Lattes; 4. Seminário sobre Ética na Pesquisa, com a participação da Coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF; 5. Acolhimento de demandas de discente através da representação estudantil; 6. Acompanhamento da produção acadêmica de discentes, através de Planilha Dinâmica elaborada para este fim (APÊNDICE 21); 7. Incentivo à participação discente no Colegiado e em todas as Comissões e Setores de Trabalho do Programa.

Ao longo do quadriênio, foram matriculados 206 discentes, sendo 129 no Mestrado e 77 no de Doutorado. Ou seja, mais de 60% das matrículas ocorreram no Mestrado, observando-se, no entanto, um aumento gradativo no número de matrículas no Doutorado, ao longo do quadriênio.

Os dados aqui apresentados estão organizados em duas seções: perfil discente, expectativa em relação ao curso e relação com grupos de pesquisa e com a orientação (os dados são oriundos dos questionários de ingressantes e de meio); e fluxo discente, relativos a levantamentos de dados e estudos realizados pelo Setor de Acompanhamento Discente.

Em relação à primeira seção, o estudo realizado pela Comissão de Autoavaliação Discente, juntamente com o Setor de Acompanhamento Discente, objetiva identificar tendências e transformações no perfil estudantil, além de verificar a avaliação de expectativas e desafios, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas acadêmicas do Programa.

Os dados foram extraídos dos instrumentos de avaliação aplicados aos ingressantes das turmas de 2021 a 2024. Foram utilizados questionários que abordaram aspectos como identidade de gênero, cor/raça, faixa etária, condição socioeconômica, formação acadêmica,

inserção profissional, expectativas e abrangência geográfica (APÊNDICE 17). Os questionários foram respondidos, em média, por cerca de 60% de discentes de Mestrado e cerca de 40% do Doutorado. Trata-se, pois, de dados relativos a um percentual do corpo discente e não de sua totalidade. A ampliação do escopo de respondentes faz parte das ações previstas para o aprimoramento da política de acompanhamento discente.

A análise das respostas aos questionários foi elaborada, pela Comissão, em relatórios anuais, apresentados ao coletivo do PPGE, ano a ano, durante os Seminários Internos. A partir dos quatro relatórios, a Comissão elaborou o Relatório de Final de Quadriênio, que consolida os dados e realiza uma análise comparativa, apresentando a tabulação dos dados (APÊNDICE 26).

- i. Distribuição entre os cursos de Mestrado e Doutorado entre os respondentes: há uma tendência de crescimento na participação de doutorandos no processo de avaliação, ao longo do quadriênio. Em 2021, o curso de Mestrado teve 77,27% dos ingressantes respondentes. Esse percentual foi reduzido a 34,48% em 2024. A participação de doutorandos aumentou significativamente, passando de 22,73% em 2021 para 65,52% em 2024. Trata-se de um comportamento a ser observado, que demandará um esforço no sentido de ampliação destes números.
- ii. Perfil Sociodemográfico: a maioria dos ingressantes continua sendo mulheres cis, embora o percentual tenha caído de 69,77% em 2021 para 62,07% em 2024. A turma de 2024 conta com a primeira estudante travesti da história do PPGE, refletindo avanços na inclusão promovidos pela política de cotas. O percentual de homens cis teve um pequeno aumento de 25,58% para 31,03% no mesmo período.

Ainda que, em média, quase 50% das vagas das turmas dos últimos quatro anos tenham sido ocupadas por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, observou-se um leve crescimento na representatividade de estudantes brancos (54,54% em 2021 para 57,14% em 2024). O percentual de estudantes pretos e pardos, somados, reduziu de 45,46% para 42,86%, apontando desafios na efetividade das políticas afirmativas. É importante observar que a ocupação de vagas por meio de cotas tem sido, em média 26,11% das vagas disponibilizadas em cada processo seletivo (em média as inscrições na Modalidade Cotas ficam em torno de menos de 20% do total de inscrições). Como o perfil de ingressantes mostra que, em média, o PPGE tem quase 50% do seu corpo discentes de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, pode-se concluir que há um número de quase 30% de ingressantes autodeclarados pretos ou pardos que não ingressaram por meio das cotas. Na expectativa de ampliação da procura por esta

modalidade de ingresso, o PPGE teve um projeto de extensão aprovado que visa à preparação de candidatos aos PPG por meio da reserva de vagas (como detalhado no item 1.3)

iii. Faixa Etária: há um predomínio da ocupação das duas faixas etárias dispostas entre 25 e 34 e entre 35 e 44 anos. O percentual de estudantes entre 35 e 44 anos aumentou de 34,09% (2021), para 41,38% (2024).

iv. Distribuição Geográfica: há um predomínio evidente de residentes no município de Juiz de Fora e do estado de Minas Gerais. Há, também, presença de estudantes de outras regiões do Brasil e do exterior. Em 2024, o percentual de ingressantes residentes em Juiz de Fora aumentou de 70,45% (2021), para 82,76% (2024), enquanto a participação de estudantes de outros estados caiu levemente. A despeito do seu caráter regional, o Programa manteve, ao longo de todo o quadriênio, estudantes estrangeiros em seu corpo discente.

v. Formação Acadêmica e Profissional: em média, mais de 80% dos ingressantes são oriundos, em sua formação na educação básica, de escolas públicas. Mais de 70% cursou a graduação em instituições públicas. Ademais, a Licenciatura em Pedagogia perdeu expressividade entre os ingressantes, reduzindo-se de 46,18% para 17,24%, enquanto outras licenciaturas cresceram de 47,73 (2021) para 65,52% (2024).

A inserção profissional das/os discentes revela uma tendência de aumento na presença de docentes da educação básica da rede pública (37,21% em 2021 para 51,85% em 2024) e a redução da presença de docentes do ensino superior.

vi. Expectativa, Participação em Grupo de Pesquisa e Orientações: entre as principais expectativas entre 2021 e 2024, destaca-se o aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos em Educação. No que se refere aos desafios, a dificuldade de conciliar vida profissional e acadêmica foi a principal preocupação apontada. Outro desafio significativo, é a realização da pesquisa. Há uma preocupação, crescente a cada ano, com questões relacionadas ao bem-estar mental e à sobrecarga acadêmica. O papel da orientação é muito valorizado, tanto no desenvolvimento da pesquisa e elaboração da escrita, quanto na construção da trajetória acadêmica e profissional. A participação em grupo de pesquisa foi apontada como importante para a realização da pesquisa e a orientação, como contribuindo no aprofundamento teórico no desenvolvimento da pesquisa.

Para o estudo do fluxo discente, foram usados dois parâmetros: o total de ingressantes por ano e curso e a situação do discente (ativo, concluinte ou desligado).

i. total de ingressantes por ano e curso: total de ingressantes no curso de Mestrado no quadriênio 2021-2024 apresentou a seguinte evolução: 127 ingressantes no quadriênio (sendo 45 em 2021, 27 em 2022, 36 em 2023 e 18 em 2024). Já no curso de Doutorado, foram 77 ingressantes

(sendo 16 em 2021, 19 em 2022, 18 em 2023 e 24 em 2024). O número total de ingressantes foi 203.

ii. situação da/o discente (dados acerca da conclusão, desligamentos, discentes em prazo regular de defesa por ocasião de solicitação de trancamento e licenças, discentes em prazo regular de defesa e discentes em situação de prorrogação do prazo regular de defesa):

Curso de Mestrado:

a) na turma de 2021 houve uma taxa de conclusão de mais de 91%, sendo que 4,5% ainda estão dentro do prazo regular de defesa (devido a trancamento de período, licença parental ou solicitação de prorrogação) e 4,5% solicitaram desligamento.

b) Na turma 2022 houve uma taxa de conclusão de 40%, sendo que 37% estão em período de prorrogação de prazo de defesa, 14% dos discentes estão dentro do prazo regular de defesa (por conta de licença parental ou trancamento de semestre); e pouco mais de 7% solicitaram desligamento.

c) Na turma de 2023, que tem prazo regular de defesa em de agosto de 2025, houve uma solicitação de desligamento.

d) Na turma 2024, que tem prazo regular de defesa em setembro de 2026, 100% estão em momento de cumprimento dos créditos obrigatórios de disciplinas.

Considerando as turmas ingressantes neste quadriênio, os concluintes perfizeram um prazo médio de conclusão de 25,7 meses, ligeiramente acima do prazo regular de 24 meses.

Curso de Doutorado:

a) Na turma 2021, que tem prazo regular de defesa em outubro de 2025, 75% já defenderam ou estão em prazo regular de defesa com pelo menos um Exame de Qualificação concluído. Os demais 25% estão em prazo regular de defesa sem Exame de Qualificação concluído.

b) Na turma 2022, 42% estão em prazo regular de defesa com pelo menos um Exame de Qualificação concluído. Os demais 58% estão em prazo regular de defesa sem Exame de Qualificação concluído.

c) As turmas de 2023 e 2024 estão em período de cumprimento dos créditos obrigatórios.

Os concluintes, ingressantes neste quadriênio, perfizeram um tempo médio de conclusão de 34,5 meses, bastante abaixo do prazo regular de defesa de 48 meses. Não houve desligamentos entre ingressantes.

Discentes Cotistas

Em números absolutos, o PPGE teve a seguinte evolução de ingressantes cotistas no Mestrado: 16 em 2021; 4 em 2022; 9 em 2023; 3 em 2024. Já no Doutorado, o Programa apresentou a seguinte evolução: 5 ingressantes em 2021; 3 em 2022; 4 em 2023; 8 em 2024.

Ao se levar em conta o número consolidado de ingressantes no quadriênio, observa-se que 25,2% das vagas do Mestrado e 26% das vagas do Doutorado foram preenchidas na modalidade de cotas.

a) No curso de Mestrado: a turma 2021 teve uma taxa de conclusão de 88%; 12% dos discentes estão dentro do prazo regular de defesa (por conta de licença parental, trancamento e solicitação de prorrogação); na turma de 2022, 75% estão em prorrogação do prazo de defesa; 25% estão dentro do prazo regular de defesa; nas turmas 2023 e 2024, todos estão em prazo regular de defesa e não houve desligamento entre discentes cotistas. Os cotistas concluintes do Mestrado perfizeram um prazo médio de conclusão de 26,7 meses, ligeiramente acima do prazo regular de 24 meses.

b) No curso de doutorado: nas turmas de 2021 e 2022, 100% dos cotistas ingressantes estão em prazo regular de defesa com pelo menos um Exame de Qualificação concluído; as turmas de 2023 e 2024 estão em período de cumprimento dos créditos obrigatórios e não houve desligamentos entre os ingressantes de 2021 a 2024.

c) Egressos

Ao longo do quadriênio foram realizadas 110 defesas de Mestrado e 64 de Doutorado. Somando todos os egressos do quadriênio (desde 2016 até 2024) foram 378 defesas, sendo 259 de Mestrado e 119 de Doutorado. Neste momento do relatório, serão trazidos dados e análises referentes à totalidade dos egressos do quadriênio relativos ao destino e à atuação.

O perfil profissional que mais reúne egressos do PPGE é a atuação em instituições de ensino, quer na docência, que congrega a grande maioria, quer na gestão escolar ou ocupação de cargos técnicos em secretarias de educação. São quase 75%. Destes, mais de 90% está dedicada à escola básica e os demais à educação superior. Há ainda aqueles que se dedicam também à educação não escolar, com participação em movimentos sociais, participações políticas e/ou produções artísticas. Esse perfil soma cerca de 5% do total.

A continuidade dos estudos fica com cerca de 12%. Essa continuidade se dá no próprio PPGE ou em programas de outras IES, como a UFF, a UFMG e a UFRJ. Algumas pessoas migraram de área ou não se dedicam especificamente à área de Educação ou, ainda, estão fora do mercado de trabalho. Esse número é um pouco maior que 8%. Houve informação de afastamento da área para cuidados com a saúde física e mental.

Uma pequena quantidade de egressos não pode ser acompanhada satisfatoriamente, quer seja por não terem respondido às tentativas de contato, quer por terem perdido contato com os orientadores, ou ainda por não manterem seus Currículos Lattes atualizados. Esses casos somam pouco mais de 3% da totalidade.

i) Atuação na Educação Básica:

A atuação de egressos se dá, majoritariamente, na educação básica pública, marcadamente, na Rede Municipal de Juiz de Fora (cerca de 60%), como docentes, gestores e/ou em cargos técnicos. Há egressos que estão vinculados a Secretarias de Educação de outros municípios, sobretudo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como Belo Horizonte, Santos Dumont, Coronel Pacheco, Rio Pomba, Goiana, Visconde do Rio Branco, Matias Barbosa, Bicas, São Gonçalo, Niterói, Paty do Alferes, Natividade, Areal, Rio das Ostras, Três Rios, Comendador Levy Gasparian. Há, ainda, aqueles que atuam em Secretarias de outros estados, como São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Sul.

Além da docência, há atuações na rede municipal em cargos de gestão como: direção e vice direção, coordenação pedagógica; cargos técnicos nas secretarias municipais de educação, como: membro da equipe da Supervisão de Administração do Centro de Formação do Professor do Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE/JF); Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE/SE/JF); membro da equipe de Supervisão Arte, Cultura e Cidadania da SE/JF; Chefe do Departamento de Formação da SE/JF; Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação, formação continuada dos profissionais da educação – SFCPE/SE/JF); supervisão de Acompanhamento Pedagógico das Instituições Parceiras na SE/JF; supervisão na gerência de Educação Infantil e Supervisão de Arte/Educação. Observa-se, ainda, a representação em conselhos e comissões, como no Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da população LGBTQIA+; Coordenação Municipal da, da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ; Coordenação do Departamento de Educação Infantil.

Quanto ao componente curricular, a atuação dos professores das redes municipais de Educação, é diversificada: Ciências, Geografia, Educação Física, Arte, História, Língua Portuguesa, Libras. Atuam nos segmentos da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

A atuação em redes estaduais se dá, muitas vezes, em concomitância com a atuação na rede municipal. Em Minas Gerais, quase 40% integram o quadro de docentes efetivos. Suas atuações vinculam-se ao magistério, prioritariamente, e alguns vezes há a atuação na gestão, como na coordenação pedagógica e em cargos de vice-direção escolar. Ainda que em menor escala, observa-se, ainda, atuações em cargos técnicos. A maioria atua na rede mineira (Juiz de Fora, em sua grande maioria), mas há atuações nas redes estaduais de educação do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santa Catarina. Os campos disciplinares nos quais atuam é

diversificado: Geografia, Ciências e Biologia, História, Matemática, Língua Portuguesa, Arte e Projeto de Vida.

Ainda em relação à escola básica, existe cerca de 14% atuando em Instituições Federais, como o Colégios de Aplicação (UFJF, UFES, UFMG, UFPE, UFRRJ), Colégio Pedro II, e Institutos Federais sediados em Minas Gerais (Juiz de Fora, Santos Dumont, São João del-Rei, São João Evangelista, Ouro Preto, Leopoldina), além de IF de outros estados (IFRR e IFPA).

Em nível federal, é observada a atuação em cargos técnicos, no Ministério da Igualdade Racial e na Assessoria Especial do Núcleo Estruturante de Políticas de Inovação, com lotação na Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica/ Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica/ Setec/ MEC

Esse conjunto de atuações deixa claro a vocação regional do PPGE. Mais uma vez, é notável o papel do PPGE na formação de docentes da educação básica da cidade de Juiz de Fora e região.

ii) Atuação na Educação Superior

A atuação no ensino superior, ainda que em menor escala, representa uma importante atuação junto, especialmente, a instituições públicas. A quase totalidade atua em universidades públicas: UEMG, UEA, UFOP, UFJF, UFV, UFSJ, UFMG, UNIMONT, UFRRJ, UFMA, UFOB, UFRJ, FAETERJ/Três Rios. As instituições privadas que recebem egressos do PPGE são: Estácio e UniAcademia, em Juiz de Fora, e Centro Universitário de Valença (UNIFAA). Nessas instituições privadas, destaca-se a atuação no magistério e na coordenação de cursos de Pedagogia.

Alguns egressos atuam como tutores, ou similares, em graduação ou pós-graduação a distância no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (UFJF), como Agente de suporte acadêmico e no curso de Pedagogia UAB/UFJF, como Tutor. Há, ainda, atuações de egressos em universidades estrangeiras: Universidade de Quindío e Universidad Surcolombiana (Colômbia), Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade de Lille (França). Neste último caso, trata-se de egressa francesa que fez doutorado em cotutela no PPGE e na CY Cergy Paris Université.

iii) Outras atuações

Menos de 10% do total têm atuações distintas das já colocadas. Essas atuações se dividem em: educação não escolar (movimentos sociais, políticos e/ou artísticos), outras áreas e sem atuação. Em relação à atuação em educação não escolar, destacam-se: em sindicato de professores; na coordenação de arte gráfica de publicações da SE/JF; como arte-educador

dentro ou fora de espaços escolares; como membro da equipe de Supervisão Arte, Cultura e Cidadania da SE/JF, entre outras; com produção e gestão cultural; educadora social em ONG; analista do INEP.

Outras áreas de atuação: secretaria bilingue, psicologia, cargos de técnicos-administrativos, concentrados na UFJF (cargos como: Diretoria de Relações Internacionais; Coordenação do Núcleo de Apoio à Inclusão; Intérprete de Libras). Verifica-se também a ocupação de cargo Técnico-Administrativo da UFSJ; na Pró Reitoria de Ensino de Graduação da UFMT; no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais e no CEFET/RJ. Cerca de 3% não informaram atuação ou mudaram de área ou estão em tratamento médico.

iv) continuidade de estudos

A continuidade dos estudos – que se dá tanto de modo formal, através da matrícula em cursos de doutorado, quanto em participações em grupos de pesquisa – se soma às atuações, especialmente na educação básica na rede municipal. Cerca de 15% dos egressos do Mestrado, deram continuidade a seus estudos no Doutorado. Alguns egressos de doutorados se dirigiram aos estágios pós-doutorais, ainda que em menor escala.

Das pessoas que foram realizar Doutorado, quase 90% se manteve na área da Educação. Desses, cerca de 60% se manteve no PPGE. Outros PPG em Educação que tiveram a procura de egressos do PPGE foram: USP, Unicamp, Unesp/Rio Claro, UFRJ, UFF, UERJ, UFRRJ, UFMG, Univas e UFPel. As áreas buscadas por egressos que não permaneceram na Educação, foram: Ciências da Religião (UFJF e Mackenzie), História (UFJF), Química (UFJF) e Linguística (UFCE).

A manutenção do vínculo com o PPGE por meio de participação em grupos de pesquisa também foi expressiva. Alguns grupos do PPGE que mantêm vinculação de egressos: GETEP; Grupo ISE; Travessia; GEA; GREPEM; GEPACEH; GRUPAR; GEFILE; GEFLIC; MIRADA; GESED; GEFPE; GP PsiLE. Há, ainda, egressos que participam de grupos de pesquisa fora do PPGE, como: Núcleo de Estudos e Pesquisas: Construção de Conhecimento na Educação: Interloquções entre Teorias Emergentes e Culturas Humanas (COED) - FaE/CBH/UEMG; Grupo de Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais (GRUPOEDE) do Centro de Estudos Interdisciplinares CEIS20 da Universidade de Coimbra; Grupo de Pesquisa em Geografia, Educação e Meio Ambiente (GEMA/ICH/UFJF); Grupo de Pesquisas: Relações entre a filosofia e educação para a sexualidade na contemporaneidade: a problemática da formação docente (FESEX/UFLA).

3. Plano de Autoavaliação (2025-2028)

O processo de construção da política de autoavaliação do PPGE prevê a observância das seguintes etapas: preparação; implementação; divulgação dos resultados; uso dos resultados; meta-avaliação.

Sobre a Preparação

A preparação para a elaboração do PA 2025-2028 se constitui de diferentes ações avaliativas e autoavaliativas que tomaram lugar no Programa durante todo o quadriênio. Serão destacados pontos mais sensíveis para este processo:

- i) o estudo e a análise da Ficha de Recomendação da CAPES, a partir da avaliação quadrienal 2017-2020. Houve uma análise pormenorizada pelo Colegiado, durante Seminário Interno de setembro de 2022. Com vistas a ampliar e aprofundar a compreensão tanto em torno da avaliação quadrienal do PPGE, quanto em relação aos processos avaliativos dos PPG pela Capes, o PPGE convidou, como parte das ações de autoavaliação, a prof. Dra. Teresinha Oliveira, da UEM, para um assessoramento. Desse encontro resultaram contribuições para o processo de revisão do PPP e a elaboração de um plano de metas.
- ii) o estudo e a análise do Relatório CAPES de Meio Termo, na sua relação com a Ficha de Recomendação da CAPES e com os processos construção do Programa. Com vistas a aprofundar as discussões em torno das decisões de mudanças e/ou aperfeiçoamentos nos processos, foi convidado, ainda no contexto de autoavaliação, o prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza, coordenador da área de Educação para uma consultoria externa, que ocorreu durante o Seminário Interno de agosto de 2023.
- iii) o acompanhamento dos processos avaliativos e autoavaliativos ao longo do quadriênio, através de diferentes instrumentos: ficha anual de acompanhamento e avaliação docente; avaliação de disciplinas por discentes; questionários docentes de final de quadriênio com avaliação do programa e autoavaliação docente; questionários discentes de ingresso e de meio de curso; questionário de acompanhamento de egressas/os; realização de Encontro de Egressas/os; realização de seis Seminários Internos.
- iv) revisão dos critérios de credenciamento e de credenciamento de docentes e publicação de duas resoluções: Resolução de Políticas de Acompanhamento e Avaliação Docente (APÊNDICE 1) e Resolução de Credenciamento e Recredenciamento Docente (APÊNDICE 2).
- v) consolidação de uma política de trabalho coletivo que se baseia: a) na constituição de comissões, dedicadas a temas específicos e à elaboração de estudos preliminares com o intuito

de subsidiar os processos de reflexão do Programa sobre suas metas e ações; b) na consolidação das Linhas como instâncias de reflexão sobre temas, demandas e proposições trazidas pelas comissões, pelos Setores e pela coordenação, cuidando do alinhamento das ações à sua missão e objetivos; c) no fortalecimento do Colegiado como instância, a um só tempo, de proposição de temas que demandam a reflexão do Programa sobre suas ações e de deliberação, com base no aprofundamento da reflexão de seus membros, sobre suas virtudes e vicissitudes; d) na implementação de Seminário Internos como momentos de estudos, aprofundamentos temáticos e trabalho coletivo, especialmente ligados a temas da avaliação e da autoavaliação.

Todo esse processo de estudos, análises e trabalho coletivo, favoreceu a elaboração – de modo indissociável – da Avaliação 2021-2024 (APÊNDICE 13), do PE (APÊNDICE 23) e do PA (APÊNDICE 24).

Sobre a Implementação

Com base no processo de preparação descrito acima, foi possível estabelecer um PA, que será implementado a partir das seguintes dimensões:

Acompanhamento Discente: com o objetivo de avaliar de forma contínua e sistemática o perfil dos ingressantes e demais discentes, as mudanças ao longo do tempo, a efetividade das políticas inclusivas de cotas e a interação dos estudantes de mestrado e doutorado com o Programa, a pesquisa e a orientação;

Acompanhamento Docente: com o objetivo de acompanhar e avaliar a produção docente e demais elementos avaliativos constantes na Política de Acompanhamento e Avaliação Docente;

Acompanhamento de Pessoas Egressas: objetivando o acompanhamento de egressos do Programa, sua produção, seu destino e sua atuação.

Acompanhamento Curricular: com o objetivo de acompanhar e avaliar o desenho curricular do PPGE, assim como a oferta de disciplinas.

Essas dimensões estão apresentadas no PA, a partir do detalhamento do objetivo de cada dimensão, as metas a ele associadas, os indicadores de avaliação de cada meta, as estratégias de ação referentes às metas, os instrumentos de monitoramento, fundamentais para o acompanhamento da autoavaliação, e a designação dos responsáveis pela Meta.

Alguns dos instrumentos a serem utilizados ainda estão em fase de elaboração, mas todos serão aprovados pelo Colegiado, assim como o PA, como um todo. A autoavaliação é trabalho coletivo, sistemático e toda a comunidade do Programa é corresponsável por ela.

Sobre a divulgação dos resultados, o uso dos resultados e a meta-avaliação

Em consonância com as etapas apresentadas – preparação e implementação – e tomando as recomendações da CAPES acerca meta-avaliação, ou seja, “avaliar a própria sistemática de avaliação adotada pelo Programa durante um determinado ciclo, ajustando-a, caso necessário” (CAPES, 2019, p. 14), o PA do PPGE prevê as seguintes estratégias:

- i. Seminário Anual Integrador de Autoavaliação, previsto no PE (Meta 7 do Objetivo 01): Seminário envolvendo toda a comunidade acadêmica do PPGE: docentes, discentes ativos e egressos e equipe técnica. A frequência prevista é anual. O objetivo é o de divulgação dos resultados das avaliações e autoavaliações com vistas à ampliação, correção e/ou alteração das metas planejadas;
- ii. Relatórios Anuais de cada Comissão/Setor responsável pelas metas, previstos no PA. Esses relatórios serão divulgados e serão objeto de estudo, discussão e deliberação, no Seminário Integrador de Autoavaliação.
- iii. O compartilhamento das responsabilizações pelas metas e ação da autoavaliação, conforme previsto no PA. Essa estratégia visa a uma otimização das ações e, sobretudo, maior comprometimento de toda a comunidade acadêmica com o processo de autoavaliação. A participação de discentes nas diferentes comissões e nos Setores é amplamente incentivada.

QUESITO 2**FORMAÇÃO**

2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa

Adequação temática entre as teses e dissertações e as linhas e projetos de pesquisa:

Com relação aos Trabalhos de Conclusão deste quadriênio, destacam-se os seguintes elementos:

- i) Foram defendidas 110 dissertações e 64 teses, totalizando 174 trabalhos de conclusão ao longo do quadriênio. As linhas de pesquisa participam nesta produção, do seguinte modo: **Linha de Pesquisa: TRABALHO, ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS**, foram 22 produções totais, com 11 de dissertações e 11 teses; **Linha de Pesquisa: LINGUAGENS, CULTURAS E SABERES**, num total de 81 trabalhos de conclusão, teve 54 dissertações e 27 teses defendidas; **Linha de Pesquisa: DISCURSOS, PRÁTICAS, IDEIAS E SUBJETIVIDADES EM PROCESSOS EDUCATIVOS**, contribuiu com 71 trabalhos de conclusão, sendo 45 dissertações e 26 teses.
- ii) Cada tese e dissertação foi desenvolvida vinculada a um projeto sob a coordenação da/o orientadora/or do trabalho.
- iii) Em uma análise global dos trabalhos de conclusão, é possível identificar temas que atravessam as três linhas de pesquisa e que compõem fios que tecem o programa junto à sua missão e seus objetivos. Apesar de haver alguns temas em comum, as abordagens dadas a eles em cada uma das linhas se distinguem, tanto do ponto de vista conceitual, quanto metodológico (essa análise é apresentada no item 3.1).
- iv) Considerando as ementas das linhas de pesquisa e as análises acerca dos projetos que estiveram em desenvolvimento ao longo do quadriênio (apresentadas no item 1.1), é possível afirmar que os trabalhos de conclusão se ligam fortemente às linhas de pesquisa estando, portanto, comprometidos com missão e os objetivos do programa.
- v) Houve uma situação atípica em relação a cinco orientações, que precisa ser destacada: o prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos, que entre 2020 e 2023 esteve como docente colaborador, passou por uma tragédia familiar que o impossibilitou de dar continuidade às suas orientações, a partir do início de 2024. Ele estava envolvido com a orientação de cinco discentes, naquele momento. Diante da situação, a coordenação procurou, juntamente com a coordenação da linha Linguagens, Culturas e Saberes, estudar as possibilidades de redistribuição das orientações do prof. Daniel, pensando na melhor articulação dos projetos em

desenvolvimentos pelas/os discentes e os projetos coordenados por docentes da linha. A realocação das orientações ficou deste modo:

- A mestranda *Juliana Luciana da Silva*, recebeu a orientação do prof. Dr. Marcus Leonardo Bomfim Martins e foi vinculada ao projeto “Ensino e aprendizagem da História: entre textos e contatos curriculares”. A mestranda recebeu, também, a coorientação da profa. Dra. Catarina de Almeida Santos, da UNB. A prof. Catarina havia participado da banca de exame de qualificação da mestranda. A banca de defesa da Mestranda ocorreu em 27/11/2024.
- O doutorando Jairo Moratório do Carmo, recebeu a orientação da profa. Dra. Andreia Rezende Garcia Reis e foi vinculado ao projeto “O gênero da atividade docente em processo de refiguração do trabalho do professor”. O doutorando está contando, também, com a coorientação da profa. Dra. Catarina de Almeida Santos, da UNB. A banca de qualificação do doutorando ocorreu em 26/08/2024.
- As doutorandas *Tatiane Fátima de Rezende*, *Polyana Gomes de Matos* e *Sandra Lia de Oliveira Neves* receberam a orientação da profa. Dra. Maria Zélia Maia de Souza e foram vinculadas ao projeto “Cartografia da cidade de Juiz de Fora na transversalidade do tempo: imprensa, práticas pedagógicas, culturas cidadinas e escolares - fase 1”. A doutoranda Polyana Gomes de Matos conta, ainda, com a coorientação do prof. Dr. José Antonio Miranda Sepulveda, da UFF. A banca de defesa da doutoranda Sandra Lia de Oliveira Neves ocorreu em 02/12/2024.

Trabalhos de conclusão que resultaram em publicação

Conforme demonstram os dados apresentados no ANEXO I, a porcentagem de trabalhos de conclusão que resultaram em publicação de artigos qualificados de B4 a A1, livros ou capítulos de livros, diretamente vinculados à dissertação/tese corresponde a quase de 65%.

Trata-se de um dado significativamente superior ao do quadriênio anterior, confirmando avanços importantes na compreensão das/aos s/egressos da importância de comunicar à sociedade, por meio das publicações, aquilo que foi realizado por meio de financiamento público, além de aprofundar a inserção científica das/os pesquisadoras/es. Apesar dessa melhora, é preciso sublinhar que o Programa se estruturou para que esse índice cumpra a meta de 100% no próximo quadriênio, quando aprovou a Resolução que institui os parâmetros para exigências de Produção Discente para defesa de dissertações e teses do Programa de PPGE/UFJF (APÊNDICE 4).

2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos

A ampliação da produção discente tem sido um grande desafio para o Programa. Com base na Ficha de Recomendação da Avaliação Quadrienal da CAPES (2017-2020), dos processos autoavaliativos e de toda a dinâmica de reorganização ocorrida no Programa, o Setor de Acompanhamento Discente deu início a um estudo para a elaboração de um plano de trabalho para a ampliação do quantitativo de publicação discente e de egressas/os. Esse plano, operou em três frentes:

1. Ampliação do incentivo à participação de discentes em eventos acadêmico-científicos. Essa frente se orientou pelo documento: Normas para Concessão de Auxílio Financeiro para Participação em Eventos – Discentes (APÊNDICE 30). A Comissão Especial de Finanças, juntamente com o Setor de Acompanhamento Discente, aprovou, junto ao Colegiado, a seguinte proposta:

i) Flexibilização dos itens 2 e 3 das Normas, quais sejam:

- 2 As/os discentes do Mestrado têm direito ao recebimento de auxílio para participação em um evento no país ao longo do curso.
- 3 As/os discentes do Doutorado têm direito ao recebimento de auxílio para participação em dois eventos no país ao longo do curso.

Neste sentido, a partir do uso racional e responsável da verba, pode haver a flexibilização destas normas, sempre que o orçamento permitir;

ii) criação de oportunidades especiais para participação docente e discente na 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd – Sudeste, por meio de um conjunto de apoio financeiro à participação na Anpedinha. Esse apoio financeiro específico para esse evento (reembolso da taxa de inscrição e diárias), ocorreu para além do apoio previsto nas normativas, para aquelas pessoas associado à ANPEd.

2. Elaboração de uma Resolução que instituiu parâmetro de exigência de publicação discente. Esse processo, iniciado em 2022, foi organizado conforme as elaborações normativas têm ocorrido no Programa: i) a demanda de estudo da temática surgiu e foi discutida no Colegiado, que constituiu uma comissão responsável por estudar e elaborar uma minuta de resolução acerca do tema; ii) a Comissão, assim constituída, realizou um amplo estudo, cotejando as necessidades e demandas do Programa, com modos de funcionamento acerca da matéria, de outros PPG; iii) a Comissão, a partir deste estudo e considerando, ainda, o Regulamento Geral da PG/UFJF e o Regulamento Interno do PPGE/UFJF, a Ficha de Avaliação da Área de Educação na Capes e demais documentos que necessários ao estudo do tema, elaborou uma

minuta de Resolução de Produção Discente; iv) a minuta foi encaminhada para discussão e aprofundamento nas linhas de pesquisa; v) as coordenações das linhas de pesquisa retornaram as contribuições para a Comissão que as compilou, trazendo as contribuições para o texto da minuta; vi) a minuta reelaborada a partir das discussões foi encaminhada ao colegiado e discutida com vistas à aprovação.

Esse procedimento – que é usado para todas as normativas, editais e discussões que devem gerar decisões no Colegiado – garantiu que a Resolução fosse elaborada coletivamente e apropriada por todos/as docentes do Programa.

A Resolução FACED/UFJF nº 02/2023 (APÊNDICE 4), que institui os parâmetros para exigências de Produção Discente para defesa de dissertações e teses do PPGE foi publicada em 25 de julho de 2023 e passa a valer a partir das turmas ingressantes em 2024.

As exigências de publicação são as que seguem:

1. **Mestrado:** a defesa de dissertação fica condicionada ao atendimento de uma das exigências que seguem:

I – submissão de um artigo em periódico qualificado Qualis Capes B2 ou extrato superior, preferencialmente em coautoria com o/a orientador/a, ou com outro docente do programa;

II – submissão de pelo menos um trabalho em anais de eventos, devidamente registrado com ISSN, preferencialmente em coautoria com a/o orientadora/or, ou com outra/o docente do programa, ou comprovação de apresentação de trabalho em evento que publicará anais com ISSN;

III – submissão de pelo menos um capítulo de livro, devidamente registrado com ISBN, preferencialmente em coautoria com a/o orientadora/or, ou com outra/o docente do programa, ou comprovação de aceite para publicação.

2. **Doutorado:** a defesa de tese fica condicionada à submissão de, no mínimo, um artigo em periódico qualificado Qualis Capes B2 ou extrato superior, preferencialmente em coautoria com a/o orientadora/or, ou com outra/o docente do programa;

Certamente, a implementação desta Resolução trará melhores condições para acompanhamento e avaliação da produção discente, que impactará fortemente o aumento da produção discente do Programa, no próximo quadriênio.

3. Favorecimento de maior aproximação de egressas/os com a comunidade do Programa. Neste sentido foram criadas algumas ações que envolveram modos de acompanhamento e de aproximação das/os egressos. Essas ações culminaram na organização do I Encontro de Egressas/os com a Comunidade do PPGE. A comissão organizadora do evento foi composta

por discentes e pessoas egressas, além de docentes do PPGE. A coordenação da comissão ficou ao encargo de prof. Dr. Tarcísio Moreira Mendes, egresso do Programa que atualmente encontra-se realizando estágio pós-doutoral no PPGE, com bolsa CAPES. O evento reuniu cerca de 150 pessoas ao longo de dois dias. A programação envolveu mesas de debate e rodas de conversa intituladas “Contaço de Causo”, em que as/os participantes trouxeram suas vivências profissionais, acadêmicas e de pesquisa, após a conclusão de seus cursos. Alunas/os primeira turma do Programa, que iniciou em 1995, participaram de uma seção especial em que puderam contar suas vivências em um PPGE iniciante em sua caminhada. O prof. Dr. Jader Janer Moreira Lopes, docente permanente do Programa e egresso da primeira turma, conduziu as conversas e as homenagens.

O conjunto das ações desenvolvidas nas três frentes entraram na composição dos objetivos/metasp do Planejamento Estratégico do Programa (discutido no Item 1.3 e detalhado no APÊNDICE 23).

2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida

Conforme será possível observar nos destaques e no ANEXO II, o PPGE tem tido pleno êxito em seus processos formativos, considerando o destino, atuação e avaliação das/os egressas/os. Cerca de 75% destes trabalham na área educacional em suas múltiplas possibilidades e interseções. São exemplos de destino, atuação e avaliação em estreito vínculo com a missão e os objetivos do Programa: modificações de modos de funcionamento de escolas; aprimoramento de práticas didático-pedagógicas em variados contextos disciplinares; ocupação de cargos de gestão em escolas, coordenadorias, secretarias de educação, estrutura universitária e governamental; estreitamento da relação entre universidade e escola; estreitamento da relação entre escola e/ou universidade e movimentos sociais; atuação em espaços educativos não escolares; atuação na docência em todos os níveis e segmentos em todas as esferas da rede pública e na rede privada; desdobramentos das pesquisas em artefatos culturais; criação de grupos de pesquisa em outras instituições.

Todas essas atuações concorrem para o cumprimento da missão e dos objetivos do Programa, tendo a democracia e a justiça social como princípios.

2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa

Reconhecendo os desafios do Programa em relação a ampliação da produção intelectual do corpo docente, ao longo do quadriênio, o PPGE envidou esforços para o enfrentamento dessa situação em três direções: i) sensibilização/conscientização do corpo docente por meio de ações que visavam a ampliação da compreensão do impacto acadêmico da produção para o campo educacional e do peso desse quesito na avaliação do Programa e, portanto, no seu conceito; ii) criação de mecanismos permanentes de avaliação e acompanhamento docente, com uma política clara de credenciamento e credenciamento; iii) construção de um pacto coletivo por busca de ao menos uma publicação em veículo A1.

A sensibilização/conscientização se deu, sobretudo, nos Seminários Internos. No que diz respeito ao impacto acadêmico da produção para o campo, o foco esteve em reafirmar a importância dos impactos sociais – o que é muito forte no Programa e está demonstrado em todos os itens do Quesito 3 – sem negligenciar a especificidade da divulgação científica em formato de artigos, que é o gênero textual hegemônico da ciência contemporânea. Em relação ao peso dessa produção no conceito do Programa, foram feitos movimentos no sentido de ampliar o conhecimento da ficha de avaliação da área da Educação, de forma articulada à análise da Ficha de Recomendação da CAPES referente ao quadriênio anterior. Constatou-se, portanto, que o Quesito 2 da ficha funciona como trava e que se não fosse o conceito BOM tirado nesse quesito, o PPGE seria avaliado com a nota 5. Esse processo contou com a participação de consultores externos, como já detalhado no histórico.

Ampliada a inteligibilidade sobre o papel da produção intelectual, o Colegiado entendeu que era preciso criar mecanismos permanentes de avaliação e acompanhamento docentes. Nesse sentido, foi criada a Resolução Política de Acompanhamento Docente (APÊNDICE 1) e aprimorada a Política de Credenciamento e Recredenciamento Docente (APÊNDICE 2). As ações produzidas no contexto da primeira, detalhadas no item 1.4, vão subsidiar a efetivação da segunda.

Por fim, após análise coletiva dos resultados do Relatório de Meio Termo em um Seminário Interno, foi estabelecido um pacto coletivo de que todas/os as/os docentes do Programa deveriam buscar uma publicação em periódico A1 ainda no quadriênio 2021-2024, a despeito da reunião ter ocorrido no segundo semestre do penúltimo ano do quadriênio.

Mais do que garantir a ampliação quantitativa e qualitativa da produção intelectual do corpo docente em si mesma, esse conjunto de ações indica a criação de condições estruturais

de enfrentamento contínuo do desafio. Os dados parciais produzidos pela Comissão de Avaliação Permanente (CAP) indicam que houve aumento expressivo do percentual de docentes com publicação em periódico A1 e da pontuação média da produção intelectual por docente em comparação com o quadriênio anterior.

2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa

Todos os movimentos acadêmicos e administrativos realizados pelo Programa ao longo do quadriênio tiveram o envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação como premissa. As discussões realizadas nos Seminários Internos, as consultorias externas recebidas e o conjunto de resoluções aprovadas comprovam a adoção dessa estratégia. Disso resulta, entre outras coisas, maior compreensão sobre a centralidade dos projetos de pesquisa dos docentes nas ações formativas do Programa. A inovação encontra-se menos nessa compreensão do que no reconhecimento da necessidade de registrar isso. Assim, chegamos a 100 % dos projetos dos docentes havendo participação discente.

Outras inovações na formação, no entanto, podem ser destacadas do que foi realizado ao longo do quadriênio. O que vamos apresentar é uma síntese de ações – resultado das respostas dadas pelos docentes nos instrumentos de avaliação e autoavaliação empregados – que expressam o entendimento de inovação por parte do Programa. Tal entendimento pode ser sintetizado como um conjunto de ações que permitem interpelar o fenômeno educativo a partir de múltiplas lentes. Para facilitar a demonstração, optamos por dividir essas ações de inovação em duas partes, vinculadas a focos específicos, embora sejam articulados: i) Desenvolvimento das pesquisas; ii) Divulgação acadêmico-científica.

Para o desenvolvimento das pesquisas das/aos docentes e das/os discentes, foram indicadas as seguintes ações que expressam o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa desde a graduação: fortalecimento dos Grupos de Pesquisa com funcionamento contínuo e realização de reuniões frequentes (semanais ou quinzenais) e participação de estudantes de graduação (sobretudo estudantes de IC), pós-graduação, professores da educação básica e egressas/os; desenvolvimento de um projeto de pesquisa que buscam uma maior organicidade das pesquisas desenvolvidas nos Grupos de Pesquisa; estabelecimento de contato permanente com docentes de escolas pesquisadas; parceria de doutorandas/os na orientação de parcerias de doutorandas/os na orientação de TCC da graduação e apoio/compartilhamento de demandas na orientação de trabalhos de mestrado e TCC da graduação; participação em grupos ou redes de pesquisa externos à UFJF; articulação das pesquisas com extensão; integração das pesquisas com disciplinas da graduação e da pós-graduação.

No contexto da divulgação acadêmico-científica destacam-se: incorporação de uma cultura de produção e publicação na dinâmica dos Grupos de Pesquisa; escrita partilhada com e por estudantes de graduação e pós-graduação; parceria com egressas/os e com docentes de

outras IES; revisão de literatura permanente, priorizando eventos acadêmicos para esse tipo de publicação; publicações de resultados parciais das pesquisas; priorização de dossiês, em função de um fluxo mais rápido de avaliação e publicação na comparação com a submissão de artigos em fluxo contínuo.

Esse conjunto de ações produziram a um aumento da produção intelectual como um todo, além de contemplar também o aumento percentual de docentes permanentes que publicam em coautoria com discentes ou egressas/os, na comparação com o quadriênio anterior.

Em relação às atividades desenvolvidas por docentes permanentes referentes à orientação e docência ao longo do quadriênio, destaca-se que mesmo as pessoas que usufruíram de licenças regulamentadas (listadas na Plataforma Sucupira) não deixaram de cumprir com essas responsabilidades.

É necessário destacar, também, que o Programa, em função de suas características, optou por não fazer credenciamento de docentes na condição de colaboradores. Dessa forma, as/os docentes colaboradoras/es do PPGE são, quase exclusivamente, docentes que estão em vias de se aposentar ou optam pela saída da Pós-Graduação, mas que assumem o compromisso de concluir as orientações que se encontram em andamento quando da tomada de decisão. As raras exceções dizem respeito a condições pontuais de necessidade de investimento em outros projetos ou alteração na inserção acadêmica, como explicitado no item 1.2.

Esse contexto termina contribuindo para ocorram defesas sob responsabilidade de docentes colaboradores. Ainda assim, o percentual de defesas sob responsabilidade de docentes permanentes é de pouco menos de 90%. Nessa condição de processo de saída do Programa, algumas/uns docentes ainda optam por oferecer disciplinas, aumentando o leque de opções de eletivas para os discentes. Dessa forma, o percentual de disciplinas sob responsabilidade do corpo docente permanente é de cerca de 90%.

QUESITO 3**IMPACTO**

3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa

Os aspectos de avaliação e autoavaliação efetivados pelo PPGE ao longo do quadriênio, e explicitados no Item 1.4 deste relatório, permitem compreender os efeitos das ações desenvolvidas no e pelo Programa em suas múltiplas dimensões. Embora muitos desses efeitos sejam típicos de qualquer programa de pós-graduação em Educação, o interesse nesse item do relatório é apresentar a forma como o PPGE, em sintonia com sua vocação regional, sua missão e seus objetivos, opera de forma particular com o que é específico do campo educacional em suas pesquisas, produções intelectuais e demais ações. Assim, interessa-nos dar visibilidade às modificações positivas e emancipatórias na sociedade a partir do Programa. Para cumprir essa tarefa, organizamos a escrita desse item em duas partes. A primeira, intitulada de “Produção intelectual: inserção e inovação”, tem como foco as pesquisas desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado ao longo do quadriênio e a produção intelectual. A outra, nomeada como “Protagonismo intelectual: inserção e abrangência”, explora as ações que expressam o reconhecimento externo (ao Programa) e a inserção (na área de Educação) da qualidade do corpo docente do PPGE.

Produção Intelectual: inserção e inovação

No quadriênio em tela, foram realizadas 110 defesas de dissertações e 64 defesas de teses, totalizando 174 trabalhos de conclusão. Todos os trabalhos estiveram vinculados a projetos sob a coordenação da/o docente que realizou a orientação. Em sintonia com a sua missão de “qualificar a formação profissional, em nível de mestrado e de doutorado, com destaque para a dimensão regional, no campo da pesquisa e da docência, por meio da produção e da difusão de conhecimentos com relevante impacto social na Educação Básica e na Educação Superior”, os trabalhos de conclusão evidenciam que PPGE tem mantido uma significativa inserção local e regional, incidindo fortemente sobre a formação de docentes para as redes, sobretudo pública, de Juiz de Fora e região. Ainda que haja ações de internacionalização e uma expansão gradativa da abrangência do Programa para o estado de Minas Gerais, demais estados da região sudeste e outras regiões do país (sobretudo norte e nordeste), e até mesmo outros países (há discentes matriculados de países de África e América Latina), reafirma-se a vocação regional do Programa, como sua potência formativa e de inovação.

Considerando uma dimensão de inovação do conhecimento produzido no âmbito do Programa, especialmente aquela advinda das pesquisas docentes e suas reverberações nas

pesquisas discentes, é preciso apontar três dinâmicas complementares e imbricadas mutuamente: (i) a inserção acadêmica em diferentes espaços e escalas, imprescindível na produção de conhecimento acadêmico altamente qualificado, que é uma das finalidades precípuas de uma Universidade Pública; (ii) a inserção local, consequentemente na vida cotidiana das comunidades e das instituições, na qual se materializa o efeito imediato da inserção social propiciada pela pesquisa desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação; (iii) uma inserção, estabelecida nas escalas nacional e internacional que alimenta, e é alimentada, pelas duas dinâmicas anteriores, que repercutem no papel e valor do programa para os campos específicos de atuação dos pesquisadores e, consequentemente, para suas diferentes comunidades disciplinares.

No movimento dessas dinâmicas, destacam-se algumas áreas, ou temáticas, nas quais o Programa assume protagonismo, com produções de várias ordens que reverberam na vida mais cotidiana das comunidades e instituições. Destacam-se as temáticas das relações étnico-raciais; de gênero e sexualidade; de Educação de Jovens e Adultos; de inclusão; de tecnologias digitais; de políticas curriculares; de práticas pedagógicas (nos mais variados contextos disciplinares); de processos de subjetivação docente e discente em espaços educativos escolares e não escolares; dos estudos das infâncias; nos estudos e ações de gestão e educação e trabalho.

Para evidenciar os pontos a serem abordados nesse item, inicialmente serão descritas as produções do Programa que interpelam a inovação e a transformação no contexto da própria universidade na qual está inserido, pois as pesquisas e debates vivenciados no interior das linhas de pesquisas, dos grupos de estudos e pesquisa e dos núcleos nos quais se ancoram os cursos de Mestrado e Doutorado contribuíram, e seguem contribuindo, para desenhar políticas institucionais da universidade, sobretudo relacionadas à formação docente. Esse movimento se fortalece e amplia as possibilidades de interferência direta nessas políticas em função da presença significativa de docentes do PPGE na administração central da UFJF, como explicitado no Item 1.3.

A atuação desses docentes, apesar de se localizarem internamente, reverberam para fora da instituição em suas políticas de ingresso na graduação e na pós-graduação; suas políticas de formação docente para a escola básica; suas políticas de acessibilidade e inclusão. São marcas importantes para as regiões onde a UFJF impacta mais diretamente. Além disso, essas ações oferecem, simultaneamente, subsídios para a pesquisa e produção intelectual desses docentes e para as pesquisas de suas/seus orientandas/os, constituindo-se, também como efeitos dessas próprias pesquisas e produção intelectual. Essas ações, apesar de estarem situadas na governança local, não se restringem a ela, pois permite o estabelecimento de redes de ações,

sobretudo, com outras universidades brasileiras, a partir da vivência em comissões nacionais, seminários federais e estaduais, entre outros.

Sublinha-se, no entanto, que não apenas as pesquisas orientadas por esses docentes do PPGE diretamente vinculados à administração central da UFJF contribuem para a criação ou atualização de suas políticas com potenciais de impacto social, acadêmico, cultural e econômico. Trata-se, portanto, de uma contribuição coletiva do Programa. Nesse sentido, ao longo do quadriênio, foram desenvolvidas sete dissertações de mestrado e duas teses de doutorado cujos objetos, em alguma medida, contribuem para o desenvolvimento de políticas institucionais da UFJF (incluídas aí a FAGED e o próprio PPGE). Esses trabalhos são organizados em torno de quatro cenas: i) currículos de licenciatura da UFJF; ii) formação continuada e/ou em serviço; iii) política de acesso aos cursos de graduação da UFJF; e iv) legitimação de formatos outros de escrita acadêmica na Pós-Graduação.

i) currículos de licenciatura da UFJF: destacam-se investigações sobre relações étnico-raciais nos cursos de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia e Química, a partir de duas dissertações: “O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em Educação Física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação” e “Os ‘(não)ditos’ das Relações Étnico-Raciais nas Licenciaturas em Pedagogia e Química da Universidade Federal de Juiz de Fora”. Ainda no contexto dessa cena, situa-se a dissertação intitulada “Resiliência nos modos de ser e estar de estudantes de Cursos de Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora”, que buscou investigar a existência de fatores estressores e protetivos nos modos de habitar, do lugar de discentes, os cursos de licenciatura da UFJF.

ii) formação continuada e/ou em serviço: na dissertação “‘Vocês estão me ensinando a ler’: reflexões sobre os sentidos atribuídos por professoras a um curso de formação de mediadores de leitura”, o movimento foi de análise de um curso de formação de professores oferecido pela Prefeitura de Juiz de Fora por meio de parceria com o Grupo de Pesquisa Linguagens, Infâncias e Educação (LINFE/FAGED/UFJF). Ainda nessa cena, foi defendida a dissertação intitulada “As dimensões do trabalho docente na perspectiva dos estudantes egressos do Pibid – Letras/Língua Portuguesa”. Nessa pesquisa, o foco recaiu sobre o trabalho dos professores supervisores do Pibid– Letras/Língua Portuguesa, que atuam, simultaneamente, na perspectiva de formação em serviço e formador de professores. Outra pesquisa desenvolvida no contexto dessa cena, tinha como escopo de análise o Curso de Especialização em Ciências e Matemática nos Anos Iniciais, coordenado por docentes do PPGE, tendo também outros docentes do Programa atuando. Trata-se da dissertação intitulada “Narrativas, suas possibilidades e potencialidades para formação docente: biogramas de vivências de professoras

de um curso de especialização”. Por fim, a tese “Letramento digital de docentes e os esforços para a implementação do Ensino Remoto Emergencial na Universidade Federal de Juiz de Fora no biênio 2020-2021” explorou as ações de capacitação desenvolvidas na UFJF no contexto da adoção do ensino remoto emergencial durante o contexto pandêmico.

iii) política de acesso aos cursos de graduação da UFJF: A dissertação intitulada “Articulações entre religião e dimensões axiológicas fixadas no Currículo de História: uma análise a partir do PISM”, teve por objeto o Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) da UFJF, que se constituiu como uma das formas de acesso aos cursos de Graduação da UFJF.

iv) legitimação de formatos outros de escrita acadêmica na Pós-Graduação: a tese “Scriptofagias mEnormes: experimentações com escrita acadêmica junto ao Travessia Grupo de Pesquisa” explora formas outras de escrita acadêmica investigadas e desenvolvidas no contexto de um grupo de pesquisas da FAGED.

Para além dos impactos nas políticas institucionais da UFJF, com efeitos mais evidentes e diretos na inserção e vivência universitárias e nos processos de formação para atuação na educação, o PPGE, por meio das pesquisas desenvolvidas a partir de suas linhas de pesquisa e de sua produção intelectual, produz efeitos sobre o ambiente acadêmico e social mais amplo. Para melhor evidenciar esses efeitos, optamos por analisar a produção a partir de dois eixos: inserção local, regional, nacional ou abrangência internacional; e inovação.

Por inserção local, referimo-nos, mais especificamente, à cidade de Juiz de Fora e à própria UFJF. O caráter regional engloba não apenas a região de abrangência da UFJF definida em seu PDI, mas toda a região sudeste do Brasil, excluindo-se a cidade de Juiz de Fora. A abrangência nacional contempla as demais regiões ou projetos nacionais, e a internacionalização refere-se a outros países. Com relação à inserção local, regional, nacional ou abrangência internacional, observados os títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos de conclusão defendidos ao longo do quadriênio, é possível dizer que: 91 apontam para um escopo local; 14 para um escopo regional; 26 para um escopo nacional; e cinco com abrangência internacional. A soma das inserções local e regional correspondem a quase 80% dos trabalhos de conclusão. Esse dado corrobora a vocação regional do Programa. Sublinha-se que os trabalhos que apresentam escopo internacional o fazem de forma articulada a questões nacionais, majoritariamente em perspectiva de educação comparada, afinal, a área de concentração do Programa é Educação Brasileira. Nas demais produções intelectuais, para além dos trabalhos de conclusão, a indicação espacial do escopo da investigação no título é residual.

Por inovação o PPGE entende que se trata de temas (não necessariamente novos) e/ou abordagens que têm servido na contemporaneidade, em função de suas demandas específicas

ou atualizadas, para produzir modos distintos de interrogar e de interpelar o fenômeno da educação, avançando nas fronteiras do conhecimento (sua produção e difusão), em suas escalas local, regional, nacional e internacional, em busca de sua radical democratização visando à formação humana.

As categorias a partir das quais a produção intelectual (incluindo aqui as teses e as dissertações, artigos, livros, capítulos, coletâneas e dossiês organizados) do Programa foram agrupadas e exploradas são: i) temática; ii) estratégica para a formação e/ou qualificação profissional; iii) originalidade ou o ineditismo da pesquisa; iv) diálogo estratégico com outras áreas; v) desenvolvimento tecnológico; vi) contribuição para políticas públicas; vii) avanço nas fronteiras do conhecimento. Mais do que definir, a priori, o entendimento de cada uma dessas categorias, interessa-nos apresentar como elas se manifestam no conjunto da produção intelectual do Programa.

i) As inovações temáticas produzidas no âmbito do PPGE estão voltadas para as questões educacionais relacionadas ao contexto pandêmico (com foco na formação e no trabalho docente e nas ações discentes); às questões de gênero e sexualidade (com enfoque mais específico em pessoas lésbicas, na produção de masculinidades e em pessoas trans); às tecnologias digitais (com foco em Programação e Inteligência Artificial); à inclusão (com enfoque mais específico em cadeirantes, pessoas surdas e pessoas inseridas no transtorno do espectro autista); relações étnico-raciais (como lugar epistêmico e transversal a várias áreas do conhecimento); às questões do corpo (tomado em sua dimensão física e política); à justiça ambiental (pensada como mecanismo de enfrentamento da desigualdade social a partir da dimensão territorial em tempos de crise climática); e manifestações culturais como espaços-tempos educativos (dentro ou fora da escola).

Com relação ao contexto pandêmico, é importante sublinhar que se trata de produzir um novo objeto de investigação ao mesmo tempo em que a pandemia emerge como fenômeno social. Ou seja, inauguram-se formas de abordar esse fenômeno no campo educacional em meio às limitações de circulação impostas pela própria Pandemia. As invenções desse objeto se materializaram em sete dissertações e quatro teses, consistindo, pois, em relevante impacto acadêmico.

As pesquisas que giram em torno das questões de gênero e sexualidade, na contemporaneidade, per se, já provocam impacto social. Afinal, um dos elementos que têm alimentado a polarização política forjada por grupos neoconservadores é a tentativa de impedir que essa temática seja objeto das ações e atividades educativas. É, por isso, que as investigações com esse recorte temático se configuram como atos de resistência acadêmica e social. Afinal,

elas fomentam a discussão, em novas bases, sobre formação, práticas educativas, materiais didáticos e, socialmente, jogam luz a questões mais amplas como uso de nome social, uso de banheiro e enfrentamentos a múltiplas manifestações de LGBTfobia.

Ao lado de outros aparatos tecnológicos digitais, o avanço de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, isto é, criadora de novos conteúdos, tem gerado muitos desafios ao campo educacional. Nos debates sociais, ela tem sido percebida, majoritariamente, como uma ameaça aos processos criativos nos espaços educativos. Cabe às pesquisas, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, selecionar referenciais teórico-metodológicos que ajudem a conhecer e problematizar tanto as ferramentas, como os debates em torno delas. Nesse sentido, no âmbito do Programa foram produzidas teses e publicados artigos que produzem impacto acadêmico por mapearem a relação entre educação e inteligência artificial e por investigarem efeitos sobre os processos de ensino-aprendizagem. Produzem, também, impacto social por adensarem o debate que reverbera em diversas instâncias de sociabilidade, incluídas a escola e a universidade.

As pesquisas sobre inclusão, tal qual as pesquisas focadas nas discussões de gênero e sexualidade, assumem a condição de reafirmarem, simultaneamente, impacto acadêmico e social. Elas repercutem na democratização social via educação, pois buscam garantir condições para que todas as pessoas possam ter seu direito à educação assegurado. No caso específico dos trabalhos desenvolvidos no PPGE com ênfase em inclusão, o foco foi em cadeirantes, pessoas surdas e inseridas no transtorno do espectro autista. As investigações repercutem em mudanças nos espaços físicos onde se realizam as atividades educativas e, muitas vezes, nas relações sociais dos sujeitos que demandam essas condições e os demais que partilham o mesmo espaço. Esse movimento é indispensável, sobretudo em um contexto de aumento significativo de laudos de crianças inseridas no espectro autista e que demandam novas formas de funcionamento das instituições educacionais.

Relações étnico-raciais têm sido objeto de reflexão do campo educacional há algum tempo. A inclusão desse tema em uma perspectiva de inovação se dá, no âmbito do Programa, pelo reconhecimento do estatuto epistêmico que os estudos dessa temática provocam, com repercussões em variadas áreas disciplinares. No PPGE, essas discussões têm sido majoritariamente produzidas a partir da Filosofia Africana e da Filosofia da Diferença, com repercussões em áreas como Arte, História, Química, Matemática, entre outras. Ademais, a centralidade da política de ações afirmativas no Programa e os impactos acadêmicos e sociais das investigações sobre relações étnico-raciais por meio de teses, dissertações e das produções que delas derivam se retroalimentam.

O estatuto do corpo como objeto de investigação da área da Educação é tido como inovação temática no PPGE em função de seu deslocamento da condição de mero espaço de controle/resistência para a condição de produtor de saberes. Assim, foram produzidas teses e dissertações que o tomam em sua dimensão física, cultural, ética e estética, produzindo efeitos sobre processos educativos escolares e não escolares. Para além do impacto acadêmico desse deslocamento da condição do corpo como objeto de investigação, os impactos sociais são percebidos na legitimação de múltiplas formas de existir de um corpo.

O tema da justiça ambiental advém do reconhecimento da crise climática que assola o planeta e demanda de todas as áreas ações que possam combatê-la. No âmbito do PPGE, a forma que tem sido encontrada para esse enfrentamento é a defesa da justiça ambiental por meio da articulação com a ecopolítica. Nesse sentido, produzem-se investigações que privilegiam a dimensão do território como central para o enfrentamento das questões associadas ao meio ambiente. Para isso, a articulação política e epistêmica com movimentos sociais que focam e/ou tangenciam questões ecológicas tem servido para inovar as possibilidades de o campo educacional atuar no enfrentamento da crise climática e, por conseguinte, contribuir para as justiças social e ambiental.

No caso das manifestações culturais destacamos, no âmbito do PPGE, pesquisas que reconhecem/problematizam religiões (sobretudo de matriz africana ou afro-brasileira), o slam, a música, a ginástica, a dança, a capoeira e o cinema como espaços-tempos educativos. Além de enriquecerem o escopo do que pode servir como objeto de investigação no campo educacional, revelando impacto acadêmico, o perfil dessas pesquisas dialoga de forma direta com espaços de sociabilidade e produção de leituras de mundo, concorrendo, pois, para um efetivo impacto social, à medida que esses podem ser entendidos como espaços educativos não escolares, mas também atravessam, de alguma forma, os espaços escolares.

ii) As produções estratégicas para a formação ou qualificação profissional no campo educacional podem ser agrupadas em quatro focos: formação inicial e/ou continuada e/ou em serviço ligadas à variadas áreas disciplinares (Arte, Ciências, Educação Física, Física, História, Língua Portuguesa, Matemática, Música, Pedagogia e Química); construção e/ou problematização da identidade docente; níveis ou modalidades específicas (EJA, Educação Infantil, Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação para Pessoas Privadas de Liberdade); e temas e/ou conhecimentos transversais (relações étnico-raciais, tecnologias digitais, inclusão, meio ambiente, gênero e sexualidade).

As transformações provocadas por essas produções dizem respeito à implementação de projetos em Institutos Federais situados na região sudeste; à formação docente em contexto

pandêmico em municípios da Zona da Mata Mineira, à formação de diretores escolares em Minas Gerais; a sentidos de formação em cursos de licenciatura a partir de diretrizes curriculares nacionais; à formação de gestores para a educação básica e o ensino superior; à articulação entre práticas pedagógicas e tecnologias digitais; à participação docente na construção de Projeto Político Pedagógico das escolas; ao uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na EJA; à formação de mediadores de leitura; aos desafios da docência em espaços de privação de liberdade.

iii) Em relação à originalidade ou ineditismo da pesquisa, vale destacar tanto produções que exploram objetos já explorados em outras áreas do conhecimento, mas não possuem lastro no campo educacional, como produções que interpelam temáticas tipicamente educacionais, mas com algum diferencial ou suprimindo alguma lacuna da produção de conhecimento nessa área. No caso de objetos que não são típicos do campo educacional, destacam-se: i) uma produção que analisou as atrocidades cometidas no Hospital Colônia de Barbacena em nome de uma política psiquiátrica eugenista, com repercussão nos processos identitários da referida cidade, demandando, pois, espaço nos currículos escolares; ii) uma produção que investigou a mercantilização de desastres ambientais, repercutindo na defesa de uma formação de jovens lideranças inseridos na perspectiva de uma educação ambiental crítica; iii) uma produção que explora a linguagem da programação, e mais especificamente a cultura hacker, como modo de provocar ativismo em educação. Além de trazerem novos objetos para o campo educacional, essas investigações apresentam forte impacto social em função das temáticas que exploram em articulação com múltiplos territórios.

Para efeito de abordagem diferencial e/ou lacuna em pesquisas no campo educacional, destacam-se produções que operam na lógica da smart education; que exploram a articulação entre avaliação e ensino de gêneros textuais no ensino superior; que promovem experimentações com escrita acadêmica; que analisam estratégias de famílias de classe média baixa para acessar escolas de elite; e que analisam a tensão entre o direito à educação e o direito à moradia a partir de políticas públicas. Os dois primeiros casos compreendem pesquisas inovadoras no Brasil, embora mais comuns em escala internacional, representando, pois, maior impacto acadêmico local/regional/nacional. As demais, além do impacto acadêmico evidente, também apontam para grande impacto social, uma vez que interpelam possibilidades de acesso, permanência, sucesso e fracasso acadêmico na escola e na universidade.

iv) Foram fartos os diálogos estratégicos com outras áreas do conhecimento na produção do Programa. Para além da relação incontornável com as áreas disciplinares que compõem os currículos da educação básica, que optamos por não trazer, destacam-se os diálogos com as

seguintes áreas: Enfermagem, Esporte (mais especificamente a ginástica e a dança de salão), Comunicação Social (mais especificamente Jornalismo), Medicina (mais especificamente Psiquiatria e Neurociência), Ciência da Computação, Ecologia, Paleontologia, Psicologia (incluindo Psicanálise e Parentalidade), Linguística, Cinema e Música.

A relação com a Enfermagem se deu a partir da análise de processos de implementação do ensino remoto emergencial nessa área; a educação do, com e pelo corpo deu o tom do diálogo com a área de Esportes; os efeitos de discursos medicalizantes em processos de subjetivação e controle de corpos, que interpelam sujeitos em situações educacionais, marcaram o diálogo estratégico com a área de Medicina; a formação de docentes de jornalismo marcou o diálogo com a área de Comunicação Social; o diálogo com a área de Ciência da Computação reverberou em investigações que se propuseram a pensar sobre limites e/ou possibilidades relacionadas ao uso de TICs na educação básica e na pesquisa acadêmica; o enfrentamento da crise climática e a busca por justiça ambiental puxaram o fio de sentido da relação com as áreas de Ecologia e Paleontologia; o diálogo com a área de Psicologia é amplo e heterogêneo, abarcando relações de ensino-aprendizagem, processos de produção de alteridade em relações educativas, processos em torno da tensão entre cuidar e educar, processos de objetivação do sucesso e do fracasso escolar e acadêmico; a formação docente para a educação básica (sobretudo na área de Língua Portuguesa), a praxiologia e a análise da oralidade receberam contribuições da área de Linguística; a relação com a área de Cinema se deu através de investigações sobre escrita acadêmica e subjetivações docente e discente a partir de questões de gênero e sexualidade; e o diálogo com a área de Música foi atravessado por questões relacionadas a seu uso como ferramenta pedagógica e como lugar de tensionamento entre cultura popular e cultura erudita.

v) O desenvolvimento tecnológico teve lugar nas produções do PPGE. Ele ocorreu, por exemplo, a partir da construção e disponibilização ao público da audiodescrição de 16 obras da Coleção Murilo Mendes 25 Anos, que estiveram em exposição no ano de 2022 no Museu Murilo Mendes, em Juiz de Fora/MG, evidenciando um forte impacto social e cultural produzido a partir da dissertação intitulada “Audiodescrição para imagens estáticas”. Houve também a criação de brinquedos científicos, voltados prioritariamente para o ensino de Ciências, a partir de materiais recicláveis. Essa produção se deu no contexto de um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa e que resultou no artigo intitulado “Produção de brinquedos científicos com material reciclável: uma maneira lúdica de ensinar e aprender ciências”. Essas produções promovem desenvolvimento tecnológico ao mesmo tempo em que ampliam a sua própria definição, produzindo, pois, impactos acadêmicos e sociais relevantes ao contemplarem as dimensões de inclusão e de valorização da ciência.

vi) A contribuição para políticas públicas é sempre forte. As produções incidem sobre políticas educacionais (majoritariamente curriculares, gerais ou ligadas a disciplinas específicas, mas também sobre propósitos da educação e da escola); sobre acesso e permanência na universidade; níveis ou modalidades específicas (EJA, Creche, Pré-escola (Educação Infantil), Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação do Campo, Educação Quilombola); temas e/ou conhecimentos transversais (relações étnico-raciais, tecnologias digitais, inclusão, questões de gênero e sexualidade); sobre condições de trabalho para docentes em diversas situações de vínculo empregatício; sobre política de memória institucional; sobre eficácia escolar; sobre formação de gestores educacionais; sobre fluxo escolar; formação inicial e/ou continuada e/ou em serviço ligadas à variadas áreas disciplinares (Ciências, Educação Física, Física, História, Língua Portuguesa, Matemática, Música, Pedagogia e Química); sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); sobre a contribuição de referenciais teórico-metodológicos clássicos para as demandas educacionais contemporâneas; sobre relação com movimentos sociais.

Trata-se de temas com muito impacto acadêmico e social. São muito relevantes para a educação, de forma geral, e para os objetivos do PPGE, de forma particular. As discussões sobre acesso e permanência na universidade, sobre níveis e modalidades específicos, eficácia e fluxo escolar dizem respeito à democratização da sociedade por meio da educação. As reflexões sobre formação e condições de trabalho docente e sobre o PNLD são indispensáveis para que as práticas educativas possam ser desenvolvidas em um ambiente propício. Assim como políticas de memória institucional, diálogo com movimentos sociais e uso de referenciais teórico-metodológicos clássicos para as demandas educacionais contemporâneas apontam para os liames entre tradição e inovação nos processos educacionais, o que repercute tanto na proposição como nas condições de recepção e implementação de políticas públicas e, permitem, gerar avanços na promoção da vida em sociedade.

vii) No que diz respeito a avanços nas fronteiras do conhecimento, destacam-se produções que: i) apontam avanços relacionados a formação acadêmica de graduação; ii) promovem a difusão e ampliação, a partir de sua mobilização em diferentes campos empíricos, do conceito de “habitus conservatorial”; iii) produzem e fazem circular conceitos novos, como os de Topogênese, Amorosidade Espacial, Justiça Existencial, Órfandade Espacial e Lugar Geopsíquico; iv) promovem releitura de pensadores (como Edgar Morin) e/ou conceitos clássicos do campo educacional (como “Imagens de controle” de Patricia Hill Collins), ou apropriados por ele; v) incorporam filosofias africanas na definição do ensinar e do aprender;

vi) pensam a cidade como um espaço educativo; vii) produzem novas metodologias para análise de políticas públicas educacionais.

Ainda que aparentemente falar sobre avanços na fronteira do conhecimento remeta diretamente a impactos acadêmicos, destacamos que esses avanços se traduzem em impacto social à medida que ampliam a legitimação das formas de ser e habitar o mundo, sobretudo em diálogo com processos educativos. Ampliar as formas de realizar formação acadêmica repercutem em profissionais mais bem preparados para lidar com os desafios que se apresentam no exercício profissional. Os conceitos produzidos/difundidos/reelaborados têm servido para evidenciar a vivência espacial como uma condição intercorpórea, intersubjetiva, interamorsa e a condição de fronteira do existir humano, com repercussão significativa nas ações voltadas ao acolhimento de pessoas em situações de migrações, refúgios e outras perdas de espacializações. Redefinições do ensinar e do aprender ampliam as subjetivações que atravessam as relações educacionais, com potencial para incidir nas definições de sucesso e fracasso escolar e, conseqüentemente em políticas públicas. Reconhecer a cidade como espaço educativo incide sobre processos identitários, de alteridade, que contribuem para sua preservação, reorganização e acolhimento das diferenças, dos seres humanas e não humanos. E a avaliação de políticas públicas incide sobre as relações entre Estado e sociedade.

Sublinhamos que o que foi apresentado até aqui é representativo do que foi produzido pelo Programa em seu conjunto, não dando conta de tudo o que foi produzido. No entanto, o que se apresenta nos parece suficiente para mostrar que o PPGE – por meio das pesquisas desenvolvidas em seu âmbito, e que se desdobram nos produtos indicados como destaque, bem como nos resumos, títulos e conteúdos dos trabalhos de conclusão descritos no quadriênio – tem cumprido com sua missão de qualificar a formação profissional, em nível de mestrado e de doutorado, com destaque para a dimensão regional, no campo da pesquisa e da docência, por meio da produção e da difusão de conhecimentos com relevante impacto social na Educação Básica e na Educação Superior.

Protagonismo intelectual: inserção e abrangência

Essa seção visa explorar as ações que expressam o reconhecimento externo (ao Programa) e a inserção (na área de Educação) do corpo docente do PPGE. Esse reconhecimento externo se expressa de múltiplas formas. Neste espaço, vamos focar na dimensão de liderança ocupada por docentes do PPGE em espaços estratégicos da área da Educação. Trata-se de lideranças, vivenciadas ao longo do quadriênio, que expressam reconhecimento externo da

articulação entre os elementos que conformaram o perfil do corpo docente (APÊNDICE 16) e as produções que dele resultam, revelando o protagonismo intelectual do PPGE.

O perfil das funções de liderança do corpo docente do Programa são: i) Presidência de Associação Científica; ii) Membro de diretoria de Associação Científica; iii) Coordenação de GT em Associação Científica; iv) Membro de Conselho Consultivo de Associação Científica; v) Membro de Comissão em Associação Científica; vi) Parecerista Ad hoc em evento de Associação Científica; vii) representações em fóruns locais, regionais ou nacionais; viii) Membro de Comissão de Assessoramento de órgão do Ministério da Educação; ix) Coordenação de Núcleo e/ou Rede de Pesquisa; x) Editor-Chefe de periódico qualificado; xi) Membro de Editoria/Conselho Editorial de periódico qualificado; xii) Pesquisador PQ; xiii) participação em comissão organizadora de eventos; xiv) participação de comissão/comitê científico de evento; xv) Outros.

Tendo por eixo as Associações Científicas, salientamos que três docentes do Programa ocuparam/ocupam a presidência de algumas delas: a Prof^a. Eliana Ferreira é presidente da Asociación Latinoamericana de Ciencias del Deporte, Educación Física y Danza (ALCIDED); o Prof. Marcus Vinícius Medeiros presidiu entre 2017 e 2021 a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), sendo também seu presidente de honra entre 2022 e 2023; a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) foi presidida pela Prof^a Rafaela Reis de 2021 a 2024.

Fizeram parte de diretoria, em diferentes cargos, o Prof. Alexandre Cadilhe na Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) e o Prof. Guilherme Barreto na Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio). A Coordenação de Grupos de Trabalho (GTs) ficou por conta dos professores Francione Oliveira (Educação e Arte, da ANPED), Reginaldo Carneiro (Educação Matemática, ANPED), Alexandre Cadilhe (Transculturalidade, Linguagem e Educação, na Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística, ANPOLL), Neil de Almeida (Gênero, no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE) e Wilson Alviano (GT Escola, no CBCE).

Fazem parte de Conselhos Consultivos os professores Francione Oliveira e Marcus Bomfim. O primeiro, da Federação de Arte/educadores brasileiros (FAEB), e o outro, da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). Quando o escopo de trabalho são comissões científicas, destacam-se os trabalhos da Prof^a Sônia Clareto, no Comitê Científico da ANPED, representando o GT de Educação Matemática; do Prof. Alexandre Cadilhe, na comissão de Linguística Aplicada da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN); do Prof. Paulo Menezes, na Comissão de Assuntos de Ensino da Sociedade Brasileira de Física

(SBF); e do Prof. Marcus Bomfim, na Comissão Ensino de História e questões curriculares da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH).

Como pareceristas Ad hoc em eventos de associações científicas, tivemos a Prof^a. Margareth Rotondo atuando no GT Filosofia da Educação Matemática do Simpósio Internacional Pesquisa em Educação Matemática (SIPEM), organizado pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) e no GT de Educação Matemática da ANPED; o Prof. Roney Polato, atuando no GT Gênero, Sexualidade e Educação nas reuniões nacionais e regionais-sudeste da ANPED; e o Prof. Tarcísio Pinto, atuando no GT Filosofia da Educação em reunião nacional da ANPED.

No eixo de representações em instâncias consultivas e/ou deliberativas, o PPGE se destaca pela participação de docentes em diversos fóruns em escala local, regional e nacional. Em nível local, destaca-se que as professoras Andreia Garcia-Reis, Elita Martins e Rafaela Reis e os professores Julvan Moreira e Roney Polato compõem o Fórum Municipal de Educação de Juiz de Fora; o Prof. Julvan Moreira é membro do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial; a Prof^a Ilka Schapper foi elaboradora do Plano Municipal da Primeira Infância. Todas essas participações, que interpelam direta e tangencialmente a educação, resultam em amplo impacto social para a cidade de Juiz de Fora.

Em escala regional, destacam-se a participação da Prof^a. Mariana Cassab no Fórum Mineiro de EJA e no Fórum Mineiro de EJA da Zona da Mata mineira. Nacionalmente, destacam-se a participação, na condição de presidente em 2022; do Prof. Cassiano Amorim no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação; e a participação da Prof^a. Rafaela Reis como representante da ABECS no Fórum Nacional de Educação. Ainda em escala nacional, destacamos a participação da Prof^a Hilda Linhares na Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação do Ensino Médio da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) e na Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação em Linguagens, Códigos e suas Tecnologias da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) do INEP/MEC e o Prof. Jader Janer nas comissões de avaliação dos programas de pós-graduação novos (APCNs) e do Prêmio CAPES de Tese junto a CAPES.

O eixo de lideranças em núcleos/redes de pesquisa conta com a participação do Prof. Anderson Ferrari na coordenação do NEPED, do Prof. Alexandre Cadilhe no FALE, da Prof^a. Mariana Cassab no NEC, do Prof. Maximiliano López no NEFPE, do Prof. Rubens Rodrigues no NETEC, da Prof^a. Maria Zélia Maia no NESCE, e do Prof. Jader Janer e da Prof^a. Juliana Dias, de forma partilhada, no ESPACIHUM. Trata-se dos núcleos da FAGED. Para além desse recorte local, destacamos a participação do Prof. Guilherme Barreto como coordenador local

(entre 2021 e 2022) da Rede de Pesquisa “Jovem, ciência e Internet: um estudo qualitativo na França e no Brasil”, com financiamento da CAPES/COFECUB; a participação do Prof. Neil de Almeida como representante da UFJF, desde 2021, na Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e América Latina (econal-Edu); a participação da Profª Tânia Magalhães como coordenadora do Laboratório brasileiro de oralidade, formação e ensino (LABOR) - uma rede Interinstitucional de Pesquisadores do Ensino de Oralidade (envolve a UFJF, a Universidade de Pernambuco, a Universidade São Francisco e Universidade Estadual do Norte do Paraná); e a participação do Prof. Marcus Medeiros como coordenador, desde 2022, da LCT Brazil - rede de pesquisadores brasileiros que trabalham com a Teoria dos Códigos de Legitimação, ligada a uma rede internacional (LCT Centre).

O eixo relacionado a Periódicos Qualificados, contempla participações na função de editor-chefe e de membros de editoria/conselho editorial. Destacamos que o Prof. Aimberê Amaral ocupou a função de Editor-Chefe da revista Educação em Foco (PPGE/UFJF - Qualis A3) entre 2021 e 2024, tendo sido substituído pelo Prof. Neil de Almeida; o Prof. Marcus Bomfim ocupa desde 2023 a função de Editor-Chefe da Revista História Hoje (ANPUH – Qualis A1); e o Prof. Paulo Menezes ocupa desde 2023 a função de Editor-Chefe da revista A Física na Escola (SBF - Qualis A3). Em relação à Editorias/Conselhos Editoriais, destacamos as professoras Ana Carolina Araújo, Rafaela Reis e Tânia Magalhães e os professores Francione Oliveira e Paulo Menezes como Editores Executivos Internos da “Educação em Foco”; o Prof. Paulo Menezes também como Editor-Adjunto da “Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências” (UFMG - Qualis A1) entre 2017 e 2021. Destaca-se, ainda, que o Prof. Marcus Medeiros atua desde 2024 como presidente do Conselho Editorial da revista da ABEM (Qualis A1).

No eixo Bolsistas de Produtividade em Pesquisa, destacamos que a Profª. Adriana Bruno e o Prof. Reginaldo Carneiro são PQ2. Ela desde 2021 e ele desde 2020. Trata-se, portanto, de elevado grau de reconhecimento do trabalho desenvolvido na Pós-Graduação. No eixo de participações em comissões organizadoras e/ou científicas de eventos de todas as escalas, sublinhamos que um total de 28 docentes participaram como membros de comissão organizadora de 87 eventos, e seis docentes atuaram em comissões científicas de sete eventos.

Por fim, destacamos que a Profª. Eliana Ferreira ocupa a presidência da Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas. Face o exposto, destaca-se que apenas um docente permanente não ocupou função de liderança no quadriênio. As lideranças apresentadas corroboram a potência do perfil do corpo docente do PPGE para cumprir sua missão e seus objetivos.

3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa

A ocupação do PPGE com os impactos econômico, social e cultural de suas atividades em Juiz de Fora e região está explícito em sua missão e seus objetivos. Ao se compromissar com a tarefa de qualificar a formação profissional, por meio da produção e da difusão de conhecimentos com relevante impacto social na Educação Básica e na Educação Superior, o Programa está atento, também, ao impacto econômico que isso provoca. No entanto, os objetivos assumidos explicitam que o impacto econômico só faz sentido quando articulado à justiça social e aos direitos humanos, repercutindo na democratização da sociedade por meio da educação.

Para melhor apresentação dos impactos produzidos pelo PPGE, o presente texto está organizado em três partes. Na primeira, intitulada Impacto econômico: articulações entre justiça social e educação, apresentaremos os movimentos da UFJF, e mais especificamente do PPGE, que produzem impacto econômico no próprio Programa e na sociedade de uma forma geral, com destaque para a cidade de Juiz de Fora e região. Na segunda, nomeada como Impactos educacionais: entre o social e o cultural, serão apresentadas repercussões de pesquisas e atividades do Programa no cenário social e cultural do país e até do exterior, mas, prioritariamente, em Juiz de Fora e região. Por fim, em Atividades colaborativas, apontaremos ações que demonstram diversos graus de colaboração desenvolvidos pelo PPGE.

Impacto econômico: articulações entre justiça social e educação

Em seu PDI, a UFJF apresenta dados, produzidos por pesquisa específica, que confirmam como ela coopera com o desenvolvimento local e regional, mesmo dividindo a área geográfica regional com a Universidade Federal de Viçosa e com a Universidade Federal de São João Del-Rei. Juiz de Fora é a quinta maior cidade arrecadadora de Minas Gerais, e a UFJF tem participação relevante nesse resultado, pois os dados apontam que na produção, para uma variação de R\$ 1,00 na demanda final do setor público em Juiz de Fora, os efeitos sobre os demais setores são de R\$ 1,60; além disso, no emprego, para cada R\$1.000,00 de variação na demanda final, são criados 672 empregos no Brasil e 617 (92%) em Juiz de Fora.

Embora não seja possível especificar a contribuição específica do PPGE nesses resultados, é relevante apresentar movimentos que sinalizam tanto os benefícios obtidos pelo Programa a partir desse investimento, e os benefícios que o Programa ajuda a produzir em decorrência dos investimentos recebidos. Começamos mostrando que a UFJF possui três mecanismos de investimentos diretos na Pós-Graduação, e um de investimento indireto. No rol dos investimentos diretos situam-se em três programas: o Apoio à Pós-Graduação (APG), o

Programa de Bolsas de Pós-Graduação (PBPG) e o Programa de Estímulo ao Intercâmbio Acadêmico da Pós-graduação stricto sensu e Pesquisa (PEIA-PG). O caráter inovador desses programas é que eles são financiados com recursos orçamentários disponibilizados pela UFJF, independente de agências de fomento. O investimento indireto se dá por meio dos editais de bolsas de Iniciação Científica. Esses editais são financiados pela própria UFJF, pelo CNPq e pela FAPEMIG. Destaca-se que, além da Iniciação Científica clássica, há editais também com recorte específico em projetos voltados para Ações Afirmativas e IC JÚNIOR, destinada a estudantes do ensino médio de escolas públicas, permitindo contato com o ambiente universitário e com a pesquisa ainda na escolarização básica.

O APG é um programa que visa a “proporcionar melhores condições para o desenvolvimento e consolidação dos cursos que integram os programas de pós-graduação stricto sensu ministrados na UFJF” (Art. 1º da Resolução CSPP 37/2019, constante do APÊNDICE 28). Para tanto, é designado um certo valor para cada PPG da UFJF (os critérios de distribuição dos recursos do APG estão descritos na mesma resolução). O PBPG é uma política de fomento aos programas de pós-graduação stricto sensu da instituição direcionada à promoção da permanência de estudantes regulares de tais programas, através da concessão de bolsas de Mestrado e de Doutorado. Por fim, o PEIA-PG visa ao desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação e da atividade de pesquisa através de ações de incentivo à qualificação dos docentes permanentes e do incremento das ações por meio da contratação de Professores Visitantes nacionais e estrangeiros. Seus objetivos são: i) melhorar a qualidade da Pós-graduação da UFJF, visando a elevação dos conceitos CAPES; ii) contribuir para a melhoria das atividades de ensino e/ou pesquisa na Instituição e expansão das atividades de internacionalização; iii) apoiar a capacitação do corpo docente dos Programas de Pós-graduação.

No caso dos editais de bolsas de Iniciação Científica, financiadas tanto pelo CNPq, como pela própria UFJF, embora voltados para estudantes de graduação, eles permitem que esses estudantes tenham contato com a pesquisa em Educação mesmo antes de ingressar na Pós-Graduação. Isso implica, considerando os modos majoritários de funcionamento dos Núcleos e Grupos de Pesquisa da FAGED, inserção acadêmica por meio da interação permanente com pós-graduandos e docentes em situação de pesquisa, desenvolvimento da escrita acadêmica em seus múltiplos formatos, e participação em eventos acadêmico-científicos. Como apontado no item 1.2, no PPGE muitos dos discentes são oriundos de projetos de IC, que funcionam, assim, como um significativo lastro de fusão entre a graduação e pós-graduação e captação de futuros pesquisadores na modalidade strictu sensu. Ademais, como

pode ser visto na Sucupira, a maioria dos docentes do Programa orientaram estudantes de graduação em IC. Trata-se, pois, de uma tradição no âmbito do PPGE, com impacto acadêmico e social significativos.

Esses mecanismos proporcionados pela UFJF, com ou sem parceria com agências de fomento, se juntam aos financiamentos de pesquisa obtidos diretamente pelos docentes por meio da participação em editais de agências de fomento regionais ou nacionais. Todas essas políticas repercutem na taxa de 70% dos projetos desenvolvidos no PPGE com ao menos um tipo de financiamento. Os impactos dessa rede de investimentos são sentidos de múltiplas formas, que compreendem desde a ampliação da qualificação profissional até a qualidade das pesquisas realizadas e, consequentemente, do conhecimento produzido no campo da Educação.

Os desdobramentos da ampliação da qualificação profissional podem ser percebidos no aumento das chances de empregabilidade tanto na educação básica, como no ensino superior, na permanência no emprego (sobretudo na iniciativa privada), no aumento de salários e/ou benefícios decorrentes da formação, sobretudo para quem atua como servidor da Prefeitura de Juiz de Fora. Conforme apontado no Item 1.3, na Matriz FOFA do Programa, o plano de carreira da prefeitura de Juiz de Fora é extremamente convidativo para que profissionais da educação realizem formação continuada em nível de Mestrado e Doutorado. De acordo com a Lei Municipal 8718/1995 (APÊNDICE 29) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) – que dispõe sobre os novos quadros de cargos, vencimentos e gratificações dos Servidores Públicos Municipais, regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Juiz de Fora, de suas Autarquias e Fundações – em seu ANEXO I, os servidores municipais efetivos do Magistério receberão adicional por formação correspondente a 20% por especialização, 50% por Mestrado e 100% por Doutorado.

Além do incentivo à formação continuada de professores – notadamente por meio da pesquisa – que produz impacto acadêmico e social na medida em que os desdobramentos das pesquisas tendem a repercutir em processos de gestão e práticas pedagógicas inovadoras e mais eficientes e eficazes, esse plano de carreira produz impacto econômico na cidade, uma vez que aumenta sua renda per capita. Atualmente a PJF conta com 139 servidores, em funções de docência e gestão, que são discentes ou egressos do PPGE, sendo 39 na condição de discentes, e 100 na condição de egressos. Desses, 57 defenderam seus trabalhos entre 2021-2024. Esses dados revelam o quanto o Programa tem produzido impacto na educação da cidade por meio da formação crescente de recursos humanos altamente qualificados para atuação em sala de aula ou em cargos de gestão (supervisão, coordenação, direção) e da participação de docentes do

Programa no Fórum Municipal de Educação, mas também impacto econômico direto, resultante do aumento dos vencimentos.

Além do notório impacto econômico em Juiz de Fora, há de se considerar o impacto econômico produzido nas cidades para onde vão ou voltam as pessoas que realizam Mestrado e/ou Doutorado no PPGE. Afinal, a despeito de sua força regional, o Programa tem se expandido nacional e até internacionalmente. Ao longo do quadriênio, as pessoas que ingressaram nos processos seletivos vieram de 37 cidades, espalhadas por 8 estados, de 4 regiões do Brasil. De Minas Gerais, estado onde o PPGE se localiza, as cidades representadas são Juiz de Fora, Carangola, Congonhas, Viçosa, Divinópolis, Bias Fortes, São João Nepomuceno, Belo Horizonte, Cataguases, Prados, São João del-Rei, Barroso, Ervália, Barbacena, Leopoldina, Ribeirão das Neves, Jesuânia, Governador Valadares e Coronel Pacheco. Ainda no contexto da região sudeste, o Programa conta/contou com discentes dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Do território fluminense vieram pessoas de Rio das Flores, Volta Redonda, Três Rios, Santo Antônio de Pádua, Pinheiral, Petrópolis e Rio de Janeiro. Do território paulista, a cidade representada foi Guarulhos.

Esse escopo regional corresponde a mais de 90% dos ingressantes ao longo do quadriênio. No entanto, há de se destacar que outros cinco estados, de três regiões, também tiveram pessoas ingressando no PPGE: Maranhão, Bahia e Paraíba (Região Nordeste), Santa Catarina (Região Sul) e Pará (Região Norte). Além desses, três ingressantes oriundos do Continente Africano: um da Angola e dois de Guiné-Bissau; e um ingressante da Colômbia tomaram lugar como discentes do PPGE por meio dos processos seletivos regulares. Isso é demonstrativo do reconhecimento que o Programa tem em nível regional e em franca expansão para outras escalas.

Dado o caráter presencial dos cursos do PPGE, e que os discentes cursam disciplinas por pelo menos um ano, sublinha-se que a vinda dessas pessoas para Juiz de Fora também produz impacto econômico na cidade, dinamizando a economia e favorecendo a permanência ou o aumento de postos de trabalho, sobretudo no setor de serviços, que tem sido a vocação da cidade. O município se institui como um importante pólo universitário, que impacta os diferentes segmentos econômicos e, como o maior programa da UFJD, o PPGE apresenta relevante contribuição nesse movimento. Uma formação de qualidade desenvolvida no PPGE também permite que ao retornar a seus espaços de origem, esses profissionais contribuam para melhorias educacionais, concorrendo, portanto, para o enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais para além da sua própria localidade.

Por fim, interessa-nos destacar que o processo seletivo do PPGE não cobra taxa de inscrição, sendo totalmente gratuito. Entendemos que é uma ação política que repercute em maior democratização de acesso ao Programa por meio da não exclusão prévia de pessoas em condições socioeconômicas desfavorecidas.

Os dados aqui apresentados corroboram a força da Educação, e mais especificamente do PPGE, na dinâmica social e econômica de Juiz de Fora, e em pleno processo de expansão. Trata-se de um impacto econômico movido pela produção de conhecimento e formação de recursos humanos, reafirmando o caráter incontornável da defesa da articulação entre crescimento econômico, justiça social, democratização e presentificação do direito à educação como promoção da vida.

Impactos educacionais: entre o social e o cultural

Conforme demonstrado no Item 3.1, consideramos que interpelar o fenômeno educativo por meio do estudo das relações étnico-raciais e das questões de gênero e sexualidade, por exemplo, é inovação que produz impacto acadêmico, social e cultural por meio da educação, à medida que contribui para aumentar, de forma significativa, a legitimação de formas de ser e de habitar o mundo. Trata-se de avançar no enfrentamento de desigualdades sociais e educacionais, atravessadas por questões culturais.

Nesse sentido, alguns impactos situados na interface social/cultural podem ser percebidos a partir de trabalhos de conclusão que, para além de responderem a um problema de interesse acadêmico-científico, produziram valores agregados que repercutiram positiva e diretamente em grupos e/ou comunidades específicas, geralmente em situações de maior precariedade econômica e social. Nessa linha, destacam-se trabalhos que resultaram em contribuições para a construção do Projeto Político-Pedagógico de uma escola do campo; produção de materiais didáticos e de estratégias pedagógicas, com o apoio da família, para a realização de aulas de Matemática para uma criança autista no contexto pandêmico; conhecimentos voltados para a inclusão de alunos psicóticos e autistas na escola regular; argumentos para fazer convergirem a Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola; subsídios para a formação de capoeiristas educadoras para o trabalho com educação infantil; vivências do Slam (poesia falada, em perspectiva periférica) na escola; ações educativas de caráter emancipatório em feiras agroecológicas e em quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC); intervenções em territórios escolares e não escolares urbano-periféricos a partir de um modo de fazer arte-educação-urbana; proposta de articulação entre políticas públicas educacionais e políticas públicas de habitação e moradia; ações de extensão

voltadas para a promoção dos direitos à educação e à comunicação de mulheres lésbicas e bissexuais; iniciativas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior; experiências de articulação entre dança, educação física e práticas corporais em escolas da educação básica; implementação de projetos de agroecologia escolar; oficinas de letramento identitário por meio da literatura em comunidade quilombola; processos educativos em terreiros de Umbanda a partir da Arte.

Esses resultados, frutos de investigações, mas também de outras ações que envolvem extensão; encontros acadêmico-culturais no espaço urbano e rural, em escolas, e na universidade; múltiplos envolvimento institucionais (universidade, escola, movimentos sociais, movimentos sindicais) com participação de sujeitos posicionados em diversos lugares sociais, compõem um mosaico que explicita o compromisso do PPGE com a democracia radical.

Além desses movimentos, importa também destacar quatro ações que expressam profundo reconhecimento externo da relevância social/cultural de atividades desenvolvidas no âmbito do PPGE. Uma é a transformação da tese “A cidade em atos de memória”, de Antonio Carlos Siqueira Dutra, em espetáculo teatral. A peça “Fuxico”, produzida e dirigida pelo mesmo, teve exitosa temporada na cidade de Juiz de Fora em 2024, constituindo-se como um espetáculo multilinguagens que promoveu uma experiência intimista e sensível. A montagem reuniu no palco quatro artistas veteranos, em plena atividade e ávidos por se reinventarem, que se jogaram na experiência de reunir teatro, música e literatura, tendo como pano de fundo memórias individuais e coletivas, atravessadas pela cidade, costuradas com afeto e sensibilidade.

A segunda ação destacada é a seleção de dois filmes de curta-metragem, produzidos no contexto de elaboração da tese “Entre telas, janelas: experimentações e educação e cinema”, de Diogo José Bezerra dos Santos, para exibição em festivais. O primeiro, “Entre telas, janelas”, mostra uma professora/pesquisadora no período da pandemia, e foi selecionado para participar da Mostra Educação da 15º CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto. O outro filme, “Educação em Tempo de Pandemia”, foi selecionado para participar da 16º CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto. O filme mostra nuances da educação no período da pandemia de COVID-19. É um filme curta-metragem experimental, resultado de filmagem colaborativa, produzidas a partir dos dispositivos disparados pelo exercício de criação cinematográfica vivenciados no Fórum EntreAções, produzido no contexto de um Grupo de Pesquisa da FAGED. Destaca-se, ainda, que o CineOP firmou uma parceria com a TV Escola. Essa parceria visou difundir filmes de curta-metragem da Mostra Educação da 16ª CineOP – Mostra de

Cinema de Ouro Preto. Uma comissão da TV Escola, canal de educação voltado para professores, educadores e alunos, escolheu, entre os filmes selecionados, aqueles que mais se adequavam a grade de programação. O filme “Educação em Tempo de Pandemia” foi um dos escolhidos para integrar essa programação.

A terceira ação é a exposição “Pontos cantados, pontos riscados: um pensamento-desenho afro” apresentada na galeria Retratos-Relâmpago, do Museu de Arte Murilo Mendes (Mamm), em Juiz de Fora. Essa exposição, com a proposta de desconstrução da visão pejorativa que permeia as cantigas dos terreiros de Umbanda, visa escrever uma história que revisita os antepassados por intermédio da criação artística como conhecimento e direito humano. Trata-se de um desdobramento da dissertação intitulada “O terreiro de umbanda como lugar de aprendizagem e arte: macumba pictórica”, de Pedro Ivo Cipriano Inocêncio.

Em uma ação conjunta entre docentes da rede municipal, docentes do Colégio de Aplicação João XXIII e moradores da Comunidade Quilombola Colônia do Paiol e a partir de financiamento do Edital Quilombolagem da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) da Prefeitura de Juiz de Fora, docentes do Programa construiriam o Atlas Cultural da Comunidade Quilombola Colônia do Paiol, localizada em município adjacente ao PPGE. Esse documento se constituiu, não apenas como um significativo material sobre a vivência dos moradores dessa comunidade, bem como tem contribuído para o reconhecimento e criação oficial das fronteiras do quilombo, uma vez que não havia nem material que registrasse o território usado e vivenciado pelos habitantes desse espaço.

É, ainda, significativo marcar a atuação de docentes do Programa junto à comunidade de pessoas refugiadas em nosso município. Juiz de Fora já é a segunda cidade de Minas Gerais com o maior número de migrantes advindos de outros países, sobretudo do Sul Global, em especial da América Latina. Na busca pelo acolhimento dessas pessoas, incluindo bebês e crianças pequenas, o PPGE tem desenvolvido parceria com escolas municipais e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. As ações dessa parceria foram reconhecidas no ano de 2024, quando a Escola Municipal George Rodenbach ficou entre as 10 melhores iniciativas educativas do Prêmio Território do Instituto Tomie Otake.

Por fim, destaca-se o recebimento pelo Prof. Julvan Moreira da Medalha Comendador Henrique Halfed, ofertada pela Prefeitura de Juiz de Fora. Essa honraria tem como finalidade distinguir o cidadão que se notabilizar nos mais diversos campos da atividade humana por relevantes e comprovados serviços prestados à coletividade de Juiz de Fora. A Medalha simboliza o reconhecimento de Juiz de Fora a pessoas que se destacaram na defesa dos interesses culturais, sociais, econômicos, políticos e humanitários da cidade. Na mesma linha

de reconhecimento a professores que tenham prestado relevantes serviços ao Município de Juiz de Fora, mais especificamente na área da Educação, a Medalha do Mérito da Educação foi concedida aos professores Jader Janer e Hilda Linhares.

Puxando outro fio da relevância social/cultural do PPGE para a sociedade, tendo como eixo a Educação, destaca-se, agora, movimentos e resultados referentes à atuação da revista Educação em Foco. Trata-se de um periódico com 30 anos de existência, vinculado à FAGED e ao PPGE. Sua missão é estimular e divulgar a produção científica no campo da Educação, propondo interfaces de saberes com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, qualificando a pesquisa em Educação. Na última avaliação quadriênal a revista foi classificada pelo Qualis – CAPES como A3. Os produtos publicados pela Educação em Foco são em formato de artigo, ensaio e entrevistas, em fluxo contínuo, por meio de dossiês temáticos e volumes especiais. Para publicar na revista é possível até quatro autorias, sendo, pelo menos, uma com titulação de doutor.

Ao longo do quadriênio, a Educação em Foco publicou 615 produtos, sendo oito ensaios e 607 artigos. Considerando-se a distribuição geográfica por região dos autores nacionais, destaca-se que 146 pertencem à Região Sul, 245 à Região Sudeste, 48 à Região Centro-Oeste, 99 à Região Nordeste e 24 à Região Norte. O resultado aponta para uma importante representação de todas as regiões brasileiras. No entanto, aponta também para a necessidade de ampliar a representação das regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente, o que é um desafio geral, e não particular. É passível de grande destaque a participação significativa de autores estrangeiros. Ao longo do quadriênio foram 53 participações internacionais distribuídas por quase todos os continentes, como se pode observar: duas da Argentina, três da Colômbia, uma do México, quatro do Chile, uma do Paraguai, três dos Estados Unidos, seis da Espanha, sete da Itália, dez de Portugal, duas da Suíça, uma da Bélgica, duas da França, seis da Rússia, uma de Moçambique e quatro do Canadá. Isso mostra que o que se produz aqui está tendo visibilidade internacional, e que o que se produz lá tem circulado por aqui, em um efetivo intercâmbio científico, acadêmico e cultural.

Atividades colaborativas

As atividades colaborativas desenvolvidas ao longo do quadriênio são desdobramentos do entendimento de que se trata de movimentos dialéticos, e não de transferência de conhecimento ou tecnologia cujos lugares institucionais de origem e destino são definidos previamente. Trata-se, portanto, de apostar em movimentos dialógicos que fortalecem tanto o Programa como os múltiplos parceiros. Destaca-se que essas atividades foram de várias ordens:

desenvolvimento de estudos, pesquisas e outras ações em estágios de pós-doutoramento no Programa; parcerias de Grupos de Pesquisa com movimentos sociais, sindicais, outros coletivos e outros grupos de pesquisa; parceria interinstitucional para a oferta conjunta de disciplinas; participação de docentes do PPGE em outros PPG; manutenção e consolidação de periódicos acadêmico-científicos; cooperações internacionais.

i) Desenvolvimento de estudos, pesquisas e outras ações em nível de pós-doutoramento no Programa: Ao longo do quadriênio o PPGE recebeu 19 pessoas para realização de Estágio Pós-Doutoral, entre os que já estavam quando o quadriênio se iniciou e os que iniciaram no seu decorrer. Essas pessoas foram supervisionadas por 10 diferentes DP. Das 19 pessoas, cinco receberam algum tipo de bolsa para a realização do Estágio. Considerando a escala sócio geográfica do conjunto de pesquisadores em situação de estágio pós-doutoral, é possível afirmar que o PPGE vem cumprindo um importante papel na redução de assimetrias. Quatro não possuem vínculo empregatício, sete são docentes da escola básica, cinco atuam em universidades com condições menos aquinhoadas, e apenas três atuam em Universidades que se situam em contextos menos desfavoráveis.

No caso das pessoas sem vínculo empregatício, entende-se que a realização de estágio pós-doutoral contribui para a permanência na academia, ampliando as chances de inserção profissional, sobretudo no ensino superior. Em relação a docentes da escola básica, observa-se um movimento de ampliação do escopo dos objetos de investigação no contexto universitário, uma vez que as experiências escolares dessas pessoas comumente são transformadas em empiria, reafirmando a potência da parceria escola-universidade para o desenvolvimento educacional.

Por condições menos aquinhoadas, não nos referimos apenas ao que extrapola ao eixo sul-sudeste. O termo refere-se a outras condições menos favoráveis, se comparadas com esse espaço, mas também com as especificidades da própria cidade de Juiz de Fora, e do contexto latino-americano. Das cinco pessoas inseridas nessas condições, destaca-se que duas se situam em condições menos favoráveis em relação às condições da UFJF, de forma geral, e da cidade de Juiz de Fora, de forma particular. No caso da primeira, referimo-nos a uma pessoa que atua em universidade privada da cidade. No outro caso, o que pesa mais é a interiorização, afinal, trata-se de uma pessoa que atua no campus de Barbacena da Universidade Estadual de Minas Gerais. Há, também, dois casos associados a atuações em universidades de regiões menos favorecidas no Brasil: uma na Universidade Federal do Tocantins (Região Norte), e outra na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Região Nordeste). Por fim, na escala internacional,

considerando o protagonismo político-econômico do Brasil na América Latina, apontamos que uma pessoa atua na Universidad Nacional del Comahue, localizada na Argentina.

Além dos casos apresentados, uma pessoa oriunda da Universidade Federal Fluminense (no Rio de Janeiro), outra da Universidade Estadual de Londrina (no Paraná) e outra da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (em São Paulo) – todas situadas no Sul-Sudeste do Brasil também realizaram estágio pós-doutoral no PPGE. Em todas as formas sócio geográficas de participação em estágios de Pós-Doutorado houve contribuições para o Programa por meio de participação em grupos de pesquisa, ações de extensão, bancas de qualificação e de defesa, e até mesmo oferta de disciplinas do Programa em parceria com docentes permanentes (cinco ao longo do quadriênio), contribuindo para o objetivo do Programa de produzir conhecimentos no contexto da Educação Brasileira, relativos à gestão e às práticas educacionais, nas dimensões sociais, culturais e políticas; mas também promoveu avanços na formação, que se transformam em melhorias educacionais nos seus espaços de atuação, concorrendo para que o PPGE cumpra sua missão e, mais especificamente, o objetivo de qualificar o corpo docente dos sistemas de educação, especialmente em âmbito regional.

A procura do PPGE por parte de docentes externos, contribuem, ainda, para as ações de nucleação do programa a outras instituições, sobretudo, para aqueles oriundos de outros estabelecimentos de ensino superior, como é o caso dos já apontados anteriormente. Ao desenvolverem suas atividades junto aos nossos docentes e vivenciaram a experiência dos quase 30 anos de nosso programa de pós, esses pesquisadores, ao retornarem para suas instituições de origem, buscam implantar novas propostas de trabalhos que contribuem para a criação e fortalecimento de seus espaços de trabalho. Merece ser destacado que, entre os docentes que aqui chegaram, alguns deles são, também professores da pós-graduação em suas universidades e que tem produzido incorporações em suas rotinas, a partir das relações estabelecidas dentro do estágio pós-doutoral.

ii) Parcerias de Grupos de Pesquisa com movimentos sociais, sindicais, outros coletivos e outros grupos de pesquisa: Em relação aos movimentos sociais, trazemos como exemplos parcerias estabelecidas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e com a Associação MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico) com foco em educação ambiental em perspectiva agroecológica. Para além de desdobramentos em trabalhos de conclusão de curso de graduação, Mestrado e Doutorado, essa parceria tem permitido doar alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio de mutirões voluntários. Ainda no âmbito dos movimentos sociais, destaca-se a existência de parceria com o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR). Criado em

1999, luta contra as regulamentações das profissões, sobretudo, contra a Lei Federal 9.696/1998, que regulamenta a profissão de educação física e institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física. O Movimento compreende que a regulamentação da profissão parte de uma tese conformada ao atual cenário de precarização e fragmentação da classe trabalhadora. Dessa forma, atua na defesa da regulamentação do trabalho e defende docentes de educação física e de outras áreas tais como artes marciais, capoeira, dança, lutas e yoga contra as ingerências do sistema CONFED/CREFs, além de auxiliar no debate contra as regulamentações das profissões, tais como no caso da História e da Pedagogia.

Considerando a força das discussões sobre o Ensino Médio ao longo do quadriênio, destacam-se ações que movimentaram o Programa em diferentes escalas. Há parcerias com pesquisadores e grupos de pesquisa de diversas partes do país que se organizaram em torno do “Coletivo em defesa do Ensino Médio de qualidade”, que teve atuação expressiva no processo de demanda de revogação da reforma, proposição de emendas parlamentares, lobby político etc. Nessa mesma linha, sublinha-se a criação, no âmbito da FAGED, do Observatório do Ensino Médio – que visa promover e organizar ações que articulem o ensino e a pesquisa para aprofundar a relação entre Universidade e Escola Pública, com a participação de entidades sindicais, a partir do ensino médio e o fortalecimento da educação como direito social. Decorre dessa iniciativa, uma forte parceria com sindicatos de professores da educação básica, com vistas a defender os direitos da categoria que, de forma direta e/ou indireta, estavam sendo interpelados pela reforma do Ensino Médio.

Outra ação colaborativa que sinaliza efetivo intercâmbio acadêmico-científico é a participação expressiva de docentes do PPGE em grupos de pesquisa de outras IES, inclusive do exterior. Foram 15 os docentes que confirmaram essa participação, que tem se desdobrado em parcerias na organização de coletâneas e dossiês, na escrita de artigos e capítulos de livro, na realização de pesquisas em rede. Em relação às pessoas egressas, também foram observadas participações em Grupo de Pesquisa fora do PPGE, como destacado no item 1.4.

iii) Parceria interinstitucional para a oferta conjunta de disciplinas: Como destacado no item 1.1, no quadriênio houve a oferta de duas disciplinas interinstitucionais, evidenciando cooperação entre distintos programas de Pós-Graduação em Educação, e mesmo com programas de outras áreas, mas que possuem histórico de diálogo com o campo educacional, o que mostra mais uma forma de ação colaborativa no escopo do PPGE. A disciplina Tópicos Especiais em LCS: Currículo Cultural da Educação Física: Perspectivas Política, Epistemológica e Pedagógica, oferecida pelo Prof. Wilson Alviano, do PPGE, em parceria com os professores Marcos Neira (USP) e Mário Ferrari Nunes (UNICAMP) contou não apenas com

a participação de discentes dos Programas os quais cada docente está respectivamente vinculado. Tratou-se, portanto, de uma parceria que extrapolou esses limites e irradiou efeitos das pesquisas desenvolvidas nesses três espaços para as cinco regiões do país e para a Colômbia, pois a disciplina foi aberta para qualquer estudante de pós-graduação *stricto sensu* e contou com cerca de 150 pessoas inscritas. O sucesso dessa ação colaborativa resultou na decisão de ofertar essa disciplina bianualmente.

A disciplina Tópicos Especiais em LCS: Teoria da História e Educação (Pós)-Crítica: Questões Curriculares, oferecida pelo Prof. Marcus Bomfim, do PPGE, em parceria com a Prof^a. Juliana Andrade, da UFRPE, e com o Prof. Sebastián Plá, do Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación de la Universidad Nacional Autónoma de México, se traduz em uma parceria que tem resultado não apenas, embora muito importante, em intercâmbios acadêmicos e culturais entre os discentes dos três Programas, mas em participações em bancas, produções conjuntas e traduções de artigos do Prof. Sebastián para o português, consistindo em avanços teóricos para o campo educacional, e mais especificamente para o campo do Ensino de História.

iv) Participação de docentes do PPGE em outros programas de pós-graduação: Também no contexto de cooperação e solidariedade entre programas de Pós-Graduação, destaca-se que 22 docentes do PPGE atuam em 12 outros programas. Destes, seis são programas profissionais nas seguintes áreas: Gestão e Avaliação da Educação Pública, Educação Inclusiva, Ensino de Física, Ensino de História, Educação Matemática e Ensino de Sociologia. Outros três são programas acadêmicos em outras áreas do conhecimento, mas com interface notória com a área da Educação: Linguística, Música, e Humanidades, Direitos e outras Legitimidades. Por fim, três são programas de Educação em outras universidades, quais sejam: UNIRIO, UFF e UFOP.

No conjunto de programas profissionais, os de Ensino de Física, Ensino de História e Ensino de Sociologia são em rede. A participação de docentes do PPGE nesses programas aponta para a força de algumas áreas de “Ensino de” no Programa, além da solidariedade com programas cujo foco é a formação continuada para quem atua especificamente na educação básica e prioriza objetos de estudo decorrentes de sua prática profissional. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de romper com a relação entre teoria e prática em perspectiva binária, de produzir conhecimento a partir de demandas específicas de processos educativos e de gerar resultados das pesquisas em outros formatos. Destaca-se, também, que orientandos desses docentes vinculados aos outros programas participem das reuniões dos Grupos de Pesquisa, ampliando e fortalecendo a rede formativa.

Importante sublinhar que as participações no âmbito do Programa em Ensino de História se dão em polos que não são em Juiz de Fora, e em instituições situadas em espaços social e economicamente muito distintos: UFRJ e UERN. No primeiro caso, a participação na UFRJ se justifica pelo fato de o único polo desse Programa em Minas Gerais estar localizado na cidade de Uberlândia, distante quase 800 Km de Juiz de Fora, enquanto a cidade do Rio de Janeiro fica a 180 Km de Juiz de Fora. Isso faz com que muitos pesquisadores da cidade e da região, com perfil/desejo de investigação na modalidade profissional, optem por realizar a formação no Rio de Janeiro. No segundo caso, trata-se de um exemplo típico de solidariedade com programas situados em lugares menos aquinhoados. Especificamente, trata-se do semiárido nordestino.

Destaca-se, também, que a maioria das participações de docentes do PPGE em outros programas se dá no Programa de Pós-Graduação Profissional Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/UFJF). Trata-se de um programa cujo objetivo é proporcionar os conhecimentos, desenvolver as competências e habilidades, e promover as qualidades profissionais necessárias ao exercício eficiente dos novos papéis que são atribuídos ao gestor da educação pública. Por fim, ainda no contexto dos programas profissionais, sublinha-se que os demais dos quais participam docentes do PPGE (Ensino de Física e de Sociologia, e Educação Matemática), em rede ou não, estão situados em Juiz de Fora.

Os programas em Linguística, Música e Humanidades, Direitos e outras Legitimidades permitem diálogos muito potentes com o campo educacional, afinal, a interdisciplinaridade que caracteriza este campo exige fluxos dialéticos com áreas das chamadas “ciências de referências” das disciplinas escolares, assim como áreas com perfil mais voltado para as ciências sociais aplicadas, de uma forma geral. No caso específico das participações de docentes do PPGE nesses programas, a parceria estabelecida ajuda a fortalecer ainda mais as áreas de Ensino de Língua Portuguesa e Ensino de Música no PPGE, assim como a área de Ensino de Artes, de modo que essas áreas também são afetadas pelas demandas típicas da educação, sobretudo àquelas voltadas à formação humana integral e à justiça social. Destaca-se, também, que essas participações, nos casos dos programas de Música e de Humanidades, Direitos e outras Legitimidades só são possíveis devido ao uso das tecnologias de informação e comunicação, uma vez que são, respectivamente, em Brasília e São Paulo. O de Linguística situa-se em Juiz de Fora, na UFJF.

Em relação a presença de três docentes do PPGE em outros programas na área de Educação é necessário destacar que ocorrem em função de movimentos distintos no tempo e nos interesses. Contudo, um ponto de convergência é que se trata, nos três casos, de programas com conceitos 5 ou 6 na CAPES, superiores, portanto, ao conceito do PPGE. Nesse caso,

entendemos que essa participação é benéfica para o Programa na medida em que permite intercâmbio de procedimentos e reflexões para que o PPGE possa chegar ao conceito 5 na CAPES, como é sua meta.

v) Manutenção e consolidação de periódicos acadêmico-científicos: Outra dimensão de atividade colaborativa de docentes do PPGE diz respeito à produção de pareceres *ad hoc* para periódicos da área. Trata-se de uma atividade de notória relevância, haja vista a necessidade de divulgação dos resultados de pesquisas desenvolvidas na pós-graduação em periódicos científicos. Isso repercute tanto a necessidade de preservar a qualidade de periódicos já consolidados, como o desafio de consolidar outros periódicos.

O PPGE atuou nas duas frentes por meio de seus docentes. Foram emitidos, no quadriênio, pareceres para 134 periódicos distintos. Esse número significativo contempla os dois movimentos explicitados: manutenção e consolidação, pois as revistas que receberam os pareceres estão distribuídas da seguinte forma de acordo com a última avaliação: 30 para periódicos A1, 23 Qualis A2, 27 Qualis A3, 27 Qualis A4, dez Qualis B1, oito Qualis B2, três Qualis B3, quatro Qualis C e dois periódicos ainda sem Qualis.

vi) Cooperações internacionais: Fechamos essa seção sublinhando os projetos específicos de cooperação que resultaram em parcerias internacionais envolvendo a formação e a produção de conhecimento em Educação. No quadriênio as parcerias envolveram dois Acordos de Cotutela no doutorado, Programa de Doutorado Sanduíche Reverso (PDSR), Programa de Alianças para Educação e Capacitação (PAEC) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em cooperação com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e outras modalidades admitidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Os Acordos de Cotutela envolveram uma discente brasileira do PPGE que foi para a Universidade de Coimbra, em Portugal, e uma estudante francesa, do CY Cergy Paris Université, na França, que veio para a UFJF. Destaca-se que, no caso da discente francesa, ela chegou à UFJF por meio do PDSR. A relevância do intercâmbio acadêmico desenvolvido foi tão significativa que ela retornou à UFJF por meio do Acordo de Cotutela. Ainda no contexto do PDSR, vieram para a UFJF uma pessoa da Índia, uma pessoa do Benin e uma pessoa da Espanha. No âmbito do Programa da OEA, o PPGE recebeu uma estudante colombiana para realização de pesquisa de mestrado. Destaca-se, ainda, a vinda de mais uma estudante colombiana para a realização de disciplinas no doutorado.

Esses dados apontam para efetivas atividades colaborativas, com parcerias que expressam a solidariedade do Programa por meio da cooperação com o desenvolvimento de países do sul global, mas também com o reconhecimento da relevância das ações desenvolvidas

pelo Programa por parte de instituições situadas no norte global. Por fim, destaca-se que tanto em um como em outro caso, os projetos desenvolvidos por meio desses intercâmbios internacionais não prescindiram do diálogo com a educação brasileira, que singulariza a Área de Concentração do PPGE, por meio, sobretudo, de perspectivas de educação comparada, contribuindo, portanto, para avanços educacionais no Brasil e nos países dessas pessoas.

3.3) Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa

Todos os itens escritos até aqui evidenciam a identidade/vocação regional do PPGE. Essa opção abrange desde o recorte na Educação Brasileira, expressa em sua Área de Concentração, sua missão, seus objetivos e nos resultados e impactos de suas inserções sociais e acadêmicas, oriundas de questões que surgem nas fronteiras do programa com suas redes sócio-territoriais. Essa escolha pela regionalidade está intimamente ligada a própria história do programa que, como foi apontado no histórico, nasce a partir de uma forte demanda local, pela ausência de pós-graduação na modalidade *stricto sensu* nessa porção da federação brasileira. Os dados apresentados nos Itens 3.1 e 3.2 corroboram a opção política do Programa por essa escala prioritária de atuação.

Reconhecemos que nem sempre os movimentos da sociedade coincidem com os recortes oficiais estabelecidos pelas demarcações fronteiriças das organizações internas do estados-nações, por isso, ao assumirmos, aqui, o conceito de regionalidade, não estamos desconsiderando as fronteiras oficialmente estabelecidas, mas também as capilaridades e emergências que se gestam e que chegam como demandas ao programa. Entendemos que essa condição é fundante da historicidade humana e que não podem ser desconsideradas em um curso que assume tal área de concentração. Assim, é possível perceber que a priorização feita à dimensão regional, de forma alguma, tem inviabilizado ações com repercussão nacional e internacional, que se encontram em pleno processo de expansão, mas ainda não adquiriram *status* de objeto de política do Programa.

Visando reafirmar a pertinência e adequação da opção pela vocação regional pelo PPGE, organizamos esse texto em duas seções. Na primeira, intitulada de “Identidade regional e inserção social: produzindo uma política”, apresentaremos a política de inserção regional do PPGE, destacando as metas, ações e avaliações que a configuram como tal. Na segunda, intitulada como “Impactos acadêmico-sociais na dimensão regional”, deslocaremos o foco para ações produzidas no contexto do Programa que produzem efeitos potentes para o desenvolvimento educacional, econômico, cultural e social de Juiz de Fora e região.

Identidade regional e inserção social: produzindo uma política

A política de inserção social do PPGE, que corrobora sua identidade regional, se iniciou quando de sua criação com a definição do recorte em Educação Brasileira para

demarcar sua Área de Concentração. Todos os movimentos de atualização e revisão da missão e dos objetivos do Programa realizados ao longo do tempo reafirmaram sua vocação regional. O refinamento dessas questões, associado às ações que iam sendo desenvolvidas promoveu a construção de uma política de inserção social que: i) se estrutura a partir dos modos de organização da FAGED e do PPGE, sobretudo no que diz respeito aos Núcleos de Pesquisa e Extensão e aos Grupos de Pesquisa; ii) reconhece os limites e as possibilidades que sua localização socioespacial lhe conferem; iii) tem como premissas a democracia, a justiça social, os direitos humanos e a formação humana integral.

Tal como apresentado no Item 1.1, os Núcleos de Pesquisa e Extensão possuem protagonismo na organização da FAGED, sendo previstos no Regulamento Interno da unidade e com os respectivos coordenadores contando com assento em seu principal fórum decisório que é o Conselho de Unidade. Esse protagonismo aponta para o compromisso incontornável desta Faculdade com a extensão, percebida, simultaneamente, como fornecedora e beneficiária das atividades de pesquisa, o que lhe confere grande relevância e confirma seu vínculo com o Programa.

Em relação à localização socioespacial do PPGE, conforme observado nos Itens

3.1 e 3.2, sublinha-se que Juiz de Fora é a principal cidade da Zona da Mata Mineira, a quarta maior cidade arrecadadora do estado de Minas Gerais e tem fácil acesso do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte por estradas. Isso amplia seu leque de possibilidades de produção de impactos, uma vez que recebe pessoas de muitas localidades em função de seu fácil acesso e de sua estrutura em termos de acesso a serviços educacionais, médicos etc., conferindo-lhe, portanto, o status de cidade de médio porte. Destaca-se, ainda, o protagonismo da UFJF como um todo na cidade, pois ela administra muitos aparelhos culturais da cidade (museus, centros de memória, entre outros. Para mais detalhes, ver ANEXO 9), forma a maioria dos profissionais que atuam na saúde e na educação pública e privada, e estabelece parcerias de várias ordens com a prefeitura municipal. Inclusive, a atual prefeita da cidade, reeleita em 2024 após ser eleita em 2020, é ex-reitora da UFJF.

As premissas de democracia, justiça social, direitos humanos e de formação humana integral orientam todas as ações desenvolvidas no Programa; governam a formulação de todas as políticas; e sinalizam o compromisso do PPGE com uma educação que só faz sentido se assumir seu vínculo inexorável com dimensões axiológicas quedeseembocam no respeito à vida, à dignidade humana e garantem a legitimidade de múltiplas formas de ser e de habitar o mundo.

Considerando essas condições, a política de inserção social do PPGE se organiza por meio de metas, ações e avaliações relacionadas ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, que

estruturam a Universidade Pública, sendo, ainda, incorporado o eixo Gestão. Reconhecendo que no campo da Educação nem sempre é fácil definir as fronteiras de cada um desses eixos, assumimos que muitas ações realizadas no contexto dessa política borram essas fronteiras, o que não é percebido como um problema em si mesmo, afinal, o mais importante são os impactos produzidos na sociedade, de forma geral, e no campo educacional, de forma mais específica.

O eixo Ensino apresenta as seguintes metas: i) Parcerias com secretarias de educação para a formação continuada de profissionais da educação; ii) Formação inicial e continuada de professores, incluindo regiões menos aquinhoadas; iii) Participação em políticas institucionais de fomento à docência. Essas metas se traduziram em ações (que serão melhor exploradas na próxima seção) como cursos de formação para docentes da rede municipal de Juiz de Fora, atuação no Centro de Formação de Professores da PJF, atuação no curso de Pedagogia da UAB, criação do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva/PARFOR, entre outras.

O eixo Pesquisa apresenta como metas: i) existência de objetos de pesquisa que contribuam para a criação e/ou o aperfeiçoamento das políticas institucionais da UFJF e/ou da FAGED e/ou do PPGE; ii) priorização de objetos de pesquisa com foco nas escalas local, regional e nacional (Como mostrado no Item 3.1, foram muitas as pesquisas que contemplaram essas metas).

O eixo Extensão talvez seja o que evidencia de forma mais explícita a inserção social do Programa. Como dito, isso se deve, fundamentalmente, ao privilégio conferido a esse elemento na organização da FAGED. Suas metas se articulam a temáticas/eixos considerados incontornáveis para que o Programa possa cumprir sua missão e seus objetivos: i) relações com movimentos sociais e sindicais; ii) processos formativos para graduandos, pós-graduandos e profissionais da educação; iii) interdisciplinaridade e cultura; iv) diversidade, diferença, inclusão e direitos humanos; iv) relações com a escola básica. As ações, a serem exploradas na próxima seção, ocorreram por meio de cursos, projetos, programas e outros meios.

O eixo Gestão contempla metas relacionadas a: i) atuação em fóruns, conselhos e outros espaços estratégicos para a formulação de políticas educacionais; ii) atuação em espaços estratégicos para formulação de políticas públicas que tangenciam a educação;

iii) atuação em espaços consultivos e deliberativos da administração central da UFJF, de forma a lutar pelos interesses da área da Educação. As atuações se deram em múltiplos espaços, com impactos acadêmicos, sociais, culturais e econômicos relevantes, como será possível perceber mais adiante.

O cumprimento das metas é acompanhado por meio dos processos de avaliação e autoavaliação que foram apresentados no Item 1.4, e cujos resultados são objeto de análise,

discussões e eventuais modificações semestralmente, quando da realização dos Seminários Internos.

Impactos acadêmico-sociais na dimensão regional

O protagonismo do PPGE na aprovação da política de ações afirmativas da UFJF para a Pós-Graduação, e sua própria forma de acolher e implementar essa política merece ser destacada como ação de grande relevância para a produção de impactos educacionais, sociais, culturais, econômicos e políticos. As ações afirmativas se configuram como o principal símbolo da política de inserção regional do Programa, pairando acima, mas ao mesmo tempo vinculado, aos eixos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

Desde a reserva de 50% das vagas do processo seletivo para a Modalidade Cotas (MC), o PPGE vem trabalhando para que elas possam ser efetivamente ocupadas. Embora isso ainda não tenha ocorrido, os mecanismos utilizados até então têm garantido que o percentual de vagas ocupadas na MC tem sido maior do que o percentual de pessoas que se inscrevem nesta modalidade. A taxa média de inscrições na MC ao longo do quadriênio foi de 19,65%, e a taxa média de ingressantes na MC foi de 25,5%. Embora a ocupação de 50% das vagas dos processos seletivos ainda seja um desafio, a proporção maior de ocupação, se comparada a de pessoas que se inscrevem nessa modalidade, aponta tanto para a eficácia de estratégias adotadas, como para a necessidade de buscar outras estratégias com o intuito de ocupar integralmente as vagas na MC. A principal estratégia adotada, como detalhado no Item 1.3, é o Coeficiente de Classificação, a partir do qual garante-se que todas as pessoas inscritas na MC e que foram aprovadas em todas as fases do processo seletivo sejam classificadas, ainda que já tenham sido esgotadas as condições de orientação dos docentes indicados como possível orientador por essas pessoas. Trata-se, portanto, de uma priorização clara e efetiva das pessoas aprovadas MC para a realização da classificação.

É preciso destacar, no entanto, que o percentual de pessoas ingressantes na MC não necessariamente coincide com o número de pessoas que se autodeclararam inseridas no conjunto de grupos para o qual há reserva de vaga, como mostrado no Item 1.4. Ou seja, há pessoas que se enquadram nas condições para concorrer às vagas da MC, mas, por alguma razão, optam por concorrer às vagas de ampla concorrência (AC). Esse dado evidencia a complexidade que envolve tanto a adoção de ações afirmativas, como as possibilidades de sua efetivação, reafirmando a necessidade de ampliar as estratégias.

Nessa linha de busca de outras estratégias para caminhar na direção da ocupação integral das vagas reservadas, conforme mostrado anteriormente e no Item 1.3, o Programa teve

aprovado o projeto de extensão em articulação com a pesquisa, com verba oriunda do PROEXT-PG/CAPES, “Formação Pré-Acadêmica: Ações Afirmativas na Pós-graduação”, no qual estão inscritas 60 pessoas entre negros, afroindígenas, quilombolas e trans interessadas em ingressar na pós-graduação da UFJF. Esperamos que essa ação, aliada a outras que serão realizadas, produza avanços que possam ser destacados no relatório de 2029.

Interessa-nos, no entanto, perscrutar os movimentos das pessoas cotistas no PPGE. Afinal, é preciso enfrentar duas lutas articuladas: ingresso e permanência. Considerando as dinâmicas diferentes entre os cursos de Mestrado e Doutorado, optamos por apresentar os dados de forma separada entre esses cursos, para melhor visualização dos resultados e dos efeitos das medidas tomadas pelo Programa tendo como foco a permanência de ingressantes pela MC.

No escopo do Mestrado, foram 32 ingressantes na MC (16 em 2021, quatro em 2022, nove em 2023 e três em 2024). As turmas de 2021 e 2022 contam com 20 ingressantes na MC. Desses, 14 já concluíram o curso, três estão em período de prorrogação do prazo de defesa e outros três discentes dentro do prazo regular de defesa (aqueles que tiveram licença ou trancamento descontados do prazo de 24 meses para a defesa). Considerando esse universo, temos uma taxa de conclusão de 70%, 15% de discentes em prazo de prorrogação do prazo de defesa, e outros 15%, no prazo regular de defesa. Os nove cotistas ingressantes da turma de 2023 estão em prazo regular de defesa, e os três ingressantes da turma de 2024 estão em momento de cumprimento dos créditos obrigatórios de disciplinas. Destaca-se, ainda, que os cotistas concluintes do Mestrado perfizeram um prazo médio de conclusão de 26,7 meses, ligeiramente acima do prazo regular de 24 meses.

No escopo do Doutorado, foram 20 ingressantes na MC (cinco em 2021, três em 2022, quatro em 2023 e oito em 2024). Considerando o prazo recomendado de 48 meses para a realização do curso, até o fim de 2024 não era esperado que qualquer defesa tenha sido realizada. Os oito doutorandos cotistas ingressantes nas turmas de 2021 e 2022 já realizaram pelo menos um Exame de Qualificação. Os ingressantes pela MC nas turmas 2023 e 2024 encontram-se cursando disciplinas. Neste quadriênio, portanto, 100% dos ingressantes na MC estão em prazo regular de defesa e cumprindo com o que se espera deles.

Para fins de comparação com as pessoas que ingressaram no programa na AC no Mestrado nas turmas de 2021 e 2022, enquanto o percentual de concluintes na MC foi 70%, na AC foi 72%; enquanto 15% dos ingressantes por MC estão em situação de prorrogação de prazo, 13% dos ingressantes por AC apresentam-se nessa condição; enquanto na MC 15% ainda se encontram em prazo regular de defesa, na AC a taxa é de 6%. Por fim, não houve desistentes dentre os ingressantes na MC, enquanto houve 9% de desligamentos a pedido na AC.

Sublinha-se que tanto no Mestrado como no Doutorado não houve qualquer desligamento de ingressantes na MC. Esse dado é muito relevante e aponta para a eficácia das ações desenvolvidas pelo Programa para efetivar sua política de ações afirmativas. Além do acolhimento sensível para todas as pessoas que ingressam no Programa (aula inaugural, reunião de apresentação do Programa, roda de conversa com discentes não ingressantes, como mostrado no Item 1.4), o que contribui para criar identificação e sentimento de pertencimento junto ao Programa – o PPGE, como mostrado no Item 1.3, decidiu priorizar as pessoas ingressantes na MC na distribuição de suas bolsas (APÊNDICE 5), incluindo-se as de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Ainda que essa mudança na política de distribuição de bolsas tenha ocorrido apenas em 2023, os dados produzidos no contexto da política de acompanhamento de cotistas apontam que a cobertura de bolsas de ingressantes cotistas é significativamente maior do que a cobertura de bolsas dos ingressantes na AC. No Mestrado, o índice apresentou a seguinte evolução: 44% dos cotistas ingressantes em 2021 foram ou são bolsistas; 67% dos cotistas ingressantes em 2022, 2023 e 2024 foram ou são bolsistas. Já no Doutorado, o índice apresentou a seguinte evolução: 100% dos cotistas ingressantes em 2021 foram ou são bolsistas; 67% dos cotistas ingressantes em 2022 foram ou são bolsistas; 50% dos cotistas ingressantes em 2023 e 2024 foram ou são bolsistas. Face o exposto, consideramos que a distribuição de bolsas tendo os cotistas como prioridade se mostra como um eficiente mecanismo de permanência dos discentes que ingressam no Programa pela MC. Assim, todos os dados aqui apresentados evidenciam a pertinência, a eficácia e a eficiência das ações afirmativas realizadas pelo PPGE, comprovando o êxito da política que organiza essas ações, assim como apontam para a necessidade de contínuo aprimoramento. Os dados mostram também a assertividade do Programa em assumir a reparação histórica e a busca de justiça social como princípios para a sua missão e os seus objetivos.

Apresentados os dados sobre as ações afirmativas, que abrangem e extrapolam os eixos que organizam a política de inserção social do PPGE, passamos a apresentar as ações produzidas no contexto de cada um desses eixos que contou com a participação de docentes do PPGE em posições de protagonismo, mobilizando a estrutura de núcleos, grupos e redes que envolvem a Pós-Graduação.

No Eixo “Ensino”, em relação à meta “Parcerias com secretarias de educação para a formação continuada de profissionais da educação”, são exemplos de ações realizadas: curso de Formação de professores da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos por meio de parceria com o Centro de Formação de Professores da PJF;

Formação Continuada: a docência com bebês e crianças na creche. Trata-se da criação de um espaço de formação para as professoras da creche Virginia Fávaro Noceli, com o objetivo de refletir sobre as práticas pedagógicas com bebês e crianças; os cursos “Desenvolvimento de bebês e crianças na Perspectiva Histórico- Cultural” e “A documentação Pedagógica na Educação Infantil” para todos os coordenadores de Creches do Município; Ambos os cursos foram produzidos em resposta a situação de emergência planetária e em especial da América Latina e do Sul Global, que tornou o Brasil e o município de Juiz de Fora um local de chegada de migrantes.

Algumas das ações realizadas no contexto da meta “Formação inicial e continuada de professores, incluindo regiões menos aquinhoadas” foram: “LEEI - Leitura e escrita na educação infantil”: Trata-se de um projeto de formação de professores da educação infantil – um curso de aperfeiçoamento – para o trabalho com a leitura e a escrita. O projeto é desenvolvido em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A formação é ofertada na modalidade a distância, por meio da plataforma Moodle de ensino a distância. O projeto atende a aproximadamente 400 professores dos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Matias Barbosa; “Curso de especialização Relações de gênero e sexualidades: perspectivas interdisciplinares”: curso presencial coordenado por docentes do PPGE que contou com a participação de docentes dos PPG das áreas de Serviço Social e Direito, de modo a destacar contribuições de várias áreas do conhecimento parliclar com as relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea; interiorização da formação inicial por meio do curso de Pedagogia EAD pela Universidade Aberta do Brasil, que possui polos ativos nas seguintes cidades: Andrelândia, Barroso, Bicas, Cataguases, Durandé, Governador Valadares, Itabira, Itamonte, Lagoa Santa, Monte Sião, Santa Rita de Caldas e Varginha; e criação do curso, no âmbito da FAGED, de Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, que integra o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Trata-se de ações com foco no ensino e que ampliam os impactos acadêmicos, sociais, culturais e econômicos em Juiz de Fora e região.

Na meta “Participação em políticas institucionais de fomento à docência”, docentes do PPGE coordenaram e participaram dos programas Residência Docente – em parceria com o Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF – e PIBID - desenvolvidos em parceria com o Colégio João XXIII e outras escolas públicas das redes municipal e estadual na cidade de Juiz de Fora. O Projeto Residência Docente é uma iniciativa da UFJF que visa aprimorar a formação do professor da Educação Básica iniciante, oferecendo um programa de formação destinada a licenciados, formados em até três anos da data de matrícula no programa.

Nesse projeto, é firmado um Termo de compromisso entre o residente e a Universidade, que estabelecerá que as atividades do residente deverão ser cumpridas em regime de dedicação exclusiva à residência, sendo vedado o desenvolvimento de outras atividades profissionais e acúmulo de bolsas no período de realização da mesma na Residência Docente. Destacam-se dois elementos que evidenciam o compromisso político da UFJF com a formação docente, contando com participação efetiva do PPGE. O primeiro diz respeito ao valor da bolsa. Ele é idêntico ao valor da residência médica. O segundo, é que os recursos para o pagamento das bolsas advêm do orçamento da própria UFJF. Esses dados apontam, também, para um impacto econômico na cidade, afinal, trata-se de alguém recém-formado recebendo uma bolsa de valor relevante para os padrões da área educacional. A formação propiciada pelo projeto abrange, necessariamente, ações nas áreas de docência, de setores administrativos-pedagógicos e de produção acadêmica e a elaboração de um Trabalho de Formação Docente ao final do curso.

Ao longo do quadriênio o Projeto Residência Docente contou com a Coordenação de três docentes do PPGE, o que demonstra a relevância do trabalho desenvolvido por esses docentes na articulação dos eixos que conformam a política de inserção regional do Programa, uma vez que o cargo de coordenação geral do Projeto não é cativo para docentes do PPGE. Além disso, outros seis docentes atuaram em atividades do projeto, que até aqui já financiou mais de 25 docentes da educação básica em diversas áreas disciplinares.

No contexto do PIBID, oito docentes do PPGE estiveram na coordenação de projetos nas áreas de Letras, Pedagogia (com foco nos anos iniciais), e de Ciências Sociais/História, oferecido de forma interdisciplinar, além da coordenação geral no âmbito da UFJF. Tanto o Residência Docente como o PIBID articulam formação inicial de professores agregando conhecimento teóricos, práticos e produção de pesquisa, formação continuada/em serviço de professores da educação básica que atuam na rede pública, e melhoria das atividades e práticas docentes que produzem efeitos na aprendizagem dos estudantes das escolas que participam do projeto, que se concentram na cidade de Juiz de Fora.

Ao longo do Item 3.1 foram detalhadas ações que caracterizam o eixo “Pesquisa” em sua dimensão de inserção social com interface com a identidade regional. Pesquisas desenvolvidas em nível de Mestrado e de Doutorado produziram investigações sobre relações étnico-raciais nos cursos de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia e Química da própria UFJF; analisaram cursos de aperfeiçoamento/atualização oferecidos pela FAGED em parceria com a PJJ, assim como cursos de Especialização oferecidos pela UFJF; problematizaram os modos de funcionamento de políticas como o PIBID e o Residência Docente no âmbito da UFJF; e interpelaram a política da UFJF de ingresso em seus cursos de graduação. Ainda que

possam resvalar em outras escalas, essas pesquisas ressoam, fundamentalmente, na abrangência da cidade de Juiz de Fora e região, isto é, mais diretamente na vida de quem compõe ou deseja compor a comunidade da UFJF de forma mais ampla, cumprindo, pois, com a meta de existência de objetos de pesquisa que contribuam para a criação e/ou o aperfeiçoamento das políticas institucionais da UFJF e/ou da FAGED e/ou do PPGE.

Para além dessas pesquisas que produziram subsídios para aperfeiçoamentos de políticas institucionais da UFJF, destaca-se que, considerando títulos, resumos e palavras-chaves das 110 dissertações e 64 teses defendidas entre 2021 e 2024, quase 80% fazem referência a uma abrangência espacial. Destas, 67% focam em questões de Juiz de Fora, cerca de 10% em questões regionais, 19% em questões nacionais, e quase 4% em questões internacionais em diálogo com questões nacionais. Esses dados evidenciam o privilégio conferido pelas pesquisas desenvolvidas no Programa à sua inserção social, corroborando sua vocação regional. Trata-se, pois, do cumprimento da meta priorização de objetos de pesquisa com foco nas escalas local, regional e nacional, articulada ao eixo “Pesquisa”, da política de inserção regional do PPGE.

No eixo “Extensão”, os docentes do PPGE e as pessoas que compõem seus Grupos de Pesquisa realizaram ações de várias ordens. A meta de tecer relações com movimentos sociais e sindicais, como demonstrado no Item 3.2, foi cumprida com êxito. Em seu contexto, são alguns dos exemplos de ações/projetos/programas/cursos desenvolvidos: o “Observatório do Ensino Médio”, que promoveu assessoria a sindicatos e escolas interessados em aprofundar a reflexão e ação crítica sobre o ensino médio; o projeto “Percursos agroecológicos e plantio solidário: quando professores/as e agricultores/as se encontram”, reforçou a parceria com o projeto Plantio Solidário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que agrega trabalhadores, professores, agricultores em plantio de alimentos pela via da agroecologia para doar a quem tem fome. Tal plantio ocorre no Assentamento Dênis Gonçalves do MST em Goianá/MG e vem agregando um coletivo grande pessoas, além da parceria com a Associação Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO); e o projeto “Narrativas, saberes e modos de vida de produtores agroecológicos e carroceiros: unindo campo e cidade em materiais educativos”, se propõe, junto a tais parceiros, pensar nos caminhos de construção de uma educação ambiental por meio de materiais educativos, em que a defesa intransigente da vida e da justiça ambiental, só se faz possível a partir da atenção à multidão interligada de modos viventes. Um minidocumentário sobre narrativas de produtores e carroceiros está sendo finalizado e será possível de ser utilizado por tais sujeitos em ambientes diversos de sua atuação formativa e também por professores/as em ambiente escolar.

Exemplos relacionados à meta processos formativos para graduandos, pós- graduandos e profissionais da educação, também podem ser observados: o projeto “Rolê Sociológicos: visitando o ensino médio” tem o objetivo de desenvolver atividades de apoio e fomento ao ensino de Sociologia no ensino médio no âmbito de duas escolas estaduais de educação de tempo integral do estado de Minas Gerais, situadas no município de Juiz de Fora; O projeto “A Ciência que Fazemos: divulgação científica envolvendo universidade e educação básica” promove palestras para o público jovem com o objetivo de aproximar o cientista dos estudantes das escolas de ensino médio da cidade, de modo a desconstruir a imagem de que a ciência produzida pelos pesquisadores da universidade seria uma prática hermética, altamente abstrata e que, portanto, não estaria presente no cotidiano das pessoas. Além disso, o projeto pretende demonstrar que a possibilidade de os estudantes virem a se tornar um pesquisador não é algo tão distante de suas possibilidades atuais; O projeto “Ações de formação na/para/com a Educação de Jovens e Adultos” teve como objetivo contribuir com o desenvolvimento de ações voltadas à formação permanente dos profissionais que atuam na EJA. Nesse bojo, na edição de 2024, em especial, a intenção foi realizar encontros formativos remotos voltados em problematizar os processos de construção curricular na modalidade, face os desafios postos pelas políticas educacionais, como o Novo Ensino Médio, a BNCC e as diretrizes específicas que tangem a EJA. Para tal contou com a participação de educadoras e pesquisadoras com larga experiências na EJA atuantes nos municípios de Queimados (RJ), Belford Roxo (RJ), Rio de Janeiro e Porto Alegre. Outros dois cursos de extensão voltados às comunidades escolares para lidar com as crianças migrantes/refugiadas foram oferecidos por docentes do PPGE: “Infâncias Migrantes e Refugiadas” e “Acolhimento de crianças migrantes e refugiadas: reflexões a respeito da prática”.

A meta relacionada à “interdisciplinaridade e cultura” no contexto do eixo “Extensão” foi contemplada por meio de ações como o projeto de extensão “Ampliando os Horizontes: o Solo, a Vida e a Arte”, com o objetivo de promover a integração entre saberes científicos e culturais. Esse projeto teve como foco a conscientização sobre a importância dos solos para a vida e a sustentabilidade, abordando suas relações com a arte e as práticas culturais. As ações do projeto foram realizadas em escolas públicas de Juiz de Fora e incluíram oficinas educativas, e atividades de sensibilização. Entre os temas trabalhados, destacaram-se: a importância dos solos para a produção de alimentos e para a preservação ambiental, a valorização dos saberes populares sobre o manejo do solo, e a conexão entre o solo e as expressões artísticas, como a utilização de pigmentos naturais e a literatura. As atividades envolveram públicos diversos, promovendo a integração entre diferentes gerações e criando espaços de diálogo entre saberes

científicos e populares; o “Festival Internacional de Música Brasileira e Música Antiga”, do Centro Cultural Pró- Música da UFJF, é um evento de extensão que envolve artistas e professores de renome internacional, proporcionando aos estudantes e à comunidade um enriquecimento ímpar em sua formação. O festival tem uma importante ação de formação de público, constituindo-se como importante ferramenta de educação musical; o “Curso de Formação inicial e continuada em danças e culturas populares” teve como foco suprir a demanda de formação docente, em especial para professores de Educação Física, para atenderem na área de dança junto ao processo de contratação da PJF. Por outro lado, possibilitou a formação de graduandos, pós-graduandos e comunidade externa à UFJF.

Outra meta desse eixo, a “relacionada a diversidade, diferença, inclusão e direitos humanos”, interpela questões que são fortes no contexto do PPGE e que contaram também com a presença dos professores visitantes, enriquecendo ainda mais essas dimensões que produzem muitos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos significativos. Alguns exemplos nessa linha são: o “INCLUIR” - projeto de extensão que fomentava a discussão entre graduandos e profissionais da educação básica em busca de estratégias para a inclusão de estudantes com deficiência; o projeto “Morar no mundo: geografias dos cuidados”, que permitiu desenvolver encontros (pelo menos mensais), com professores das escolas municipais e estaduais que acolhem estudantes migrantes/refugiados em Juiz de Fora. Os encontros incluíram, além dos docentes e equipe de gestão da instituição, as famílias dos estudantes migrantes/refugiados, fortalecendo a relação entre a universidade, a comunidade migrante da cidade (do fluxo migratório mais recente) e as escolas públicas; a realização de palestras e outras atividades (Férias de Direitos Humanos; tradução de material informativo; vídeo-foros etc), em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Prefeitura de Juiz de Fora destinadas à população migrante/refugiada da cidade. Estudantes, professores, professores visitantes, pós- doutorandos e/ou pesquisadores do PPGE (e de outras universidades, como a UFF, por exemplo) participaram dessas atividades. Os eixos de trabalho foram: direitos humanos; sistema de proteção social no Brasil (CRAS, CREA, SUS etc); cidade solidária etc; o projeto “Encontro: Tecnologias de informação e comunicação a serviço do fortalecimento da rede de ações intersetoriais voltadas à população em situação de rua de Juiz de Fora” teve como foco o trabalho com população de rua em um projeto multiprofissional financiado por emenda parlamentar na UFJF. Houve a oportunidade de conhecer e escutar a população de rua para o desenvolvimento de um aplicativo que auxilia a população em geral a localizar os serviços para a população de rua; O projeto “Encontros Temáticos da Comunidade Negra” é pioneiro porque envolve professores que trabalham com a

temática do negro em diversas áreas: Matemática, Física, Educação, Artes, Filosofia e História. O objetivo é criar um diálogo com encontros em escolas da rede básica de Juiz de Fora. Isso mostra também, além da discussão da consciência negra, a importância de dialogar com os estudantes do ensino médio, principalmente negros, pensando no ingresso deles na Universidade; e os encontros on-line realizados pelo projeto “Relações entre universidade e comunidade em tempos de pandemia: formação para as questões de gênero, sexualidade e educação nos 10 anos do grupo GESED”, que teve como objetivo ressignificar as produções do GESED, assim como apresentar para a comunidade em geral o que já foi produzido no interior do grupo no que diz respeito às discussões de gênero, sexualidade e educação, tangenciando os currículos, a cultura visual, a interseccionalidade raça e gênero, dentre outras. O procedimento de utilização das lives, como meio de divulgação e discussão, pode ampliar esse público, uma vez que está aberto a participação de pessoas com outros interesses e de outras localidades para além de Juiz de Fora.

Por fim, a meta “relações com a escola básica” foi cumprida por meio de ações como a criação do “Repositório de Jogos Pedagógicos sobre o Mundo do Trabalho”, que produziu, reuniu e promoveu a circulação de jogos que, possuindo finalidade formativa, problematizam a relação entre trabalho e educação na perspectiva crítica para serem usados por docentes e discentes no ensino médio; a realização do projeto de extensão “O desenvolvimento profissional do professor que ensina matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental”, que teve impacto para os participantes – docentes atuantes em Juiz de Fora – na medida em que puderam discutir e refletir sobre sua formação, sobre como se tornaram professores e também sobre metodologias e conteúdos matemáticos; e o projeto de extensão “Contribuição à construção do Projeto Político-Pedagógico: um caminho para o fortalecimento da democratização da escola pública”, que desenvolveu um processo de acompanhamento de escolas públicas municipais de Juiz de Fora, interessadas em construir seus projetos político pedagógicos. Considera-se a construção coletiva, deliberada e propositiva do projeto político pedagógico como estratégia central na perspectiva do fortalecimento da democratização da escola pública. Os objetivos foram: contribuir para a construção do projeto político-pedagógico como expressão da gestão democrática da escola pública; constituir a perspectiva coletiva, participativa e deliberativa a partir de um processo que envolve a concepção, a implementação e a avaliação do projeto político-pedagógico; desenvolver o processo de construção do projeto político pedagógico com base em uma articulação teórico-prática fundamentada nos princípios da autonomia institucional, da participação decisória, da descentralização do poder e da qualidade de ensino da escola pública; reforçar o significado do projeto político-pedagógico como uma proposta

unitária que articule teoria e prática no âmbito da educação escolar pública. O projeto atendeu diretamente três escolas municipais de Juiz de Fora.

Todas essas ações extensionistas reafirmam a vocação regional do PPGE, e seu compromisso com a democracia, a justiça social e os direitos humanos por meio da educação. Finalizando essa seção, exploramos o eixo “Gestão”. No que diz respeito à meta de “atuação em fóruns, conselhos e outros espaços estratégicos para a formulação de políticas educacionais”, reafirma-se o dado detalhado no Item 3.2 de que cinco docentes do Programa atuam no Fórum Municipal de Educação, além de uma participação no Fórum Mineiro de EJA e no Fórum Mineiro de Formação de Professores, a participação de um docente em conselho gestor de fundação de apoio, participação de três docentes na coordenação pedagógica do PNLD nas áreas de Matemática, História e Arte, além da atuação de quatro docentes como avaliadores no PNLD, atuação de um docente na Avaliação de Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES, e atuação de uma docente como consultora da UNESCO para o MEC. Todos esses espaços reverberam conhecimentos e modos de funcionamento que revelam disputas por sentidos de educação, de forma que ocupá-los denota relevância e influência nos rumos educacionais da cidade, da região e mesmo do país. A título de exemplo, apontamos que a participação de docente do Programa na Coordenação do PNLD de Arte resultou na implantação de um critério que exige equilíbrio na abordagem das quatro linguagens artísticas que são integradas nos Livros de Arte – um dos problemas frequentemente ressaltados nas pesquisas do campo.

Além da educação propriamente dita, há áreas parceiras que conformam a identidade multi/inter/transdisciplinar da educação. Nesse sentido, a meta de “atuação em espaços estratégicos para formulação de políticas públicas que tangenciam a educação” foi cumprida por meio da participação de docente do Programa em conselho curador de centros culturais e centros de memória da cidade de Juiz de Fora, da atuação de docentes do Programa na Secretaria Especial de Direitos Humanos da PJJF, no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR/JF) e na participação de uma professora na elaboração e escrita do Plano Municipal da Primeira Infância, da PJJF.

A meta de “atuação em espaços consultivos e deliberativos da administração central da UFJF, de forma a lutar pelos interesses da área da Educação” também foi cumprida por meio de variadas ações. Como demonstrado nos Itens 1.2 e 3.1, muitos docentes do PPGE atuaram e atuam em cargos da administração central da UFJF, contribuindo, pois, para afirmar os interesses do campo educacional nas políticas institucionais, assim como as premissas que presidem o modo de organização e funcionamento do PPGE. Vale destacar que a Pró-Reitoria

de Graduação é ocupada por docentes do PPGE há 6 anos, o Núcleo de Apoio à Inclusão foi coordenado por docentes do PPGE por 3 anos, e que o PISM – vestibular próprio da UFJF, e que, portanto, produz altos impactos na cidade e região, que é de responsabilidade da COPESE – possui a coordenação pedagógica de várias áreas, assim como a participação na elaboração das questões de todas as áreas disciplinares sendo realizadas por docentes do PPGE. Ademais, a própria COPESE já foi gerida por docente do PPGE.

Por fim, ainda que não possa ser definida como uma meta, em função da absoluta impossibilidade de controle sobre os resultados, destaca-se que a inserção social do Programa, via gestão, se dá também por meio da atuação de discentes e egressos do PPGE como secretários de educação. A Secretária de Educação da PJF entre 2021 e 2024 é discente do PPGE, assim como uma egressa do mestrado é Secretária de Educação da cidade de Goianá (MG).

Tudo isso reafirma a forte inserção social do PPGE, com significativos efeitos sociais, acadêmicos, culturais, políticos e econômicos, sobretudo em caráter regional, no cumprimento de sua missão e de seus objetivos.

A página institucional do PPGE situa-se no endereço <https://www2.ufjf.br/ppge/>. Sua configuração atual é recente, tendo sido resultante de uma política institucional estabelecida no quadriênio anterior, quando houve a alteração e atualização de todo o sistema de gestão de dados e informações públicas da UFJF. O novo layout foi confeccionado em uma parceria do Centro de Gestão de Conhecimento Organizacional e Diretoria de Imagem Institucional e aprovado pela Administração Superior da UFJF. Trata-se de um sistema que, ainda que tenha alguns limites de recursos, apresenta uma preocupação forte com a acessibilidade, seguindo o modelo do Governo Federal. Com isso, o site do PPGE prioriza a transparência, legibilidade, facilidade de acesso à informação e a disponibilização de todas as teses e dissertações do Programa por meio do repositório institucional da UFJF. O site é organizado e gerenciado por uma equipe responsável pelos cuidados com a visibilidade do Programa (o que inclui a manutenção e dinamização de redes sociais). Essa equipe é formada por docentes, discente e técnico administrativo.

ANEXO I

INDICADOR

2.1.2. Porcentagem de trabalhos de conclusão que resultaram em publicação de artigos qualificados de B4 a A1, livros ou capítulos de livros, diretamente vinculados à dissertação/tese.

Com vistas à avaliação do indicador mencionado, o PPG deve preencher o quadro a seguir, incluindo linhas na proporção do número de alunos titulados entre 2021 e 2023.

A produção vinculada ao trabalho de conclusão deve ser realizada no quadriênio e deve ter vínculo direto com o trabalho de conclusão mencionado. Deve-se anexar este quadro gravado em PDF ao relatório quadrienal do PPG, na plataforma Sucupira.

Nome do Titulado	Título do Trabalho de Conclusão	Nível (M/D)	Ano da Defesa	Descrição do/s produto/s vinculado/s
ANDRES DAVID PINTO HURTADO	¿Qué matemática acontece en el aula de Cálculo Diferencial? Error y producción matemática	M	2021	ANDRES DAVID PINTO HURTADO. Análisis y Clasificación de Errores Cometidos por Alumnos de Cálculo Diferencial en Relación al Concepto de Derivada. PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, v. 14, p. 1-20, 2021.
CAIO CEZAR PIRACIABA DE BRITO	O corpo na Educação: a unidade corpo-mente nos processos educativos	M	2021	BRITO, Caio Cezar Piraciaba de. O PAPEL DO CORPO NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: A RELAÇÃO CORPO/ MENTE NA ESCOLA. A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 3. 1ed.: Atena Editora, 2020, v. 3, p. 177-187.
DEBORAH CRISTINA KELLER DIEGUES	Formação continuada de professoras e professores de educação física da rede municipal de Juiz de Fora/MG: olhares para a prática pedagógica e os espaços formativos	M	2021	DIÉGUES, D. C. K.. A Perspectiva Do Letramento Na Educação Física Escolar E Possibilidades Para Formação Docente. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 7, p. 158-168, 2020.
ELIANE RODRIGUES DE CASTRO	Tem que comer o que dá sangue?: saberes tradicionais e práticas culturais no cuidar e educar de crianças quilombolas	M	2021	CASTRO, E. R.. "Tem que comer o que dá sangue". Saberes tradicionais e práticas culturais no cuidar e educar de crianças quilombolas.. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 174p .
ELIZA KELLY GROSMAN AMORIM	'Vamos ficar lá no quintal': sentidos produzidos por uma coordenadora de creche sobre o espaço externo	M	2021	AMORIM, Eliza Kelly Grosman; LOPES, Jader. J. M. . Desterramentos: por um ato humanamente amoroso. X Círculo Rodas de Conversa. VII Encontro de Estudos Bakhtinianos. 1. ed. Florianópolis: Pedro & João Editores, 2024.

EUNICE APARECIDA SAMPAIO DE OLIVEIRA	Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença – RJ	M	2021	OLIVEIRA, E. A. S.; MOREN, M. M. G. ; SOUZA, L. V. ; ANTONIO, R. F. Estudos sobre a Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola. Cleyson de Moraes MELO, C.M.; ALMEIDA NETO, J.R.M.; PETRILLO, R. P. (orgs). Educação que transforma. Editora Processo. Rio de Janeiro, 2022. p 179-195.
FERNANDA DE OLIVEIRA	Corpos que... dançam na escola: um diálogo com Paulo Freire	M	2021	COSTA, Márcia Rodrigues da ; OLIVEIRA, F. ; CHAVES, Ana Paula D. . AS RESPIGADORAS ? A IMAGEM COMO DOCUMENTO E COMO EXPRESSÃO. In: Coordenadores: Aida Carvajal, Alice Fátima Martins e Regilene Sarzi. (Org.). A arte na contemporaneidade. 1ªed.: , 2024, v. , p. 271-289.
GIOVANA RABITE CALLIAN	As dimensões do trabalho docente na perspectiva dos estudantes egressos do Pibid – Letras/Língua Portuguesa	M	2021	GARCIA-REIS, ANDREIA REZENDE ; CALLIAN, GIOVANA RABITE . trabalho docente de uma professora supervisora do PIBID - Língua Portuguesa na perspectiva dos licenciandos. LINGUAGEM EM FOCO, v. 13, p. 139-161, 2021.
LUISA BITENCOURT MARTINS	Em busca das lésbicas na produção acadêmica: gênero, feminismos e Ensino Superior	M	2021	MARTINS, LUISA B.. Acesso e permanência de lésbicas na universidade em porto alegre e região metropolitana: considerações sobre raça, classe e lesbofobia. In: Bárbara Elcimar dos Reis Alves; Felipe Bruno Martins Fernandes. (Org.). Pensamento Lésbico Contemporâneo: decolonialidade, memória, família, educação, política e arte. 1ed.Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021, v. 1, p. 341-358.
MARIANA BRASIL GALVAO	Representações Sociais de Alunos do Ensino Médio de Escolas Públicas Sobre a Universidade	M	2021	MAGRONE, EDUARDO ; BRASIL GALVÃO, MARIANA . Acesso à universidade pública. EDUCAÇÃO EM FOCO (JUIZ DE FORA), v. 29, p. e29036, 2024.
MICHELE PRISCILA GONCALVES DOS SANTOS	Dá um like e se inscreve no canal!': problematizando discursos de gêneros e sexualidades em vídeos do youtuber Felipe Neto	M	2021	Santos, Michele Priscila Gonçalves dos; CASTRO, RONEY POLATO DE. Censura, homofobia, reorientação sexual: pedagogias dos vídeos do youtuber Felipe Neto. REBEH-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 07, p. 1-28-28, 2024.
MIRIAM FERNANDA COSTA	Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras da educação básica em contexto de pandemia	M	2021	GARCIA-REIS, A. R. ; COSTA, MÍRIAM FERNANDA . Trabalho docente e seus conflitos em tempos de pandemia. QUAESTIO: REVISTA DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO, v. 25, p. e023036, 2023.
PAULA JENEVAIN GRAZINOLI	Ajudei a difundir muito a ginástica. E depois, por si, ela criou asas e voou livre": o professor Ítalo Paschoal Luiz e	M	2021	GRAZINOLI, P. J.. Percursos da ginástica em Juiz de Fora: início do século XX até meados da década de 1980. Recorde - Revista de História do Esporte, v. 15, p. 1-16-16, 2022.

	as práticas corporais em Juiz de Fora			
RAQUEL RINCO DUTRA PEREIRA	Resiliência nos modos de ser e estar de estudantes de Cursos de Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora	M	2021	MONTEIRO, S. S. ; PEREIRA, R. R. D. ; FERNANDES, R. F. S. ; FONSECA, J. F. ; LIMA, G. R. ; KREUTZFELD, L. D. ; ANTUNES, N. S. ; ROCHA, S. M. . Construção de Ações de Educação em saúde no Ensino Superior. In: Dennis Soares. (Org.). EDUCAÇÃO EM SAÚDE: AVANÇOS, MÍDIAS DIGITAIS E DESAFIOS DO SÉCULO XXI. 1ed.Santa Maria- RS: Arco Editores, 2021, v. , p. 25-36.
SAMUEL MOREIRA DE ARAUJO	Trajetórias escolares de homens trans: da Educação Básica ao Ensino Superior	M	2021	ARAÚJO, S. M.; FRANCO, N. . Transexualidade masculina na educação: o estado da arte da produção teórica brasileira. RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 29, p. 1-31, 2021.
TAMIRES CRISTINA DOS REIS CARLOS ALVIM	TECENDO RELAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DE PODER E CUIDADO: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS DE UMA CRECHE CONVENIADA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG	M	2021	SANTOS, NÚBIA APARECIDA SCHAPE; ALVIM, TAMIRES CRISTINA DOS REIS CARLOS ; DE SOUZA, LÍDIA MARA . Aproximações teóricas entre Foucault e Bakhtin para o trabalho com os bebês e crianças pequenas na creche. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v. 15, p. 5326-5339, 2023.
ADRIANA FERNANDES DO CARMO	Transtorno do Espectro Autista e Matemática: mediações para o ensino e aprendizagem nos anos iniciais durante a pandemia	M	2022	SIQUEIRA, J. S. ; CARMO, A. F. . Memórias pandêmicas: (re)significando contextos. In: Reginaldo Fernando Carneiro; Cristhiane Carneiro Cunha Flôr. (Org.). Memórias, histórias e reflexões sobre a educação e a vida: educar em ciências e matemática durante a pandemia. 1ed.Curitiba PR: Appris, 2021, v. 1, p. 13-179.
KEYLLA AMELIA DARES SILVEIRA	KEYLLA AMELIA DARES SILVEIRA	M	2022	SILVEIRA, KEYLLA AMÉLIA DARES; ALVIANO JÚNIOR, WILSON . Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento. PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO), v. 17, p. 1-21, 2022.
LUCIANA DA COSTA NETTO	Somos tão jovens...': o significado atribuído, pela juventude, aos processos de escolarização da EJA no município mineiro de Juiz de Fora	M	2022	COSTA NETTO, L.; RODRIGUES, R. L. . Educação e Sociedade: desafios do Brasil contemporâneo. 1. ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2024. v. 1. 196p
SABRINA MUNCK DO NASCIMENTO	'Professora, por que você demorou tanto?' Vivências pelo	M	2022	NASCIMENTO, Sabrina Munck do. Professora, por que você demorou tanto? Vivências pelo mundo borrado da Covid-19.. 1. ed. São Carlos- São Paulo: Pedro & João Editores, 2024. v. 50. 329p .

	mundo borrado da Covid-19			
SARAH MENEZES ROCHA	Sentir, Pensar, Agir e (Trans)formar: tessituras sensíveis na docência	M	2022	MONTEIRO, S. S. ; FONSECA, J. F. ; LIMA, G. R. ; KREUTZFELD, L. D. ; ANTUNES, N. S. ; PEREIRA, R. R. D. ; FERNANDES, R. F. S. ; ROCHA, S. M. . CONSTRUÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENSINO SUPERIOR. In: Dennis Soares. (Org.). EDUCAÇÃO EM SAÚDE: AVANÇOS, MÍDIAS DIGITAIS E DESAFIOS DO SÉCULO XXI. 1ed.Santa Maria: Arco Editores, 2021, v. 1, p. 25-36 Editora Arco Editores
SILVANIA DE SOUZA ANDRADE	'Vocês estão me ensinando a ler': reflexões sobre os sentidos atribuídos por professoras a um curso de formação de mediadores de leitura	M	2022	NOBRE, LUCIANE APARECIDA ; OLIVEIRA, SANDRA ALVES DE ; SOUZA ANDRADE, Silvania de . Defesa da educação escolar como direito social em contraponto à educação domiciliar. Formação (ONLINE), v. 29, p. N1-N11, 2022.
AMANDA CRISTINA SILVA MACHADO	O Silêncio, agora, é a convivência – uma análise da produção escrita de Maria Lacerda de Moura sob um contexto político autoritário	M	2023	MACHADO, Carla Silva ; MACHADO, A. C. S. . Políticas e Poéticas Audiovisuais: diálogos sobre Cinema e Educação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023
ANNELISE GOMES DE PAIVA	Saberes docentes e histórias de vida de professores/as de danças de salão de Juiz de Fora - MG	M	2023	Franco, Neil ; SOUZA, BEATRIZ GOMES DE ; PAIVA, ANNELISE GOMES DE ; OLIVEIRA, ANDERSON JOSÉ DE . Vamos dançar? Danças de salão, educação física e educação. Cadernos de pesquisa, v. 29, p. 451-480, 2022.
BEATRIZ GOMES DE SOUZA	As Escolas Reunidas Pestalozzi na cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1955 e 1979	M	2023	NASCIMENTO, R. R. ; SOUZA, B. G. ; FRANCO, N. . Deficiências e Educação Física: o contexto escolar em foco. Educação e Realidade Edição eletrônica, v. 47, p. 1-21, 2022.
BIANCA DAMASCENO DE OLIVEIRA	Práticas físico-esportivas e saúde no Instagram: um discurso retórico do corpo super-humano sob a perspectiva foucaultian	M	2023	DAMASCENO DE OLIVEIRA, BIANCA; ARAÚJO CRESCENCIO, FERNANDO ; FRANCO PEREIRA DE ALMEIDA, NEIL . Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil: produções científicas sobre corpo, corporeidade e Educação Física. PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO: REVISTA DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, v. 9, p. 74-90, 2022.
CAROLINA NUNES DINIZ	A Educação das Relações Étnico-Raciais e a Sociologia Escolar no Novo Ensino Médio: reflexões a partir da pesquisa-ação	M	2023	ANTUNES, Katiúscia Cristina Vargas; DINIZ, C. N. . A Educação das Relações Étnico-Raciais e a Sociologia Escolar: perspectivas de uma pesquisa ação na periferia de Belo Horizonte. SÉRIE-ESTUDOS (UCDB), v. 29, p. 5-25, 2024.

CRISTINA DE MENEZES SCHITTINI	Quando quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais semeiam educabilidades e sujeitos ecológicos	M	2023	SCHITTINI, CRISTINA DE MENEZES; COSENZA, ANGÉLICA . Quintais com PANC: espaços produtores de educabilidade?. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (IMPRESSO), v. 18, p. 242-259, 2023.
DAVID LENIS DAMACENO DE CASTRO	Educação Ambiental na EJA e a complexidade da crise climática	M	2023	CASTRO, D. L. D. ; GALLARDO MILANÉS, OLGA ALICIA . Educação ambiental na EJA e a complexidade da crise climática. https://doi.org/10.36225/tekopora.v10iEspecial.217 , v. 9, p. 55-65, 2024.
ENEIDA CORREA DE SOUZA CAMPOS	De educando/a da EJA a docência: a formação docente como objeto de transformação social	M	2023	CAMPOS, E. C. S. ; SOUZA, E. C. . Vivendo e aprendendo com e sobre as narrativas. In: Rita de Cássia Reis, Reginaldo Fernando Carneiro. (Org.). Narrando vidas e construindo saberes: vivências na pesquisa narrativa em Educação e na formação de professores. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, v. 1, p. 115-127
ERIKA VARGAS DE SOUZA BARROS	NARRATIVAS DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS: AS EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE EM CIÊNCIAS	M	2023	BARROS, E. V. S.. Memórias de uma professora que ensina Ciências nos anos iniciais. In: Rita de Cássia Reis, Reginaldo Fernando Carneiro. (Org.). Narrando vidas e construindo saberes: vivências na pesquisa narrativa em Educação e na formação de professores. 1ºed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2023, v. v. 1, p. 42-54.
FERNANDA ROCHA VANDANEZI ALVIM	Quando um Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico se une: educabilidades nos discursos de produtores/as e consumidores/as	M	2023	VANDANEZI, F. R.; WERNECK, B. M. ; REIS, E. dos . Reflexões Sobre Possibilidades de Feiras Agroecológicas Enquanto Práxis Educativa. In: Angélica Cosenza; Camila Neves; Emanuelle dos Reis. (Org.). Agroecologia escolar: quando professores/as e agricultores/as se encontram. 1ed.Rio das Ostras: Nupem, 2021, v. 1, p. 158-184
FERNANDO ARAUJO CRESCENCIO	Docência em ginástica na Educação Física: significação na educação básica	M	2023	NASCIMENTO, R. R. ; CRESCENCIO, F. A. ; FRANCO, N. . Deficiências, educação e educação física: interfaces em dimensões sociais e culturais sobre inclusão. Arquivos em movimento (UFRJ. ONLINE), v. 20, p. 280, 2024.
FRANCISCA DAS CHAGAS VIANA VALE DOS SANTOS	Colaboradores da seção Meu Jornal da Revista O Tico-Tico: forjando um ideal de criança (1935-1940)	M	2023	SANTOS, F. C. V. V.; NEVES, S. O. . jogos e brincadeiras como instrumentos de apoio para alfabetização. Revista Cadernos para o Professor, v. 1, p. 119, 2024
GABRIEL DA COSTA DURIGUETTO	A educação para alunos psicóticos e autistas à luz da psicanálise	M	2023	COSTA DURIGUETTO, GABRIEL; ARAUJO, R. C. . Autism-Pathology and Psychoanalysis. American Journal of Biomedical Science & Research, v. ., p. 515-516, 2021.
HELOISA FELICIANO DE	Práticas Curriculares em alfabetização na	M	2023	ALVES, H. F. A.. práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos (eja): uma análise sob a

ALMEIDA ALVES	educação de jovens e adultos nos diversos tempos da pandemia de covid-19: um estudo na escola Dr. Geraldo Moutinho – CEM			perspectiva das abordagens teóricas críticas de currículo. 10. ed. Campina Grande/PB.: Realize, 2024. v. 3. 15p .
JACQUELINE APARECIDA DOS SANTOS GUEDES	O trabalho docente no ensino de escrita do texto dissertativo-argumentativo	M	2023	Guedes, J. A. S. P.. A Relação dos Alunos com Escrita e Leitura: reflexões sobre os letramentos. Revista Práticas de Linguagem, v. 12, p. 1-152, 2023.
JOAQUIM JUNIOR DA SILVA CASTRO	Práticas de oralidade acadêmicas e profissionais na formação e no trabalho do professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II e Médio	M	2023	CASTRO, J. J. S.; OLIVEIRA, D. A. J. . O trabalho com gêneros orais em contexto acadêmico: o que dizem os estudantes de Letras de uma universidade federal?. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 40, p. 1-23, 2024.
JULIANA BANDEIRA JAMES	O lugar da literatura no contexto da creche: no meio do caminho a palavra	M	2023	JAMES, J. B.. Kadu, o menino que não queria crescer. 1. ed. Juiz de Fora: Editora Paratexto, 2023. v. 600. 28p .
LARA CASARIM LEITE	Eu não acho o meu corpo feio, mas eu acho que falta': os discursos de beleza e o cotidiano de meninas estudantes dentro e fora do ambiente escolar	M	2023	BASTOS, Felipe ; CASARIM, L. L. . "Pra mim foi uma coisa revolucionária": atravessamentos de gêneros e sexualidades com base em experiências escolares. In: Anderson Ferrari; Roney Polato de Castro. (Org.). Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: dez anos do Gesed. 1ed.Curitiba: Appris, 2023, v. , p. 145-160.
LAURA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	Quem Fala De Noiz É Noiz: Vivências Do Slam Na Escola	M	2023	CONCEIÇÃO, LAURA; MOREIRA MENDES, TARCÍSIO ; CLARETO, SÔNIA MARIA . -Quem fala de noiz é noiz--Whe talk about us-. CERRADOS, v. 33, p. 147-157, 2024.
LEANDRO DAMASCENO KREUTZFELD	Valores Existenciais e Sentidos de Vida de Estudantes de cursos de Licenciatura	M	2023	KREUTZFELD, L. D.; MONTEIRO, S. S. ; PEREIRA, R. R. D. ; FERNANDES, R. F. S. ; FONSECA, J. F. ; LIMA, G. R. ; ANTUNES, N. S. ; ROCHA, S. M. . Construção de ações de educação em saúde no ensino superior. In: Dennis Soares. (Org.). Construção de ações de educação em saúde no ensino superior. 1ed.Santa Maria - RS: Arco Editores, 2021, v. , p. 25-36.
LUAN PEDRETTI DE CASTRO FERREIRA	'Mas, professora, o segurança e o policial são negros também!': narrativas docentes sobre o tema da escravidão no ensino de História em Juiz de Fora (MG)	M	2023	Capítulos de livros publicados FERREIRA, L. P. C.. Memória da escravidão e ensino de História local: práticas docentes com relação à presença negra. In: Ana Cristina Juvenal da Cruz; Angela Scalabrin Coutinho; Fernando Pocahy. (Org.). Saberes plurais na educação: diversidade e diferença como práticas de liberdade. 1ed.Manaus: EDUA, 2021, v. 1, p. 1-444.
MARLÚCIA CORRÊA SOARES	Percepções das professoras do município de Juiz de	M	2023	ARAUJO, V. C. ; SOARES, M. C. ; AMORIM, E. K. G. . O Curso Leitura e Escrita na Educação Infantil: As tecituras de uma política de formação de professoras no

	Fora que participaram do curso Leitura e Escrita na Educação Infantil 2021/2022 sobre suas práticas com a linguagem oral, leitura e escrita e as condições institucionais em que se dão essas práticas			município de Juiz de Fora/MG. In: Paula Almeida de Castro; Mônica de Carvalho Teixeira. (Org.). Formação de Professores. 10ed.Campina Grande/ PB: Realize eventos, 2024, v. 3, p. 640-653.
PEDRO IVO CIPRIANO INOCÊNCIO	O terreiro de umbanda como lugar de aprendizagem e arte: macumba pictórica	M	2023	INOCÊNCIO, P. I.. Pontos cantados do espaço poético-político do Terreiro de Umbanda em espaço de educação. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online), v. 237, p. 69-83, 2022.
RICARDO VICENTE DA CUNHA JÚNIOR	O texto na aula de história e a formação do leitor no ensino fundamental	M	2023	CUNHA JÚNIOR, R. V.; VIDEIRA NETO, E. . Educar para a descontinuidade histórica: reflexões a partir da Base Nacional Comum Curricular. In: Arnaldo Pinto Junior; Felipe Dias Oliveira da Silva/ André Victor Cavalcanti Seal. (Org.). Ensino de História no plural: experiências curriculares, materiais didáticos e práticas docentes. 1ed.Recife: Edupe, 2023, v. 1, p. 89-.
RODRIGO RIBEIRO NASCIMENTO	Histórias e trajetórias formativas e profissionais de professores de Educação Física surdos	M	2023	NASCIMENTO, RODRIGO RIBEIRO; FRANCO, N. . O Professor de Educação Física Surdo: Uma Revisão de Literatura. Educação,Cultura e Sociedade, v. 14, p. 95-106, 2024.
SAMARA SOUZA SILVEIRA	Gênero, Sexualidade, Feminismos e Ensino de História: um trabalho feito na encruzilhada	M	2023	SILVEIRA, S. S.; SILVA, B. M. ; FERRARI, ANDERSON . Por Um Ensino De História Feminista. Educação em Foco, v. 26, p. 1-17, 2021.
SORAIA LOURES LINS RIBEIRO DE SÁ	Tecendo saberes com a literatura: estratégias de leitura e formação do leitor	M	2023	SÁ, S. L. L. R.; MICARELLO, H. A. L. S. . Tecendo Saberes Com A Literatura: Estratégias De Leitura E Formação Do Leitor Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental. In: Andreina de Melo Louveira Arteman; Emanuela Carla Medeiros de Queiros; Renata Junqueira de Souza. (Org.). Educação Literária em movimento: estratégias de leitura. .ed.Ouro Preto: Editora Educação Literária, 2024, v. , p. 115-126.
VINÍCIUS RANGEL DOS SANTOS	Das fotografias às memórias: a Secretaria de Educação de Juiz de Fora e os fragmentos da educação municipal (1967-1974)	M	2023	SANTOS, A. P. ; FONSECA, T. S. M.; SANTOS, V. R. . Diálogos entre o Gesed e os artefatos culturais: percursos que se cruzam. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. (Org.). Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação: dez anos do Gesed. 1ed.Curitiba: Appris, 2023, v. 1, p. 249-264.
CARLA DE OLIVEIRA ROMAO	Do protagonismo à liderança: trajetórias de jovens mulheres em tempos de	D	2021	ROMÃO, C. O.. E não sou eu uma mulher? Sobre ser mulher negra. TEMPORALIDADES, v. 14, p. 38-53, 2023.

	democracia e de golpe			
ELISIANA FRIZZONI CANDIAN	Isto E Aquilo: a cultura hacker como outro mundo possível para a conscientização ativista na educação	D	2021	BRUNO, A. R. ; CANDIAN, E. F. ; PESCE, L. . Educação Aberta e conscientização ativista: Ubuntu, rumo às práticas decoloniais. REVISTA COCAR (ONLINE), v. 20, p. 1-21, 2024.
ERIKA TIEMI ANABUKI	Eficácia escolar das escolas da rede federal de educação profissional: análise dos fatores intra e extraescolares associados ao desempenho dos estudantes e fluxo escolar	D	2021	ANABUKI, ERIKA TIEMI; SOARES, T.M . Eficácia escolar das instituições federais de educação profissional. Estudos em avaliação educacional (IMPRESSO), v. 34, p. 1-28-28, 2023.
FABIANA RODRIGUES DE ALMEIDA	A anatomia de uma interdição: narrativas, apagamentos e silenciamentos na construção da BNCC de História	D	2021	ALMEIDA, F. R.; MIRANDA, S.R. . Conectando tempos: sobre sensibilidades e construção de conhecimento nas aulas de História.. In: Marcelo Abreu; Nara Rubia Cunha. (Org.). (Org.). Fazer e pensar a História na sala de aula: autoria, formação e produção do conhecimento histórico. 1ed.Vitória: Milfontes, 2021, v. 1, p. 91-114.
GILZE FREITAS BARA	O eu, o nós e os outros no(s) telejornalismo(s): diálogos bakhtinianos no ensino do jornalismo televisivo	D	2021	BARA, G. F.. O diálogo entre telejornalismo e audiência: uma realidade ou um devir?. Interin (UTP), v. 26, p. 26-43, 2021.
JANAINA SARA LAWALL	A casa ou a escola? Estudo sobre a relação entre o direito à moradia e o direito à educação escolar no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora/MG	D	2021	MARTINS, R. S. ; FRAGA, P. C. P. ; LAWALL, J. S. ; COSTA, A. P. . Violência Sexual contra estudantes do sexo feminino no campus universitário: O caso de uma universidade brasileira. Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, v. 27, p. 99-123, 2021.
MARIA PAULA PINTO DOS SANTOS BELCAVELLO	Potência do falso: fio a fabu(r)lar formações	D	2021	BELCAVELLO, M. P. P. S.; ROTONDO, M. A. S. . Em experimentação, facetas dos cristal das docências: a potência do falso em processos formativos. HIPÁTIA - REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA, v. 9, p. 177-191, 2024.
MARIA RITA NEVES RAMOS	Maternagem e cuidado como desejo de democracia: educação infantil em perspectiva feminista	D	2021	Ramos, Maria Rita Neves; AUAD, D. . Por uma leitura feminista da Educação Infantil com vistas à democracia. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 14, p. 394-407, 2021.
TARCISIO MOREIRA MENDES	Esquizeeducação II aplicada à educação: performance e contracolonialismo	D	2021	OLIVEIRA, L. C. ; MENDES, T. M. ; CLARETO, S. M. . “Quem fala de noiz é noiz” Slam na escola, a voz que conta nossa história. CERRADOS, v. 33, p. 147-157, 2024.

THIAGO BARRETO MACIEL	Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em educação física (Resolução nº06/18): as forças sociais hegemônicas na condução dos rumos da formação	D	2021	MACIEL, THIAGO BARRETO; NOZAKI, HAJIME TAKEUCHI . A tomada do aparelho político de Estado pelos privatistas. LECTURAS EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES, v. 29, p. 2-15, 2024.
CAMILA DOS PASSOS ROSENO	Trajetórias de professoras lésbicas na educação básica: saberes docentes como resistências	D	2022	ROSENO, CAMILA DOS PASSOS; AUAD, DANIELA . Professoras Lésbicas Na Educação Básica: saberes docentes como resistência. OLH@RES - REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UNIFESP, v. v.12, p. 1-19, 2024.
CAMILA NEVES SILVA	Nos caminhos de Lund: significações sobre paleontologia e educação ambiental	D	2022	SILVA, CAMILA NEVES; COSENZA, ANGÉLICA . Paleontology And Environmental Justice: Making Connections Through Political Ecology. AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE), v. 24, p. 1-18, 2021.
JANE MARIA BRAGA	Uma dezena de coisinhas à toa que fazem a gente gostar de matemática': do direito de aprendizagem do PNAIC ao direito de aprendizagem da docência			SILVA, J. M. B.; SEVERINO, D. L. . PNAIC e PNA em análise: dos avanços aos retrocessos da alfabetização matemática no Brasil. Revista sergipana de matemática e educação matemática, v. 7, p. 39-62, 2022.
NAISE VALERIA GUIMARAES NEVES	Tomada de consciência sobre a prática docente e a formação inicial na Educação Infantil: com a voz, as professoras licenciadas em Educação Infantil na UFV!			NEVES, N. V. G.; LADEIRA, P. D. ; MONTEIRO, A. L. C. ; GUSMAO, C. B. ; CORDEIRO, E. A. ; ALVES, J. M. . O Programa Criança Feliz e as diversidades das infâncias brasileiras. 1. ed. Viçosa: livro eletrônico, 2022. v. 1. 128p
SABRINA FERNANDES PEREIRA LOPES	Educação, comunicação e extensão: Cine Sapatão e Roda LesBiTrans como estratégias de socialização e transgressão de mulheres lésbicas	D	2022	LOPES, SABRINA FERNANDES PEREIRA; TAVARES, MARIANA RIBEIRO DA SILVA . Ensino de roteiro para animação: desafios e estratégias na prática docente. Revista geminis, v. 14, p. 168-191, 2023.
SIMONE DE ALMEIDA EVANGELISTA	A Educação Integral e as dinâmicas da Escola da Ponte	D	2022	VAZ REBELO, PIEDADE ; BIDARRA, GRAÇA ; COSTA, CONCEIÇÃO ; Evangelista, Simone de Almeida ; SANTOS, VANDA ; THIEL, OLIVER . Heads-on, hands-on, hearts-on: educators perceptions on vidukids contributions to integral education. INFAD (BARCELONA), v. 2, p. 351-358, 2022.

ADRIANA APARECIDA DA SILVA	Capacidades docentes de professores de Física em formação continuada	D	2023	SILVA, A.; MAGALHAES, T. G. . Gêneros Orais Em Contexto Acadêmico: Práticas Comuns Em Disciplinas Da Graduação. Estudos Decoloniais e Multiletramentos: Diálogos em Evidência na Sociedade Contemporânea. 1aed.Campinas: Mercado de Letras, 2023, v. 1, p. 223-256.
ALAN WILLIAN DE JESUS	Caminhos de liberdade no bairro São Benedito: um convite à releitura do pensamento de Morin	D	2023	JESUS, ALAN WILLIAN DE; MARQUES, Luciana Pacheco . O que pode a vidaconhecimento na educação? Tempos e complexidade pela via de Edgar Morin. REVISTA EDUCAÇÃO & EMANCIPAÇÃO, v. 15, p. 166-192, 2022.
ANA CAROLINA GUEDES MATTOS	Docências engajadas na perspectiva da educação aberta: curadorias digitais e materiais pedagógicos nos processos (trans)formativos na Educação Básica	D	2023	MATTOS, Ana Carolina G.; DUQUE, L. S. . Refletindo Sobre Corpo, Educação E Tecnologias Digitais. In: Marina Teixeira Mendes de Souza Costa e Patrícia Dario El-moor Hadjab. (Org.). Corpo: Assinatura da vida. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2022, v. 1, p. 128-139.
APOLÔNIA DE JERUSALÉM FERREIRA SILVA	Movimentos de formação docente: relações de gênero e sexualidades em cursos de Licenciatura em Pedagogia de três instituições federais mineiras	D	2023	DE JERUSALÉM FERREIRA SILVA, APOLÔNIA; DE CASTRO, RONEY POLATO . Formação nas relações de gênero e sexualidades em cursos de pedagogia dialogando com perspectivas foucaultianas. Revista diversidade e educação, v. 10, p. 70-95, 2023.
BÁRBARA ROMEIKA RODRIGUES MARQUES	O gesto docente: um convite à atenção no tempo-presença	D	2023	MARQUES, Bárbara R. R.. Um estado de graça: a condição da atenção em Simone Weil. HORIZONTE: REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ONLINE), v. 21, p. 216608, 2024.
CIBELLE CRISTINA LOPES E SILVA	Vivências de estudantes trans* na Universidade Federal do Maranhão	D	2023	SILVA, C. C. L.. Entre o assujeitamento e a liberdade: processos constitutivos de uma mulher trans. In: Sirlene Mota Pinheiro da Silva; Raimunda Nonata da Silva Machado; Tatiane da Silva Sales. (Org.). Gêneros e Sexualidades: tensões e desafios na Educação. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2021, v. 1, p. 69-80.
CLÁUDIO ORLANDO GAMARANO CABRAL	“Tenho mais cadastro em farmácias do que em baladas”: rastros de discursos medicalizantes em enunciados de sujeitos homossexuais masculinos no Twitter	D	2023	CABRAL, C. O. G.; LEITE, G. F. F. ; CASTRO, R. P. . Cartas Ao Mar: Sobre Encontro E Encantos Com Pesquisas E Escritas-Experiências. In: FERRARI, ANDERSON; CASTRO, RONEY POLATO DE. (Org.). PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DEZ ANOS DO GESED. 1ed.CURITIBA: APPRIS, 2023, v. , p. 93-109.
DEBORA ANDRADE	Coro escolar: crenças e práticas de professores de	D	2023	ANDRADE, D.. (Bourdieuizando) Práticas de seleção vocal em coros escolares. Debates - cadernos do

	música de Minas Gerais			programa de pós-graduação em música, v. 28, p. 1-20, 2024.
DIOGO JOSÉ BEZERRA DOS SANTOS	Entre telas, janelas: experimentações e educação e cinema	D	2023	SANTOS, D. J. B.; ALMEIDA, A. K. T. . Experimentações com Escrita Acadêmica na Educação. Pedagogia: a ciência da educação. 1ed.Piracanjuba: Conhecimento Livre, 2024, v. V, p. 23-28.
GABRIEL ORTIZ VOSER	Um olhar sobre a dimensão da 'natalidade' no 'estudo' pelo prisma da 'refuncionalização' de aparelhos de produção artística	D	2023	MAFFEI, L. ; VOSER, Gabriel O. ; ARAUJO, D. ; AZEVEDO, M. V. R. ; AZEVEDO, T. C. ; CARDOSO, B. C. ; FARIA, A. S. M. ; FARIA, C. G. ; FERNANDES, J. B. ; FERREIRA, L. L. ; AMARAL, V. A. ; FIGUEIREDO, A. L. ; KLUMB, F. ; MENEZES, B. M. M. ; AMPARO, F. V. S. ; PEREIRA, D. G. ; PESSOA, C. D. ; PINTO, L. A. L. ; RIBEIRO, F. C. L. ; ROCHA, R. R. G. ; et.al . Fernando Pessoa, poeta da arte contemporânea. In: Luis Maffei. (Org.). Literatura em Movimento, vol. 18. 1ed.Campinas; Rio de Janeiro: Pangéia Editorial, 2024, v. , p. 394-412
GISLAINE DE FATIMA FERREIRA DA SILVA	Cartas para Luan: os descaminhos da inclusão entre afetos, memórias e narrativas	D	2023	LEITE, Gislaiane de Fátima Ferreira. Entre contos e narrativas: a busca pela a inclusão e pela a autonomia nos processos de subjetivação no ambiente escolar.. Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão volume 14: Ensino. 01ed.Belém/Pa: Allini Paulini, 2024, v. 14, p. 261-269.
JANINE LOPES CARVALHO	A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior do setor privado	D	2023	CARVALHO, Janine Lopes; FERREIRA, ELIANA LÚCIA . Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: particularidades de um processo em expansão. In: Eliana Lúcia Ferreira. (Org.). Teoria e métodos do processo de inclusão educacional : visibilidade, materialidade, fragmentos e multiplicidade. 1ed.Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021, v. , p. 71-90.
RAQUEL GUIMARÃES LINS	Construções de identidades juvenis de gênero e sexualidade em uma escola federal de ensino médio técnico: pedagogias escolares e dos artefatos culturais	D	2023	LINS, RAQUEL GUIMARÃES; CASTRO, RONEY POLATO DE . Pedagogias Dos Artefatos Culturais Na Constituição De Juventudes, Gênero E Sexualidade. REVISTA DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO, v. 12, p. 144-164, 2024. A4, ISSN 2358-8853, fonte Qualis/CAPES (2017-2020

ANEXO II

INDICADOR

2.3.2. *Destinos, atuações e impactos acadêmicos e sociais resultantes da formação dos egressos indicados pelo PPG, considerando:*

- *Área de atuação*
- *Inserção no mercado de trabalho*
- *Assunção de postos de liderança na administração pública ou na sociedade civil*
- *Continuidade de estudos*

(Indicando a seguinte percentagem de egressos proporcional ao tamanho do corpo docente permanente: - PPG com até 20 DP: 20% dos egressos; - PPG de 21 a 40 DP: 15% dos egressos; - PPG com 41 ou mais DP: 10% dos egressos.)

Com vistas à avaliação do indicador mencionado, o PPG deve preencher o quadro a seguir, incluindo linhas na proporção do número de egressos titulados entre 2016 e 2024. Deve-se anexar este quadro gravado em PDF ao relatório do Coleta para o quadriênio do PPG, na plataforma Sucupira.

Obs.1: Egressos são os que defenderam o mestrado ou doutorado nos cinco anos anteriores a cada um dos anos da avaliação do quadriênio

Obs.2: Para efeitos de cálculo da percentagem indicada, deve-se tomar o número total de titulados entre 2021 e 2024 no PPG. Por exemplo, um programa com 20 DP que tenha titulado 100 pessoas entre 2021 e 2024, deverá indicar pelo menos 20 mestres/doutores formados pelo PPG neste anexo II. Paratanto, poderá listar quaisquer 20 que julgar relevante e que tenham defendido o mestrado ou doutorado entre 2016 e 2024.

Nome do Egresso	Título do Trabalho de Conclusão	Nível	Ano da Defesa	Informações sobre o destino, atuação e impactos acadêmicos e sociais do egresso
Leonardo Docena Pina	"Responsabilidade social" e educação escolar: o projeto de educação básica da "direita para o social" e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo	DO	2016	Egresso do Mestrado em 2009 e do Doutorado em 2016 pelo PPGE. Professor com dedicação exclusiva da UFJF, lotado no Colégio de Aplicação João XXIII. Tem experiência em cargos administrativos, atuando como chefe do Departamento de Educação Física do C.A. João XXIII (2021-2022). Possui atuação destacada na Pesquisa, com financiamento de agências, como a FAPEMIG (Edital Universal). É Líder do Grupo de Estudos sobre Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Básica da UFJF e permanece membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Política

				Educacional, vinculado à FACHED. Possui diversas publicações acadêmicas relacionadas à sua agenda de pesquisa. Após aprovação em edital de credenciamento de 2024, fará parte do corpo docente do PPGE a partir de 2025.
Gisela Marques Pelizzoni	Os miúdos circos: encontros possíveis entre a cultura da infância e a cultura da escola	DO	2017	É professora de educação infantil (desde 2005) e coordenadora pedagógica (desde 2007) na Escola Municipal José Calil Ahouagi. Esta escola municipal tem caráter de inovação e qualidade pedagógica: uma escola que começou a tratar a educação para as relações étnico raciais antes mesmo da Lei 10639/2003. Já funcionou como campo investigativo para mais de dez teses e dissertações no âmbito do PPGE. Atua na formação docente, especialmente ao ministrar, frequentemente, em diferentes escolas e redes de ensino, a oficina RodaDança como fruto de sua pesquisa no Mestrado e no Doutorado referente às tradições de cultura popular relativas aos jogos, brincadeiras, canções e danças de roda. Concluiu também seu mestrado no PPGE, em 2007.
Jairo Barduni Filho	Seguindo as pistas das produções de masculinidades da Escola Superior de Agricultura a partir das páginas do jornal estudantil O Bonde	DO	2017	Egresso do Doutorado em 2017. Foi professor designado entre 2017 e 2020 da Universidade Estadual de Minas Gerais, período em que esteve matriculado no Doutorado. Em 2020, foi aprovado em concurso público para a mesma Universidade. Desde então é professor efetivo da UEMG, no campus de Carangola, atuando: i) no Ensino: disciplinas de Didática e seus fundamentos; ii) na

				Extensão, coordenando o Projeto intitulado “Programa Erês: curso de formação continuada em educação infantil, infâncias e relações étnico-raciais”, voltado para professores da educação básica; iii) na Pesquisa, onde desenvolve atualmente a pesquisa “Homens na pedagogia: desafios, conflitos e tensões pela presença masculina no ensino de/ com crianças”, no Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Política: debates contemporâneos em educação (UEMG), do qual é líder desde 2019. Orienta trabalhos de conclusão de curso, na Licenciatura em Pedagogia da UEMG. Possui diversas publicações acadêmicas relacionadas à sua agenda de pesquisa.
Gisele Francisca da Silva Carvalho	A configuração do trabalho docente em face às contrarreformas da educação: um estudo sobre os professores da rede estadual de Minas Gerais em São João del-Rei	DO	2018	Tornou-se professora em dedicação exclusiva do Instituto Federal Sudeste de Minas (IF-MG) do campus S.J. del-Rei durante seu doutoramento. É líder do grupo de pesquisa “Estratégias didático-pedagógicas voltadas ao estudante-trabalhador” do IF Sudeste-MG e permanece membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Política, vinculado à FAGED. É coordenadora do Curso de Especialização <i>lato sensu</i> em Didática e Trabalho Docente do IF-MG do campus S.J. del-Rei desde 2019. Possui diversas publicações acadêmicas relacionadas à sua agenda de pesquisa.
Marta Elaine de Oliveira	Aprender enquanto travessia: entre banalidades e formações e matemáticas e	DO	2018	É egressa dos cursos de Mestrado e de Doutorado do PPGE. Realizou estágio pós-doutoral também no PPGE. É

	línguas e peles e escritas... Uma vida			docente da escola básica da rede municipal de Juiz de Fora. Mesmo após ter concluído o Doutorado e agora, recentemente, o Pós-Doutorado permanece na escola básica. A pesquisa que desenvolve e todos os seus estudos se relacionam aos processos de vivência com a Matemática na escola básica, tanto nos Anos Iniciais como nos Anos Finais, com dois cargos na rede municipal. Suas participações em eventos, assim como sua produção acadêmica, sempre se remetem à educação básica. Possui diversas publicações acadêmicas relacionadas à sua agenda de pesquisa. Permanece membro do Travessia Grupo de Pesquisa, vinculado à FAGED.
Wagner da Cruz Seabra Eiras	Protagonismo autônomo de crianças por meio de brincadeiras científicas investigativas na educação em Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	DO	2019	Vencedor do prêmio CAPES de Teses na área de Educação em 2020 com investigação sobre brincadeiras científicas investigativas na educação em Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É professor efetivo do Núcleo de Física do Departamento de Educação e Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, atuando nos ensinos médio e superior. Atua como professor supervisor do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID. Desenvolve pesquisas na área de Educação em Ciências. Tem publicado em periódicos qualificados da área de Ensino de Física e de Educação em Ciências. Concluiu seu mestrado também no PPGE, em 2003. Permanece membro

				do Núcleo de Educação em Ciência, Matemática e Tecnologia da FAGED.
Brenda Martoni Mansur Corrêa da Costacar	Aprendendo a cartografar com crianças com Transtorno Global do desenvolvimento(TGD): A relação sujeito espaço dos autistas	ME	2019	Tornou-se professora do Ensino Básico Técnico Tecnológico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) após sua defesa de mestrado. Ingressou no doutorado na mesma instituição, onde tem desenvolvido diversas pesquisas no campo da Geografia da Infância.
Jussara Alves da Silva	Karingana wa karingana: brincadeiras e canções africanas	ME	2019	Atualmente cursa o Doutorado em Educação no PPGE. Supervisora pedagógica e professora regente dos anos iniciais do ensino fundamental na Rede Municipal da cidade de Juiz de Fora/MG, atualmente cedida para a Secretaria de Educação. Coordena o eixo de relações étnico-raciais e gênero da Supervisão de Atenção à Educação na Diversidade do Departamento de Inclusão e Atenção ao Educando da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. É coordenadora estadual da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq) pela UNDIME/MG. Professora e coordenadora do Programa de Pós Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações Étnico-raciais da Pedagogia para Liberdade, bem como das turmas de segunda graduação em Pedagogia da mesma instituição. Investiga temas ligados às culturas africanas, especialmente ligados à infância. Integrou os coletivos Cabeça de Nêga e Denigra JF.

				Ex-presidenta e atual Membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Juiz de Fora e voluntária em movimentos sociais ligados à cultura e valorização da população negra. É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Africanidades, Imaginário e Educação (ANIME) e possui diversas publicações acadêmicas e produções técnicas relacionadas à sua agenda de pesquisa e atuação.
Francisca Edjane Marcelino Magalhães Scacabarossi	Reflexões, perspectivas e práticas no ensino de Ciências e Matemática nos Anos Iniciais: estudo de caso de uma professora em início da docência	DO	2019	Professora no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (CAp/UFRR), coordenadora de Ensino dos Anos Finais do CAp/UFRR, coordenadora da Educação de Jovem e Adultos do Povo Sanoma. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Educação (GEPINTE) cadastrado no CNPq. Em seu grupo de pesquisa desenvolve atualmente a pesquisa “COLÉGIO DE APLICAÇÃO-UFRR: ensino e aprendizagem imersos nas pesquisas científicas realizadas no ambiente escolar”.
Emerson Clayton Arantes	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: uma análise a partir da Região Norte do Brasil	DO	2019	Professor da Universidade Federal de Roraima, sendo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, e docente do Departamento de Administração. Coordenador de projetos de geração de renda do programa de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários - ITCPEs/UFRR. Pesquisador e líder de grupo de pesquisas em Administração

				para Negócios da Amazônia (NEAN). Diretor da Câmara de Gestão Pública do CFA (2025-atual), Vice-Coordenador da Comissão Permanente de Regulação (2025- atual), Vice-diretor da Câmara de Governança, Integridade e Compliance (CGIC) do CFA (2023-2024) e conselheiro federal de Administração por Roraima. Se formou no PPGE por meio de um convênio institucional com o Estado de Roraima por meio de Mestrado e Doutorado (híbridos, quanto à sua modalidade). Foram duas instituições envolvidas, a UFRR e o IFRR.
Leuda Evangelista de Oliveira	Mediações da Leitura Literária no Primeiro Ano do Ensino Fundamental: Olhar dos Professores	DO	2019	Durante seu doutoramento foi Coordenadora da Área de Pedagogia no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/UFRR. Foi Coordenadora Geral do Curso de Pedagogia da UFRR e Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica da UFRR (2022-2024). Atualmente é Pró-Reitora de Ensino e Graduação da UFRR e professora do Curso de Pedagogia da UFRR. Se formou no PPGE por meio de um convênio institucional com o Estado de Roraima por meio de Mestrado e Doutorado (híbridos, quanto à sua modalidade). Foram duas instituições envolvidas, a UFRR e o IFRR.
Reinaldo José de Lima	Cinema e Infância: Arte e Vida	DO	2019	Foi bolsista PDSE na Universidade do Minho. Realiza, atualmente, estágio pós-doutoral na UFF. Pesquisador ligado ao Grupo ATOS UFF - Grupo Bakhtiniano de Estudos e Pesquisas. Supervisor Escolar

				da Secretaria de Educação do Município de Areal (RJ). Coordenador pedagógico de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Centro Educacional Canto de Criar e atualmente é Presidente do Conselho Municipal de Educação de Areal (RJ).
Kelly da Silva	Trajetória de Professoras Negras: educação, gênero e raça	DO	2020	Egressa do Mestrado em 2011 e do Doutorado em 2020 pelo PPGE, tornou-se professora efetiva da UEMG – Ubá (MG) durante seu doutoramento, em 2017. Tem atuação em cargos administrativos, tendo sido a primeira mulher negra a ser eleita diretora da UEMG/Ubá entre 2018 e 2021. Também foi vice-diretora na mesma Unidade entre 2021 e 2024. Atua na Extensão, como coordenadora do Projeto de intitulado “Se Liga nas Cotas”, orientando 16 bolsistas. É presidente da Comissão Central de Heteroidentificação da UEMG, desde 2022, que coordena os processos de heteroidentificação nas 22 unidades da UEMG. Membro do Conselho Municipal de Igualdade Racial e do Conselho Municipal de Cultura da cidade de Ubá/MG.
Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira	Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença/RJ	ME	2021	Professora e supervisora educacional da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), unidade de Rio das Flores/RJ; Professora do curso de Pedagogia, Coordenadora Pedagógica do Programa Residência Pedagógica e responsável pela gestão e supervisão das atividades pedagógicas e de produção de conteúdos educacionais em ambientes de ensino a distância do Centro Universitário de Valença (UNIFAA). Atua

				como docente das disciplinas: Relações Étnico-Raciais; Educação Quilombola; Educação em Espaços não Formais; Currículo e Diversidade; e Gestão Escolar e Políticas Públicas. Professora orientadora do Programa de Extensão Universitária Estação Baobá: entre vivências e falas brincadeiras africanas e afro-brasileiras.
Maria Paula Pinto dos Santos Belcavello	Potência do falso: fio a fabu(r)lar formações	DO	2021	Egressa do Mestrado (2017) e do Doutorado (2021) no PPGE. Atuou na rede pública do estado de Minas Gerais, por meio de concurso público, como Especialista em Educação e esteve na vice direção do Colégio Militar Tiradentes - CTPM/JF (01/2017 - 01/2021). Trabalhou como Professora Substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, campus Barbacena. Foi aprovada em Concurso Público da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora nos cargos de Professora e Coordenadora Pedagógica, atuando nas duas funções. Desde 2024 é Professora Efetiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, atuando na educação básica e no ensino superior. Coordenadora do Projeto de Extensão: Gestão Ambiental e Impacto Socioeconômico: implantação de lixeiras de coleta seletiva na Orla de Itaituba e mobilização social de catadores de materiais recicláveis da cidade. Atua na Universidade Aberta do Brasil da Universidade Federal de Juiz de Fora como Professora-

				Formadora do curso de Licenciatura em Física. É líder Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Teorias e Práticas Educacionais (GIPEDUC). Atualmente está cursando Especialização em Ciências Ambientais pela Faculdade Focus (curso EaD). Permanece membro do Travessia Grupo de Pesquisa, da FAGED. Possui diversas publicações relacionadas à sua agenda de pesquisa e atuação.
Samuel Moreira de Araujo	As trajetórias escolares de homens trans: da Educação Básica ao Ensino Superior	ME	2021	Atualmente cursa o Doutorado em Educação no PPGE. Atua como professor contratado no IFMG - Ouro Preto e como tutor do curso de Licenciatura em Educação Física à distância da UFJF. Pesquisou um tema inédito no mestrado: as trajetórias de homens trans no ensino superior de Juiz de Fora. Sua pesquisa já gerou diversas publicações em eventos e periódicos e ele continua atuando na educação não formal, como professor de circo e, também, no ensino superior. Primeiramente em uma IES privada e, atualmente, como professor contratado do IFMG-Ouro Preto. Segue membro do Grupo de Pesquisas Corpo, Gênero, Envelhecimento e Cultura Visual (GPCD/UFJF).
Keylla Amélia Dares Silveira	O movimento da Educação das Relações Étnico-Raciais no currículo de Licenciatura em Educação Física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação	ME	2022	Tornou-se docente efetiva na Rede Estadual de Juiz de Fora durante a realização do mestrado, e na Rede Municipal de Juiz de Fora após a sua conclusão. Sua dissertação foi base para livro publicado em Janeiro de 2025 pelo selo Editorial do PPGE/UFJF e para a elaboração do Projeto Pedagógico do curso de Educação Física da UFJF.

				Permanece membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Linguagem e Cultura (GEFLIC), vinculado à FAGED e possui diversas publicações relacionadas à sua agenda de pesquisa.
Vinícius Rangel dos Santos	Das fotografias às memórias: a Secretaria de Educação de Juiz de Fora e os fragmentos da educação municipal (1967-1974)	ME	2023	Tornou-se docente efetivo e coordenador pedagógico da Rede Municipal de Juiz de Fora após a conclusão do mestrado. Atua atualmente na secretaria de Educação, no departamento de Planejamento pedagógico e de formação (DPPF) e na supervisão de formação continuada dos profissionais da educação (SFCPE). Atuou na coordenação e na elaboração do material didático “Enfrentando a violência contra a mulher: cartilha (in)formativa para os profissionais da educação”, que foi produzido e distribuído para as escolas municipais em observância a Lei Municipal 14.423, de maio de 2022. Participou da organização da III Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de Juiz de Fora, em 2024. É representante governamental pela Secretaria de Educação no Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTQIA+ e na Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal do Conselho municipal de promoção e defesa dos Direitos Humanos da população LGBTQIA+ desde 2023. Membro da Comissão Editorial do periódico Cadernos para o Professor, da secretaria de

				Educação de Juiz de Fora, desde 2024.
Carolina Nunes Diniz	A Educação das Relações Étnico-Raciais e a Sociologia Escolar no Novo Ensino Médio: reflexões a partir da pesquisa-ação	ME	2023	Ingressante no Programa por meio da modalidade cotas. Após a conclusão da dissertação, que operou com a metodologia de pesquisa-ação com vistas a fomentar processos identitários – na perspectiva das relações étnico-raciais - de jovens de escola periférica de Belo Horizonte (MG), passou a atuar em projetos no Ministério da Igualdade Racial em Brasília.
Júlia Canella da Silva	Mulheres que se contam: histórias de vida e narrativas de educandas chefes de família da Educação de Jovens e Adultos	ME	2023	Após a conclusão do mestrado tornou-se professora efetiva de História na rede municipal de Juiz de Fora. Atua como Supervisora no PIBID História da UFJF, contribuindo para a formação de novos docentes e realizando formação continuada em serviço.
Laura da Conceição Oliveira	Quem fala de noiz é noiz: Vivências do Slam na Escola	ME	2023	É uma arte-educadora (poeta, musicista, compositora, cantora, escritora e slamer) que tem um destaque na cena artística brasileira e que desenvolveu sua pesquisa em escolas de Juiz de Fora. Após a defesa, tem sido convidada por diferentes universidades para falar da sua pesquisa que focou na poesia falada em escolas públicas de JF e região. Ela apresentou a dissertação em um evento internacional na Rutgers University, Nova Jersey. O interesse da academia por sua pesquisa se justifica, muitas vezes, pelo modo como dá a ver a dinâmica da produção de crianças e de adolescentes na escola. Produção de conhecimento, de saberes, de arte, de vida. Permanece membro do Travessia Grupo de Pesquisa,

				vinculado à FACED. Possui publicações relacionadas à pesquisa e à atuação.
Glaucio Anacleto de Almeida	"Ai, ai, aidê, quero saber como vai você": Sentidos e percepções de capoeiristas educadoras sobre suas práticas na educação das infâncias	ME	2023	Ingressante no Programa por meio da modalidade cotas. Mestre de Capoeira com mais de 30 anos de experiência. Atua no ensino, pesquisa e divulgação da Capoeira no Brasil e no exterior, e é professor efetivo de Filosofia na Rede Municipal de Rio das Ostras (RJ), produzindo articulações entre Filosofia e saberes da capoeira.
Bárbara Romeika Rodrigues Marques	O gesto docente: um convite à atenção no tempo-presença	DO	2023	Atua como professora no Cefet/RJ <i>campus</i> Valença, na educação básica, na graduação e na pós-graduação (<i>Lato Sensu</i> em Temas e Perspectivas Contemporânea em Educação e Ensino). Após a conclusão do Doutorado passou a atuar no Cefet/RJ <i>campus</i> Maracanã como docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Filosofia e Ensino. Continua membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação (GEFILE), vinculado à FACED. Possui diversas publicações acadêmicas relacionadas à sua agenda de pesquisa e atuação.
Tássia Mizael Camargo Rocha	Cartografias Afetivas: experimentações com arte-educação-urbana	ME	2024	Egressa do Mestrado em 2024. Artista urbana, sua pesquisa continua reverberando em oficinas de arte-educação desenvolvidas em escolas públicas de Juiz de Fora-MG e região, contribuindo para a circulação do conhecimento em diversos formatos e linguagens. Artista segue desenvolvendo o trabalho "Cartografias Afetivas", tema de sua dissertação, realizando pesquisas, produções e intervenções viabilizadas por editais de

				<p>cultura municipais (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage -FUNALFA) e estaduais (Secretaria de Estado de Cultura e Turismo- SECULT-MG), como a Lei Paulo Gustavo, a Política Nacional Aldir Blanc, entre outros. Participou recentemente da oficina "Antiformas de intervenção", por David Cury, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage (RJ) e irá lançar nos próximos meses a publicação em formato fãzine "[cartas para o meu lugar]". Permanece membro do grupo de pesquisa Geografia Humanista-Ensino-Teoria-Experiência (GhEnTE), vinculado à FAGED. Possui publicações e produções técnicas relacionadas à pesquisa e à atuação.</p>
Queila Érica Taligliatti de Souza	Interações sociais e profissionais entre docentes surdos e a comunidade escolar	ME	2024	<p>Egressa do mestrado em 2024. Sua pesquisa relacionou-se às interações sociais e profissionais estabelecidas entre professores surdos e a comunidade escolar. O tema de pesquisa relaciona-se com sua atividade profissional na educação básica e na formação de professores, destacando-se sua atuação como professora efetiva de Libras da Rede Municipal de Juiz de Fora e na supervisão do PIBID, Núcleo de Libras, na UFJF. Tutora à distância do CECIERJ. Tem se destacado com pesquisa e extensão na área de educação e surdez.</p>
Fábio Rodrigues Martin	Produção de Memória: O (não) lugar do Holocausto Brasileiro no Currículo de História em Barbacena/MG	ME	2024	<p>Produtor cultural em Barbacena (MG). Após a defesa de sua dissertação vem recebendo convites para palestrar em escolas públicas da região e para ajudar docentes a trabalhar com o</p>

				<p>tema do Holocausto Brasileiro em suas aulas de História. De um desses convites resultou um projeto de ensino de uma escola da rede federal em Barbacena com dois meses de duração, voltado para o trabalho com temas sensíveis no ensino de História e seus efeitos para processos de identificação e subjetivação. A dissertação também está servindo como fonte para escrita de filme sobre a loucura. Permanece membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História (GEPACEH), vinculado à FAGED.</p>
--	--	--	--	---

ANEXO III

INDICADOR

3.1.4. *Qualidade das produções intelectuais mais importantes dos egressos do PPG, incluindo PPT, selecionadas e justificadas. Deve-se considerar:*

- a. *PPG com até 20 DP: 5 produtos*
- b. *PPG de 21 a 40 DP: 8 produtos*
- c. *PPG com 41 ou mais DP: 10 produtos*

Obs.1: Para os programas profissionais, no mínimo, um dos produtos indicados deverá ser de natureza técnica ou tecnológica

Obs.2: Egressos são os que defenderam o mestrado ou doutorado nos cinco anos anteriores a cada um dos anos da avaliação do quadriênio

Nome do Egresso	Título do Trabalho de Conclusão	Nível	Ano da Defesa	Produção intelectual	Justificativa
GIOVANA RABITE CALLIAN	As dimensões do trabalho docente na perspectiva dos estudantes egressos do Pibid – Letras/Língua Portuguesa	ME	2021	GARCIA-REIS, ANDREIA REZENDE ; CALLIAN, GIOVANA RABITE . O estatuto do trabalho docente no currículo referência de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. 1-26, 2021.	- publicação, em co-autoria com a orientadora, é fruto da dissertação de mestrado defendida em 2021. - o tema do artigo, e da dissertação, está ligado a uma importante política de formação docente, o Pibid. - veículo A1, periódico de grande impacto na área de Educação. - artigo já possui uma citação. - egressa do mestrado em 2021, hoje é doutoranda no PPGE e docente da escola básica da rede estadual de Juiz de Fora. - é membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Ensino e Práticas Sociais- Lep/FACED/UFJF. - enfatiza-se a relevância de publicação de tamanho impacto na área, fruto de uma dissertação de mestrado.
MICHELE PRISCILA GONCALVES DOS SANTOS	“Dá um like e se inscreve no canal!”: problematizando discursos de gêneros e sexualidades em vídeos do youtuber Felipe Neto	ME	2021	Santos, Michele Priscila Gonçalves dos; CASTRO, RONEY POLATO DE. Censura, homofobia, reorientação sexual: pedagogias dos vídeos do youtuber Felipe Neto. REBEH-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 07, p. 1-28, 2024.	- publicação, em co-autoria com o orientador, é fruto da dissertação de mestrado defendida em 2021. - o tema do artigo, e da dissertação, está ligado a uma temática de grande impacto na sociedade, as relações de gênero e sexualidades. - veículo A2, periódico de grande impacto na área, em especial, para os estudos de gênero e sexualidades. - egressa, hoje é doutoranda no PPGE e docente da escola básica das redes municipal e estadual de Juiz de Fora. - é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e

					Diversidade (GESED/FACED/UFJF) - enfatiza-se a relevância de publicação de tamanho impacto na área, fruto de uma dissertação de mestrado.
KEYLLA AMELIA DARES SILVEIRA	O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em Educação Física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação	ME	2022	SILVEIRA, KEYLLA AMÉLIA DARES; ALVIANO JÚNIOR, WILSON. Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento. PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO), v. 17, p. 1-21, 2022.	- publicação, em co-autoria com o orientador, é fruto da dissertação de mestrado defendida em 2022. - o tema do artigo, e da dissertação, está ligado a uma temática de grande impacto na sociedade, as relações étnico-raciais. - dissertação serviu de subsídio para elaboração do Projeto Pedagógico do curso de Educação Física da UFJF. - veículo A1, periódico de grande impacto na área da Educação. - artigo já possui três citações. - egressa, hoje é docente da escola básica da rede estadual de Juiz de Fora. - é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Linguagem e Cultura (GEFLIC/FACED/UFJF) - enfatiza-se a relevância de publicação de tamanho impacto na área, fruto de uma dissertação de mestrado.
ERIKA TIEMI ANABUKI	Eficácia escolar das escolas da rede federal de educação profissional: análise dos fatores intra e extraescolares associados ao desempenho dos estudantes e fluxo escolar	DO	2021	ANABUKI, ERIKA TIEMI; SOARES, T.M. Eficácia escolar das instituições federais de educação profissional. Estudos em Avaliação Educacional (IMPRESSO), v. 34, p. 1-28-28, 2023.	- publicação, em co-autoria com o orientador, é fruto da tese de doutorado defendida em 2021. - o tema do artigo, e da tese, está ligado a uma temática envolvendo a permanência na escola e políticas públicas de educação. - veículo A1, periódico de grande impacto na área da Educação, com foco na avaliação educacional. - egressa, hoje é docente é professora EBTT no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) no departamento de Eletroeletrônica e está realizando estágio pós-doutoral no PPGE.
MARIA PAULA PINTO DOS SANTOS BELCAVELLO	Potência do falso: fio a fabu(r)lar formações	DO	2021	BELCAVELLO, M. P. P. S.; ROTONDO, M. A. S.; CAMMAROTA, G. Uma Aula Com Saberes Matemáticos, Um Cubo: no descontrolo do controle, que aprender? que	- publicação, em co-autoria com a orientadora, é fruto da tese de Doutorado defendida em 2021. - o tema da tese está ligado à formação docente, assim como o artigo, que traz uma discussão acerca da experimentação na formação docente em

				conhecer? que existir?.	Matemática. - veículo A1, periódico de grande impacto na área da Educação, especialmente na Educação Matemática. - egressa, hoje é docente Efetiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, atuando na educação básica e no ensino superior. - é líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Teorias e Práticas Educacionais (GIPEDUC/IFPA). - é membro do Travessia Grupo de Pesquisa (FACED/UFJF)
JANE MARIA BRAGA	“Uma dezena de coisinhas à toa que fazem a gente gostar de matemática”: do direito de aprendizagem do PNAIC ao direito de aprendizagem da docência	DO	2022	BRAGA, Jane Maria; CARNEIRO, R. F. . Biograma na pesquisa em educação: sentidos construídos sobre direitos de aprendizagem da docência em Matemática. EDUCAÇÃO E PESQUISA, v. 50, p. 1-18, 2024.	- publicação, em co-autoria com o orientador, é fruto da tese de doutorado defendida em 2022. - o tema da tese, está ligado à problematização de uma importante política pública de formação docente, o PNAIC. No artigo a autora e o autor se dedicam a discutir as possibilidades e os limites do uso do biograma na pesquisa em educação, na experiência formativa do PNAIC, investigado durante o doutorado. - veículo A1, periódico de grande impacto na área da Educação. - egressa, é docente e coordenadora da escola básica da rede municipal de Juiz de Fora. - é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GREPEM/FACED/UFJF).
BÁRBARA ROMEIKA RODRIGUES MARQUES	O gesto docente: um convite à atenção no tempo-presença	DO	2023	MARQUES, Bárbara R. R.. Um estado de graça: a condição da atenção em Simone Weil. HORIZONTE: REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ONLINE), v. 21, p. 216608, 2024.	- publicação é um desdobramento da tese de doutorado defendida em 2023. - o artigo trabalha com a filósofa Simone Weil, que subsidiou a construção da tese sobre a atenção para pensar a docência. - veículo A1, periódico de grande impacto na área da Educação. - egressa, é docente no Cefet/RJ campus Valença, na educação básica, na graduação e na pós-graduação (Lato Sensu em Temas e Perspectivas Contemporânea em Educação e Ensino). Após sua defesa de tese, passou a atuar no Cefet/RJ campus Maracanã como professora no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Filosofia e Ensino. - é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e

					Educação (GEFILE/FACED/UFJF).
GISELE FRANCISCA DA SILVA CARVALHO	A configuração do trabalho docente em face às contrarreformas da educação: um estudo sobre os professores da rede estadual de Minas Gerais em São João Del-Rei	DO	2018	CARVALHO, Gisele Francisca da Silva.; LOPES, D. P. . A política de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia policy for establishing Federal Institutes of Education, Science and Technology: elements of counter-hegemonic potential. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, v. 2, p. e15932, 2023.	<ul style="list-style-type: none"> - publicação é desdobramento da tese de doutorado defendida em 2018. - o tema do artigo está ligado à objetivo de destacar e discutir elementos de potencial contra-hegemônico presentes na lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) por meio da análise de bibliografias sobre o tema e documentos oficiais - veículo A2, periódico de grande impacto na área da Educação. - artigo já possui duas citações. - egressa, é docente efetiva do Instituto Federal Sudeste de Minas, Campus João del-Rei, trabalhando como Professora EBTB na área de Pedagogia. - é líder do grupo de pesquisa Edipet (Estratégias Didático-pedagógicas voltadas ao estudante-trabalhador). - é membro do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC), da UFJF.
GIOVANA RABITE CALLIAN	As dimensões do trabalho docente na perspectiva dos estudantes egressos do Pibid – Letras/Língua Portuguesa	ME	2021	GARCIA-REIS, ANDREIA REZENDE ; CALLIAN, GIOVANA RABITE . O estatuto do trabalho docente no currículo referência de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. 1-26, 2021.	<ul style="list-style-type: none"> - publicação, em co-autoria com a orientadora, é fruto da dissertação de mestrado defendida em 2021. - o tema do artigo, e da dissertação, está ligado a uma importante política de formação docente, o Pibid. - veículo A1, periódico de grande impacto na área de Educação. - artigo já possui uma citação. - egressa do mestrado em 2021, hoje é doutoranda no PPGE e docente da escola básica da rede estadual de Juiz de Fora. - é membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Ensino e Práticas Sociais- Lep/FACED/UFJF. - enfatiza-se a relevância de publicação de tamanho impacto na área, fruto de uma dissertação de mestrado.